



Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

MESTRADO EM TURISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEAMENTO E GESTÃO
EM TURISMO DE NATUREZA E AVENTURA

**O SURF COMO POTENCIAL PRODUTO TURÍSTICO
NOS AÇORES**

TÂNIA SOFIA LOURENÇO CALE

Novembro de 2012

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

O Surf como Potencial Produto Turístico nos Açores

Tânia Sofia Lourenço Cale

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura.

Orientação

Especialista Mestre Francisco António dos Santos da Silva

Coorientação

Professora Doutora Maria do Céu de Sousa Teixeira de Almeida

Novembro de 2012

*“Primero estaba la mar... todo estaba oscuro.
No había sol, ni luna, ni gente, ni plantas.
La mar estaba en todas partes.
La mar era la madre:
la mar no era gente, ni nadie, ni cosa alguna.
Ella era el espíritu de lo que iba a venir.
Ella era el pensamiento y la memoria”*

A criação do mundo
Pueblo Kogui, Colômbia

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação contou com a colaboração de diversas pessoas e entidades, a quem expresso os meus sinceros agradecimentos.

À Associação Regional do Turismo dos Açores (ART) pelo apoio imprescindível, permitindo-me ir às nove ilhas dos Açores elaborar o presente estudo e, pela simpatia, em especial da Ana Carvalho, José Toste e Bárbara Silva.

Ao Especialista Mestre Francisco Silva e à Professora Doutora Maria do Céu Almeida pela disponibilidade, simpatia e amizade.

Aos surfistas residentes nos Açores, que me cederam informações pertinentes para o levantamento e caracterização das principais ondas do arquipélago, bem como o acompanhamento a alguns *secret spots*.

Aos surfistas inquiridos nas oito ilhas, que com muita ou pouca vontade colaboraram no preenchimento do questionário.

Ao Tiago Lopes, pela ajuda prestada na simbologia das fichas dos principais *spots* de surf e na cedência dos mapas das ilhas.

Ao Paulo Figueiredo, pelo incentivo e amizade.

Aos meus amigos, por o serem.

À minha mãe, por todo o apoio prestado.

E por último, ao Telmo pelo incentivo, compreensão e dedicação nos momentos mais difíceis.

A todos os que me apoiaram e contribuíram para a realização deste trabalho, um sincero Muito Obrigada.

Aqui, manifesto todo o meu apreço.

O SURF COMO POTENCIAL PRODUTO TURÍSTICO NOS AÇORES

RESUMO

O turismo de surf nos Açores é um nicho pouco desenvolvido no território, com poucos praticantes locais e procura incipiente. O surf representa uma oportunidade a explorar, podendo vir a assumir-se como um produto turístico relevante para as ilhas. Neste sentido, esta dissertação visa analisar a potencialidade dos Açores para a prática de surf e desenvolver propostas de ação com vista à valorização desta atividade como um produto turístico na região.

Neste contexto, na primeira parte da dissertação é analisado o estado da arte referente ao turismo e desporto na natureza, particularizando depois para o surf e turismo a ele associado. Seguidamente procede-se à análise do surf como potencial produto turístico nos Açores, através da caracterização da atividade turística e de surf no território, da aplicação de um questionário junto dos praticantes de surf e do levantamento e caracterização dos principais *spots* de surf no arquipélago.

Os resultados revelam que o território tem potencial para desenvolver o surf como um produto turístico, existindo nos Açores vários *spots* com interesse para a prática da atividade. No entanto, o desenvolvimento da atividade tem-se verificado praticamente em São Miguel, o que se revela um ponto fraco, sendo recomendável desenvolvê-la também nas restantes ilhas.

Neste sentido, foram definidas propostas para valorizar o surf como um produto turístico no arquipélago, contribuindo assim para a diversificação, dinamização e qualificação da atual oferta turística e fomentar um desenvolvimento sustentável do turismo de surf nas ilhas dos Açores.

Palavras-chave: Açores, Produtos Turísticos, Turismo alternativo, Turismo de surf

SURF AS A POTENTIAL TOURISM PRODUCT IN THE AZORES

ABSTRACT

The surf tourism in the Azores is a cluster to be developed, with few local surfers and low demand. Surf represents an opportunity to explore, possibly an important tourism product for the islands. This dissertation aims at analysing the potential of the Azores for the practice of surf and to propose actions to value this activity as a tourism product of the region.

In this context, in the first part of the dissertation the art state concerning nature tourism and sports, as well as the association of surf and tourism, is analysed. Then, the analysis of the surf as a tourism product in the Azores is carried out, including the characterization of the tourism activity and surfing in the territory, the application of a questionnaire to the surf practitioners and the identification and characterization of the main surf spots in the archipelago.

The results confirm that Azores has potential to develop surf as a tourism product; there are several spots with potential to practice this activity. Even though the development of the activity has been observed in São Miguel Island, this in itself is a weak point, being recommended the development in the other islands.

Consequently, several proposals were defined in order to contribute to increase the value of surf as a tourism product in the archipelago. Furthermore, the development of surf contributes to the diversity, dynamics and qualification of the present tourism supply and to the sustainable development of surf tourism in the Azores islands.

Keywords: Azores, Tourism products, Alternative tourism, Surf tourism

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Área Protegida

ART – Associação Regional do Turismo

ASP – *Association of Surfing Professionals*

AST – Associação de Surf da Terceira

COR – Corvo

CVPT – Ciclo de Vida do Produto Turístico

DL – Decreto-Lei

ESHTE – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

EU – *European Union*

EUROSIMA – *European Surf Industry Manufacturers Association*

FAI - Faial

FLO - Flores

FPS – Federação Portuguesa de Surf

GRA – Graciosa

GPS – *Global Positioning System*

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

ISA – *International Surfing Association*

ISF – *International Surfing Federation*

IUCN – *International Union for Conservation of Nature*

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

OMT – Organização Mundial do Turismo

PENS – Plano Estratégico Nacional do Surf

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PEOT – Planos Especiais de Ordenamento do Território

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Pico

PNI – Parques Naturais de Ilha

PNTN – Programa Nacional do Turismo de Natureza

POAP – Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas

POEM – Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

RAA – Região Autónoma dos Açores

RNAAT – Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística

SAER – Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda.

SJO – São Jorge

SMA – Santa Maria

SMI – São Miguel

SOS – *Save Our Surf*

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

TER – Terceira

THR – *Aseores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.*

TP – Turismo de Portugal, I.P.

USBA – União de Surfistas e *Bodyboarders* dos Açores

WCT – *World Championship Tour*

WQS – *World Qualifying Series*

WTTC – *World Travel and Tourism Council*

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
ÍNDICE GERAL.....	ix
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento geral.....	1
1.2. Objetivos.....	3
1.3. Problemática da investigação	3
1.4. Abordagem metodológica	4
1.5. Estrutura da dissertação	5
2. TURISMO E DESPORTO NA NATUREZA.....	7
2.1. Turismo – Breve caracterização e importância económica.....	7
2.2. Planeamento e desenvolvimento turístico sustentável	10
2.3. Produtos Turísticos – A importância do estudo do ciclo de vida.....	14
2.4. Emergência do turismo alternativo e de nichos	17
2.5. Turismo e desporto na natureza	19
2.6. Desporto na natureza versus animação turística	25
2.7. Turismo na natureza e sustentabilidade – A nova visão do turismo e os seus pilares	28
3. SURF E O TURISMO	32
3.1. Breve história do surf.....	32
3.2. Caracterização do surf.....	34
3.3. Impacto socioeconómico do surf – A nível mundial, nacional e local.....	34
3.4. O surf no <i>hypercluster</i> da economia do mar em Portugal.....	37
3.5. Prática desportiva versus produto de animação turística	38
3.6. Relevância do turismo de surf.....	40
3.7. Tipologias de turismo de surf	42
3.8. Perfil do surfista	43
3.9. Sustentabilidade no turismo de surf.....	45
3.10. Oportunidades do turismo de surf em Portugal	48
4. SURF COMO POTENCIAL PRODUTO TURÍSTICO NOS AÇORES.....	50
4.1. Justificação do território em estudo	50

4.2. Desenvolvimento turístico nos Açores.....	50
4.2.1. Breve caracterização sociogeográfica da RAA	50
4.2.2. Atividade turística na RAA	54
4.3. Surf nos Açores.....	60
4.3.1. Breve caracterização do surf na RAA.....	60
4.4. Surf como potencial produto turístico nos Açores – Metodologia	64
4.4.1. Metodologia de investigação.....	64
4.4.2. Instrumento de medida – Questionário	65
4.4.3. Caracterização da amostra.....	65
4.4.4. Aplicação do questionário.....	66
4.4.5. Tratamento dos dados do questionário e procedimentos estatísticos .	66
4.5. Análise e discussão dos resultados	67
4.5.1. Caraterização pessoal.....	67
4.5.2. Caracterização da relação com o surf.....	69
4.5.3. Caraterização do surf no Arquipélago dos Açores	76
4.5.4. Análise do potencial do surf nos Açores	79
4.6. Elaboração de um modelo de ficha para a divulgação dos <i>spots</i> de surf.....	84
4.7. Potencial e valorização do turismo de surf nos Açores.....	85
4.7.1. Caracterização da atividade de surf e o seu potencial turístico	85
4.7.2. Propostas de ação com vista à valorização do surf como um produto turístico na RAA	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
5.1. Principais resultados.....	94
5.2. Análise crítica sobre os pressupostos formulados.....	95
5.3. Limitações e propostas de desenvolvimento	96
6. REFERÊNCIAS.....	98
6.1. Referências bibliográficas	98
6.2. Legislação consultada	112
ANEXO I – Glossário de Surf.....	114
ANEXO II - Questionário	117
ANEXO III – Profissões.....	119
ANEXO IV – Exemplos de fichas dos <i>spots</i> de surf.....	120
ANEXO V – <i>Spots</i> de surf no ZoomAçores.....	122

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Grandes objetivos e metas do desenvolvimento turístico	11
Figura 2 – Comportamentos do turismo de nichos	19
Figura 3 – Evolução do número de surfistas em Portugal.....	35
Figura 4 – Localização dos Açores	51
Figura 5 – Evolução do número de hóspedes portugueses e estrangeiros	56
Figura 6 – Evolução do número de dormidas dos portugueses e dos estrangeiros	57
Figura 7 – Dormidas por ilha	58
Figura 8 – Sazonalidade: dormidas na hotelaria tradicional nos Açores	59
Figura 9 – Estada média.....	59
Figura 10 – Um dos <i>secret spots</i> da ilha das Flores	61
Figura 11 – Metodologia de investigação	64
Figura 12 – Género.....	68
Figura 13 – Idade	68
Figura 14 – Escolaridade.....	68
Figura 15 – Residência nos Açores.....	69
Figura 16 – Ilha de residência.....	69
Figura 17 – Número de anos de experiência na atividade	70
Figura 18 – Ilhas onde pratica surf.....	72
Figura 19 – Destinos	74
Figura 20 – Conhece versus surfou.....	77
Figura 21 – Avaliação das ondas.....	78
Figura 22 – Potencial dos Açores para a prática de surf	79
Figura 23 – Pontos fortes	80
Figura 24 – Pontos fracos.....	80
Figura 25 – Níveis de surf.....	81
Figura 26 – Potencial dos Açores para atrair praticantes	82
Figura 27 – Desenvolvimento e promoção turística da RAA como destino de surf.....	82
Figura 28 – Opiniões sobre o surf nos Açores.....	83

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Âmbito geográfico e atores do planeamento turístico	12
Quadro 2 – Fases do Ciclo de Vida do Produto Turístico: Turismo de surf	16
Quadro 3 – Turistas da natureza	23
Quadro 4 – Principais desportos e atividades de animação na natureza	26
Quadro 5 – <i>Spots</i> com potencial para o surf localizados em áreas protegidas	31
Quadro 6 – N.º de surfistas portugueses com diferentes níveis de surf em 2008	36
Quadro 7 – Características psicográficas e demográficas do turista surfista	44
Quadro 8 – Impactos positivos e negativos do turismo de surf	46
Quadro 9 – Premissas para um turismo de surf sustentável.....	47
Quadro 10 – Principais objetivos do PENS	49
Quadro 11 – Caracterização demográfica do arquipélago dos Açores	51
Quadro 12 – Dormidas dos principais mercados emissores	57
Quadro 13 – Ilhas de aplicação do questionário	66
Quadro 14 – Ilha de residência	69
Quadro 15 – Modalidade praticada frequentemente	70
Quadro 16 – Atleta federado.....	70
Quadro 17 – Como se iniciou na modalidade	71
Quadro 18 – Épocas do ano que pratica surf.....	71
Quadro 19 – Estação do ano.....	71
Quadro 20 – Média de frequência da prática de surf.....	72
Quadro 21 – Local onde pratica surf com regularidade.....	72
Quadro 22 – Regularidade com que se desloca para outra ilha ou região fora do seu local de residência para praticar surf.....	73
Quadro 23 – Viagens realizadas cuja principal motivação é a prática de surf.....	73
Quadro 24 – Outros destinos.....	74
Quadro 25 – Competências técnicas de surf.....	74
Quadro 26 – Desenvolve a atividade de surf ou colabora com uma organização associada ao surf.....	75
Quadro 27 – Qual o tipo de organização	75
Quadro 28 – Forma como desempenha a prática de surf.....	75
Quadro 29 – Atividade profissional ou amadora relacionada com Surf.....	76
Quadro 30 – Ilhas do Arquipélago dos Açores que já surfou.....	76
Quadro 31 – Ilhas dos Açores que conhece relativamente bem no que se refere às condições para a prática de surf.....	77
Quadro 32 – Avaliação das ondas para a prática de surf nas diferentes ilhas	78
Quadro 33 – Potencial dos Açores para a prática de surf.....	79
Quadro 34 – Avaliação do trabalho elaborado pelas organizações	81
Quadro 35 – Potencial dos Açores para atrair praticantes.....	82
Quadro 36 – Opiniões sobre o surf nos Açores	83
Quadro 37 – Análise SWOT do potencial dos Açores para a prática de surf.....	86
Quadro 38 - Profissões.....	119

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento geral

“*Dar a conhecer o património (...), é a melhor forma de o preservar*” (Patrão, s.d, op. Cit. Silva, 2010a: 2).

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2003), o turismo é um dos principais setores socioeconómicos mundiais e um dos componentes líderes do comércio internacional. Focando as duas últimas décadas, este setor transformou-se numa das atividades mundiais mais dinâmicas, tanto a nível económico como social e cultural, atingindo nas relações económicas internacionais, uma dimensão que o coloca acima da produção petrolífera e da indústria automóvel (Cunha, 2007). Segundo a OMT (2003), o turismo de natureza, bem como o de aventura, são dois produtos que apresentam um desenvolvimento turístico em rápida expansão.

Na realidade portuguesa, o setor do turismo transformou-se, em apenas duas gerações, numa das mais importantes atividades nacionais com incidências muito variadas entre as quais se podem destacar as económicas e sociais, as culturais, o desenvolvimento regional e as relações internacionais (Cunha, 2003). Sendo considerado segundo Vieira (2007), um setor de relevância estratégica para o desenvolvimento nacional, contribuindo de forma significativa para a prosperidade e crescimento económico dos destinos turísticos. No entanto, este desenvolvimento não pode ser apenas quantitativo, tendo também que ser qualitativo, ou seja, é fulcral que o mesmo siga as premissas de um turismo sustentável¹.

Neste sentido, conforme o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), é imprescindível que o turismo aposte na sustentabilidade como modelo de desenvolvimento, estando consagrado o turismo de natureza como um dos produtos estratégicos a apostar (MEID, 2011).

Adão e Silva (2009), considera o surf como um dos setores onde melhor se pode combinar um crescimento sustentado, com a criação de novas oportunidades

¹ Turismo sustentável significa que os recursos, históricos e culturais para o turismo sejam preservados para o uso contínuo no futuro, bem como no presente (OMT, 2003).

económicas no quadro da economia do mar. Conforme o PENT, o surf é identificado como um turismo de nichos inserido no produto de turismo na natureza, no náutico, bem como no sol e mar (THR, 2006a; THR, 2006b; THR, 2006c).

“O surf é um dos desportos náuticos mais praticados em Portugal, pelo número de adeptos, pela cobertura mediática, pela relação de proximidade que temos com o Atlântico” (Soifer, 2008:94). Algumas das regiões portuguesas já atingiram uma notoriedade internacional muito relevante, como são os casos da Ericeira, Peniche ou Nazaré. Em termos sociais e ambientais o surf proporciona um contato próximo com a natureza, podendo contribuir para a sensibilização da importância da proteção da mesma, em particular, das ondas.

A opção do Açores como caso de estudo, prende-se com o facto desta região portuguesa possuir recursos naturais com grande capacidade de atração turística, bem como o turismo na natureza ser um produto estratégico para este território (THR, 2006a). Outra das motivações resulta do surf ser um nicho pouco desenvolvido no território, com poucos praticantes locais e procura incipiente. Contudo, tanto pela vantagem em diversificar a oferta turística, como pelas condições naturais, considera-se que esta atividade pode vir a assumir-se como um produto turístico relevante para a região.

A pertinência da realização deste trabalho de cariz inovador, resulta da importância de analisar a potencialidade da região para o desenvolvimento deste produto, de proceder ao levantamento e à caracterização dos principais *spots*² com potencial para a prática desta atividade, bem como a sua posterior divulgação entre turistas e surfistas interessados nas ondas açorianas.

² Locais (praias ou ondas) de qualidade para a prática de surf

1.2. Objetivos

Pretende-se, com este trabalho, analisar a potencialidade da Região Autónoma dos Açores (RAA) para a prática de surf a nível desportivo e turístico, bem como propor medidas para a valorização deste produto no território.

Neste sentido, como objetivos específicos destacam-se:

- Caracterizar a atividade de surf e o seu potencial turístico nos Açores;
- Auscultar os praticantes e especialistas de surf na região sobre a potencialidade do território para a prática de surf;
- Visitação dos *spots* com potencial para a prática de surf na RAA;
- Proceder ao levantamento e caracterização dos principais *spots* com potencial para a prática de surf na região;
- Definir propostas de ação com vista à valorização do surf como um produto turístico na região.

1.3. Problemática da investigação

Os Açores são uma das regiões do país com prioridade no que concerne ao desenvolvimento do segmento do turismo na natureza (MEI, 2007), não sendo ao acaso que este arquipélago foi considerado pela revista *National Geographic Traveller* como um dos dez melhores destinos de verão do mundo, tendo ficado no oitavo lugar, onde segundo a mesma, trata-se de um “arquipélago intocado” (Esteves, 2011).

Neste sentido, o presente estudo consubstancia-se nas seguintes premissas:

- Os Açores são uma das regiões do país com maior potencial de crescimento turístico e em particular no turismo na natureza que tem muito a lucrar com

a aposta em formas alternativas de turismo, nomeadamente o turismo de surf;

- Carência de um levantamento e caracterização dos *spots* com potencial para a prática de surf neste arquipélago, o que se afirma como uma oportunidade de forma a diversificar a oferta turística;
- A divulgação das ondas açorianas visa promover a consciencialização da necessidade da sua preservação, contribuir para o desenvolvimento turístico local e regional, bem como atenuar a sazonalidade típica do turismo.

É neste sentido, que este estudo pretende ajudar a responder à seguinte pergunta de partida:

- *Qual a potencialidade do surf como produto turístico nos Açores?*

Deste modo, julga-se pertinente a elaboração desta investigação, para poder dar resposta a esta questão e orientar propostas de ação que permitam contribuir para o desenvolvimento do turismo de surf nesta região.

Tendo em conta as premissas e a pergunta de partida, foram definidas as seguintes hipóteses de estudo:

- Os Açores têm potencial para a prática de surf;
- Este arquipélago tem potencial para atrair praticantes de surf a nível local, regional, nacional e internacional;
- Existe uma necessidade de desenvolver e promover turisticamente esta região como destino de surf.

1.4. Abordagem metodológica

Este estudo é desenvolvido com o intuito de contribuir para a diversificação da oferta turística nos Açores, analisando a potencialidade do surf como produto turístico na RAA. Deste modo, após a revisão da literatura, foram desenvolvidos

contatos exploratórios no arquipélago a surfistas locais e turistas, bem como a especialistas da área, com o propósito de caracterizar e avaliar o potencial do turismo de surf nos Açores. Paralelamente, procedeu-se a um inventário e respetiva caracterização dos principais *spots* com potencial para a prática da atividade e, por fim, delineararam-se propostas de ação com o intuito de valorizar o surf como um produto turístico na RAA.

Na metodologia adotada no estudo destacam-se as seguintes fases:

- *Estado da arte em áreas relevantes para o tema*, com o intuito de contextualizar a área de intervenção, explorando o turismo e desporto na natureza, na generalidade, e o surf e o turismo a ele associado, em particular;
- *Análise do surf como potencial produto turístico nos Açores*, incidido no estado da arte do tema e na opinião dos praticantes sobre a potencialidade do surf como produto turístico na RAA, através da aplicação do instrumento de medida – questionário – junto dos mesmos. Após a recolha dos dados procede-se ao seu tratamento, análise e discussão;
- *Elaboração de um modelo de ficha para a divulgação dos spots de surf no arquipélago*, através da visita, levantamento e respetiva caracterização dos principais *spots* com potencial para a prática de surf;
- *Potencial e valorização do turismo de surf na RAA*, caracterizando a atividade de surf e o seu potencial turístico nos Açores, através do estado da arte, dos resultados obtidos, do trabalho em campo e da avaliação do potencial do território para a prática da atividade. Após esta caracterização, definem-se propostas para valorizar o surf como um produto turístico no arquipélago.

1.5. Estrutura da dissertação

O presente estudo é constituído por cinco capítulos. O primeiro capítulo diz respeito à introdução, onde se expõe o enquadramento da temática, os objetivos, a

problemática da investigação, a abordagem metodológica e a estrutura da dissertação.

O segundo capítulo caracteriza sumariamente o setor do turismo e desporto na natureza, nomeadamente com uma breve caracterização e importância económica do sector, as premissas para um planeamento do desenvolvimento turístico sustentável, a importância do estudo do ciclo de vida dos produtos turísticos, bem como a emergência do turismo alternativo e de nichos. Posteriormente enquadra-se o turismo e desporto na natureza, a comparação entre o desporto na natureza e a animação turística, e por fim, a sustentabilidade associada ao turismo na natureza.

No terceiro capítulo aborda-se o surf e o turismo a ele associado, onde inicialmente caracteriza-se o desporto e a sua história, o impacto socioeconómico gerado pela atividade, o enquadramento desta no *hypercluster* do mar, bem como a comparação entre prática desportiva e produto de animação turística. Posteriormente apresenta-se a relevância e tipologias do turismo de surf, e o perfil do turista de surf, bem como a sustentabilidade neste tipo de turismo e as oportunidades em Portugal.

O quarto capítulo dedica-se ao estudo do potencial do surf como produto turístico nos Açores. A primeira parte do capítulo consiste na justificação do território em estudo, seguindo-se com a caracterização do desenvolvimento turístico dos Açores e o enquadramento do surf no arquipélago. Na segunda parte, inclui-se a metodologia adotada no estudo e, de seguida, a análise e discussão dos resultados recolhidos junto aos praticantes de surf. Posteriormente apresenta-se um modelo de ficha utilizado para o inventário dos principais *spots* de surf da RAA e, por último, caracteriza-se a atividade de surf e o seu potencial turístico nos Açores e, definem-se propostas de ação com vista à valorização do turismo de surf no território.

No quinto e último capítulo, apresenta-se as considerações finais, abordando os principais resultados, a análise crítica dos pressupostos formulados, bem como as limitações e propostas de desenvolvimento.

2. TURISMO E DESPORTO NA NATUREZA

2.1. Turismo – Breve caracterização e importância económica

“O turismo é a vivência das emoções proporcionadas pelas características dos recursos existentes fora do local de residência habitual do turista e o conjunto de atividades socioeconómicas indispensáveis para que essa vivência se concretize” (Vieira, 2007: 18).

Segundo a Organização Mundial do Turismo (Sancho *et al.*, 1998: 11), “o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadas em locais fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”.

De acordo com esta organização, 940 milhões de turistas atravessaram fronteiras internacionais em 2010, sendo previsto aproximadamente 1.6 mil milhões de chegadas de turistas internacionais em 2020. Por sua vez, o setor representa atualmente 5% do PIB mundial, e um em cada 12 empregos no mundo é em turismo, representando 30% das exportações a nível mundial (Obadia, 2011; Carvão, 2009).

Estes factos e previsões para o futuro do turismo mundial, são cada vez mais importantes a considerar, pois o turismo influencia tremendamente a economia dos países e regiões onde se desenvolve pela sua dinamização e diversificação, quer ao nível nacional, regional ou local (Sancho *et al.*, 1998), podendo contribuir significativamente para a prosperidade e para o desenvolvimento económico dos destinos turísticos³ (Serra, 2009). Por outro lado, existe um volume significativo da procura estimulada pelo aumento do rendimento disponível, das motivações para viajar, do crescimento exponencial dos mercados emergentes acompanhado pelo crescimento continuado dos mercados tradicionais, das mudanças demográficas, sociais e tecnológicas, da diversificação de destinos e da crescente liberalização do sector (Obadia, 2011; Carvão, 2009).

³ “Por destino turístico entende-se o espaço físico em que o visitante efetua uma visita incluindo os produtos, serviços, atrações e recursos nele existentes” (OMT, 2004, op. Cit. Serra, 2009: 11).

Na realidade portuguesa, o turismo é dos sectores que mais contribui para o bem-estar económico do país. Para além do seu impacto na criação de emprego, investimento e rendimento, no Produto Interno Bruto (PIB) e na Balança de Pagamentos, o turismo também contribui para o desenvolvimento de outras atividades económicas, assumindo-se como o sector mais representativo no que concerne às exportações de serviços, tendo sido responsável por 42,5% do total em 2011 (Lusa, 2012a).

“Portugal está a afirmar-se como um destino turístico de excelência” (MEI, 2007: 3). De facto, o turismo em Portugal tem vindo a ganhar uma crescente e notória importância enquanto atividade económica, assumindo-se como um dos principais setores da economia nacional, representando cerca de 9% do PIB, apresentando uma tendência crescente (Matias, 2007; TP, 2011). No entanto, apesar de nos últimos anos se verificar um crescimento menos expressivo da atividade turística, a Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê que em 2020 se atinjam os 18.3 milhões de entradas de turistas estrangeiros em Portugal, sendo os principais países emissores a Alemanha, a Espanha, a França, a Holanda e o Reino Unido (Daniel, 2010).

O turismo português centrou a sua oferta turística predominantemente no produto “Sol e Mar” desde a década de 60, mas esta opção já não é adequada aos tempos atuais, pelo que o futuro do turismo nacional passa por diversificar e dinamizar a oferta turística, procurando a harmonização do aproveitamento deste território e a atenuação da sazonalidade (Daniel, 2010). Atendendo a estas circunstâncias foi desenvolvido o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), com o intuito de servir de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do turismo nacional com uma visão estratégica para um Horizonte de 10 anos, assente sobretudo em três pilares: o potencial de Portugal para ser um dos maiores destinos de crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional (MEI, 2007). Deste modo, a implementação do PENT é estruturada em cinco eixos (1) território, destinos e produtos; (2) marcas e mercados; (3) qualificação de recursos; (4) distribuição e comercialização; e (5)

inovação e conhecimento (MEI, 2007). A concretização dos cinco eixos é suportada na implementação de 11 projetos, a vários níveis e englobando múltiplas entidades que incluem (1) produtos, destinos e pólos; (2) intervenção em ZTIs (urbanismo, ambiente e paisagem); (3) desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores; (4) eventos; (5) acessibilidade aérea; (6) marcas, promoção e distribuição; (7) programa de qualidade; (8) excelência no capital humano; (9) conhecimento e inovação; (10) eficácia do relacionamento Estado-empresa; e (11) modernização (MEI, 2007). Por outro lado, de acordo com MEI (2007), atendendo às grandes tendências da procura internacional, foram definidos 10 produtos estratégicos, nos quais deverão assentar as políticas de desenvolvimento e captação da oferta turística existente, sendo estes (1) sol e mar; (2) turismo de natureza; (3) turismo náutico; (4) *resorts* integrados e turismo residencial; (5) turismo de negócios; (6) golfe; (7) gastronomia e vinhos; (8) saúde e bem-estar; (9) *touring* cultural e paisagístico; e (10) *city breaks*.

De um modo geral, o turismo depende de uma série de fatores, tais como a diversificação e a segmentação da oferta, a adequação dos produtos às necessidades, o apoio à formação, competitividade e qualidade com especial enfoque à proteção do ambiente e ao alto nível de profissionalismo, por parte de quem presta o serviço (Soifer, 2008).

2.2. Planeamento e desenvolvimento turístico sustentável

“O planeamento é sempre um instrumento de poder: quem planeia antevê o futuro, quantifica-o, porque o futuro é tão importante que não pode ser deixado ao acaso, de alguma forma, orienta-o” (Vieira 2007: 29).

Ruschmann e Widmer (2000, op. Cit. Marujo e Carvalho, 2010), defendem que o planeamento é essencial e indispensável para um desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, sociais e culturais das regiões de acolhimento evitando, deste modo, que o turismo destrua as bases que o fazem existir. Neste sector, o planeamento é uma condição necessária para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade (Carvalho, 2009). No entanto, este planeamento deve ser estratégico, integrador, participativo e pluralista no sentido de envolver as dimensões sociais, económicas e físicas (Gunn, 1994, op. Cit. Marujo e Carvalho, 2010).

Segundo Vieira (2007), os pilares do processo de desenvolvimento turístico são o pensamento, o planeamento e a gestão estratégicos, em que o planeamento estratégico se opõe ao planeamento tradicional⁴, sendo definido como “um processo sistemático para gerir a mudança e criar o melhor futuro possível. Trata-se de um processo criativo de identificação e acompanhamento das ações mais importantes, tendo em atenção as forças e fraquezas, bem como as ameaças e oportunidades” (Sorkin, 1996, op. Cit. Vieira, 2007: 50).

De acordo com Cunha (2003), o turismo tornou-se numa atividade que, além dos aspetos económicos, tem de passar a dar mais atenção e englobar os aspetos não materiais da vida, tais como, os valores humanos, o fortalecimento da cultura, e a preservação do património natural. Deste modo, o desenvolvimento turístico deverá focalizar a melhoria da qualidade de vida da população local suportada pelo desenvolvimento económico e pelo bem-estar físico e social (Vieira, 2007). Na figura 1 apresenta-se a hierarquia proposta pelo autor entre os grandes objetivos e metas do desenvolvimento turístico.

⁴ O planeamento tradicional é baseado no processo, preocupando-se com a forma de alcançar o objetivo; é elaborado por planeadores; pretende eliminar riscos; é reservado, difuso e pouco claro; considera o futuro o prolongamento do passado; é um plano a prazo; é rotineiro, regulamentador e reativo (Vieira, 2007).

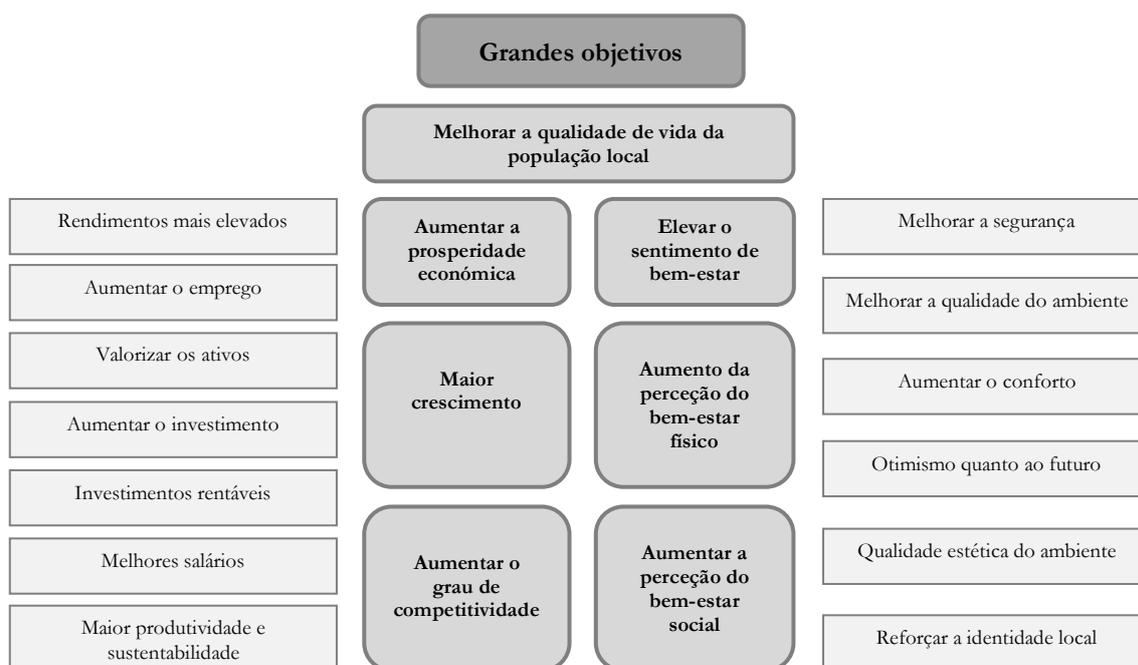


Figura 1 – Grandes objetivos e metas do desenvolvimento turístico (Fonte: Vieira, 2007)

No entanto, o desenvolvimento da atividade turística sem um planeamento adequado, envolvendo profissionais das mais variadas áreas, provoca uma degradação no meio ambiente, não só o natural, como o social e o cultural, o que tem como resultados a diminuição dos benefícios iniciais obtidos e a diminuição da competitividade, que provocará a perda de visitantes para outros locais (Dias, 2003). Assim sendo, o planeamento do desenvolvimento turístico permite criar e organizar um futuro coletivo desejado, atuando sobre a realidade numa abordagem multidisciplinar e concretizando um projeto de desenvolvimento socialmente justo (Vieira, 2007).

“O planeamento turístico é um processo integrado, incremental, contínuo, flexível, abrangente, complexo, realista, participado, sistémico e condicionante” (Inskip, 1991: 29, op. Cit. Vieira 2007: 82), devendo também subordinar-se aos níveis de planeamento hierarquicamente superiores. Esta compatibilização deve ser respeitada de acordo com os diferentes níveis de decisão e intervenção esquematizados no quadro 1.

Quadro 1 – Âmbito geográfico e atores do planeamento turístico (Fonte: Vieira, 2007 e OMT, 2003)

Âmbito geográfico e níveis de intervenção	Atores do poder público	Atores privados
Internacional	- OMT, EU, WTTC, OCDE, etc.	- Organizações turísticas internacionais - Empresas de transportes internacionais - Grandes grupos privados
Nacional	- Governo central - Organismos do Governo central - Grandes empresas públicas	- Grandes empresas de transporte aéreo, ferroviário e rodoviário - Grandes grupos hoteleiros, agências de viagem e operadores turísticos - Organizadores de grandes eventos - Associações empresariais e profissionais nacionais
Regional	- Governo regional - Comissões de coordenação e desenvolvimento regional	- Empresas de transportes regionais - Organizadores de eventos desportivos, religiosos, etc. - Associações empresariais regionais
Local	- Câmaras municipais - Empresas municipais	- População local - Hoteleiros autónomos - Restauração - Agentes de viagens independentes - Empresas de animação turística - Organizadores de eventos locais - Grupos de proteção ambiental - Associações locais

O planeamento turístico realizado nestes diferentes níveis de decisão tem, cada um, o seu nível de especificidade. A nível internacional são tratadas as questões mais amplas, enquanto que o planeamento local é mais específico. Segundo a OMT (2003), produtos turísticos especiais, como o ecoturismo, turismo rural ou animação turística, são executados essencialmente a nível local.

No entanto, o planeamento do turismo configura uma ferramenta estruturante da política de desenvolvimento turístico sustentável⁵, ocupando um lugar decisivo no processo de conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento, tendo como objetivos trazer determinados benefícios socioeconómicos para a sociedade, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico através da proteção da natureza e da cultura local (OMT, 2003).

⁵ A OMT define o desenvolvimento turístico sustentável como sendo aquele que “satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento ao mesmo tempo que protege e potencia novas oportunidades para o futuro”, preconizando que todos os recursos devem ser geridos de tal forma que “as necessidades económicas, sociais e estéticas devem ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte vitais” (OMT, 1998, op. Cit. Vieira, 2007: 24).

A sustentabilidade do desenvolvimento turístico, recomendada em 1995 na Carta do Turismo Sustentável aprovada na Conferência Mundial de Turismo Sustentável de Lanzarote e na Agenda 21 para o Turismo⁶, é considerada nos dias de hoje fundamental no planeamento turístico (OMT, 2004: 204, op. Cit. Vieira, 2007), sendo esta assumida como um fator intangível de competitividade para o desenvolvimento em conjunto com a qualidade do território, do conhecimento, do empreendedorismo e da capacidade de inovação (Vieira, 2007).

Outro conceito a ter em consideração é a capacidade de carga turística que assume grande relevância no desenvolvimento do turismo referindo-se à quantidade máxima que um determinado local pode suportar, sem ocorrerem alterações nefastas no meio ambiente físico e social, e sem prejudicar a satisfação do visitante (OMT, 2003; Dias, 2003; Rose, 2002).

Em suma, o planeamento do desenvolvimento turístico é um processo transversal a toda a sociedade que ultrapassa os seus aspetos económicos, territoriais ou ambientais (Vieira, 2007), e que deve ser pensado e planeado de forma sustentável, enfatizando sempre o equilíbrio entre os aspetos ambientais, económicos e sociais. Só assim se pode promover um adequado desenvolvimento turístico, preservando e planeando áreas adequadas para as atividades turísticas, otimizando a estrutura e o uso da oferta turística e contribuindo para a qualidade de vida das populações locais e para um planeamento do território integrado e equilibrado.

⁶ Esta Agenda 21 (Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo: Para um desenvolvimento Sustentável Ambientalmente) resulta da Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) e do esforço do WTTC – *World Travel & Tourism Council*, do Conselho da Terra e da UNWTO – Organização Mundial do Turismo (Vieira, 2007).

2.3. Produtos Turísticos – A importância do estudo do ciclo de vida

“Um destino turístico é composto de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar” (Valls, 2006: 26).

Para que se compreenda o conceito de produto turístico, é necessário distingui-lo do correspondente de atrativo turístico, compreendendo a relação com o destino turístico. Cooper *et al.* (1993, op. Cit. Sancho *et al.*, 1998), definem o destino turístico como a “concentração de instalações e serviços desenhados para satisfazer a necessidade dos turistas”. Por sua vez, a Sancho *et al.* (1998), define que o destino turístico é lugar onde o turista tem de se deslocar para consumir o produto turístico. Deste modo, segundo Ejarque (2005), um destino turístico é um sistema complexo que está formado por quatro elementos fundamentais:

- A economia local, gerada pelas atividades das próprias empresas, pelo mercado do trabalho e pela atividade produtiva;
- A sociedade, as pessoas e os residentes que vivem no destino;
- A natureza do destino e os recursos turísticos, tendo em conta não só o atrativo turístico baseado na existência de lugares e paisagens naturais de grande beleza, como também os espaços urbanos bem conservados;
- A notoriedade e a qualidade do destino.

Para Rose (2002), o produto turístico de qualquer destino turístico é composto pelo conjunto de bens e serviços colocados no mercado para a satisfação das necessidades dos turistas. Neste sentido, Middleton (2001) afirma que o produto turístico comporta as atrações e meio ambiente, instalações e serviços do destino, acessibilidades, imagens do destino e preço ao consumidor. O produto turístico integra ainda na sua constituição a animação, o ambiente e a população local (Tocquer e Zins, 2004).

De um modo geral, um produto turístico é uma “combinação de prestações e elementos tangíveis e intangíveis que oferecem benefícios ao cliente como reposta a determinadas expectativas e motivações” (Vera, 1997, op. Cit. Vieira, 2007: 94). Segundo Valls (2006: 27), atrativo turístico é definido como “o elemento que

desencadeia o processo turístico”, ou seja, a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não se poderiam desenvolver turisticamente (Boullón, 1983).

Rose (2002), acrescenta que o atrativo turístico possui maior valor quanto mais acentuado for o seu carácter diferencial, ou seja, o turista procura aquilo que é diferente do seu quotidiano, valorizando mais os atrativos únicos.

No entanto, Butler (1980), afirma que os produtos, destinos ou áreas turísticas têm uma evolução temporal, sendo a sua dinâmica de desenvolvimento impulsionada por fatores tais como as mudanças nas preferências e necessidades dos visitantes, a deterioração gradual e a possível substituição de equipamentos físicos e infraestruturas e a transformação (ou mesmo desaparecimento) das atrações naturais e culturais originais, responsáveis pela popularidade da área. Esta evolução pode ser selecionada em várias fases, através do estudo do ciclo de vida, que pode ser aplicado a vários níveis, tais como, turismo em geral, produto e destino turísticos (Choy, 1992).

Desta forma, estando definidos os conceitos de destinos, produtos e atrações turísticas será abordado o estudo do Ciclo de Vida do Produto Turístico (CVPT), desenvolvido por Butler (1980). De facto, todos os produtos têm um ciclo de vida, e no que concerne ao planeamento do desenvolvimento turístico, assume-se como um importante instrumento, permitindo identificar e caracterizar a evolução histórica do produto turístico e, após a identificação da fase do ciclo da sua vida onde se encontra, prospetivar o seu futuro e determinar as ações necessárias para o atingir (Ejarque, 2005; Vieira, 2007).

No que concerne ao surf, vários destinos turísticos transformaram esta atividade num produto turístico, que se estrutura através do seu principal atrativo, as ondas. O surf, como todos os outros produtos turísticos, tem um ciclo de vida. Assim sendo, no quadro 2 serão caracterizadas as fases mais comuns do CVPT, sendo adaptadas ao turismo de surf.

Quadro 2 – Fases do Ciclo de Vida do Produto Turístico: Turismo de surf (Adaptado de Vieira, 2007)

Fases do CVPT	Caracterização
Exploração	Fase de descoberta do surf pelos locais e turistas mais aventureiros. Destino com acessibilidade reduzida e sem infraestruturas de apoio aos surfistas.
Envolvimento	Fase em que se iniciam as pressões para o desenvolvimento de infraestruturas de apoio para os surfistas que conduzem ao primeiro envolvimento das autoridades locais. Surgem os primeiros turistas de surf.
Desenvolvimento	Fase de grande crescimento com o apoio local e de operadores turísticos que se caracteriza por uma oferta forte e uma procura compatível. Aumento substancial dos turistas de surf.
Consolidação	Fase em que o desenvolvimento atinge o limite e a oferta começa a ultrapassar a procura. A pressão da procura aproxima-se do limiar da capacidade física e social e a taxa de crescimento do número de turistas de surf diminui, embora ainda permaneça positiva. A atratividade do destino para a prática de surf começa a declinar
Estagnação	Nesta fase atinge-se o ponto máximo em termos de procura que se caracteriza por baixo poder de compra individual. Os turistas de surf procuram <i>spots</i> alternativos.
Pós-estagnação	Nesta fase podem seguir-se três caminhos: a estabilização da situação de estagnação, o rejuvenescimento ou o declínio absoluto.

O turismo sendo uma atividade económica dinâmica, “os novos produtos são importantes para a diversificação, incremento das vendas e vantagem competitiva” (Cooper e Hall, 2008: 29). De facto, os destinos turísticos têm a necessidade de inovar, de criar novos produtos, com o objetivo de proporcionar experiências turísticas apelativas, com potencial para atrair novos segmentos de mercados ou melhorar os níveis de satisfação dos turistas atuais, de modo a se manterem competitivos e ao mesmo tempo conseguirem um desenvolvimento sustentável (Stamboulis e Skayannis, 2003; Crouch e Ritchie, 1999, op. Cit. Araújo, 2011).

No caso específico dos Açores, a diversificação da oferta turística torna-se fundamental para atrair mais visitantes e, no que concerne ao desenvolvimento de novos produtos turísticos, o surf assume-se como um produto que possivelmente poderá gerar benefícios económicos e sociais às ilhas, tanto a nível local como regional, bem como contribuir para a preservação da orla costeira.

2.4. Emergência do turismo alternativo e de nichos

A massificação do turismo contribuiu para o aumento dos problemas ambientais nos destinos turísticos tradicionais, surgindo desta forma o turismo alternativo⁷ em oposição ao turismo de massas⁸. No turismo alternativo as atividades predominantes são as que possuem um maior contato com a natureza em que o turista procura a autenticidade (Dias, 2003).

Estes turistas, apelidados de “novos turistas” são consumidores (1) sensíveis às questões ambientais; (2) sensíveis a culturas locais; (3) conscientes das questões de justiça social; (4) mais independentes e conscientes das suas decisões; (5) elaboram previamente uma avaliação cuidadosa dos produtos turísticos; (6) mais flexíveis mas que procuram qualidade; (7) procuram experiências desafiantes, autênticas e marcantes; e (8) desejam contribuir para um impacto positivo no destino (Weaver e Oppermann, 2000; Boniface e Cooper, 2001, op. Cit, Lima e Partidário, 2002).

O turismo alternativo é considerado um turismo responsável⁹, que contribui para a economia local, visando a sustentabilidade a longo prazo, incorporando preocupações ambientais e a minimização dos impactos sobre as sociedades e culturas locais (Gavinho, 2010). De acordo com Silva (2008b), alguns dos segmentos associados ao turismo alternativo são o turismo ativo, o ecoturismo, o turismo na natureza, o turismo de aventura, o turismo desportivo, entre outros.

Segundo Vieira (2007), o turismo alternativo assume grande importância, pelo facto deste tipo de turista gastar três vezes mais receitas do que o turista convencional, consumindo de preferência serviços e produtos que geram maior valor para a economia, tem um impacto sobre o ambiente nove vezes inferior ao turismo de massas e gera dez vezes mais empregos. De facto, este tipo de turismo pode ser utilizado como instrumento de desenvolvimento local podendo proporcionar

⁷ O turismo alternativo “caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sociocultural negativo das pessoas em férias, promovendo abordagens radicalmente diferentes em relação ao turismo convencional” (Wearing e Neil 2001: 2, op. Cit. Dias, 2003: 16).

⁸ O turismo de massas “é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” e constituindo-se num dos maiores agressores dos recursos naturais (Ruschmann, 2001: 110, op. Cit. Dias, 2003: 15).

⁹ O turismo responsável “procura maximizar os benefícios para a economia local e minimizar os impactos sociais e ambientais negativos (IIES, 2007, op. Cit. Silva, 2008b: 12).

vantagens significativas para o território e para a sociedade, quando devidamente planeado (Brito, 2000, op. Cit. Gavinho, 2010).

Segundo Silva (2008b), o turismo alternativo apresenta maior potencialidade de expansão nos territórios menos humanizados ou nas comunidades pequenas mas com forte identidade cultural. No entanto, estes são aqueles que apresentam maiores fragilidades e suscetibilidade de maiores impactos, caso os modelos turísticos utilizados não forem condicionados pelo adequado ordenamento do território e centrados no desenvolvimento endógeno e sustentável.

O arquipélago dos Açores insere-se dentro desse tipo de território, predominantemente natural e com forte identidade cultural, tendo no turismo alternativo o novo paradigma que permite contribuir para um desenvolvimento sustentável (Silva, 2008b; Silva *et al.*, 2011c).

Sendo o conceito de turismo alternativo bastante abrangente há autores (Novelli, 2005; Simões e Ferreira, 2009; Henrique, 2009) que preferem utilizar o termo turismo de nichos, por se opor ao turismo de massas, por ser de baixa escala, por ser motivado por temas particulares, não tendo de corresponder exatamente a um “turismo alternativo”, mas integra-se neste na maior parte dos casos e, por fim, porque pressupõe uma segmentação do mercado. Segundo Simões e Ferreira (2009), o turismo de nichos está associado a uma lógica de sustentabilidade territorial, de motivações e escolhas turísticas alternativas, mais intimistas e genuínas, mas também a novos modismos. Cavaco e Simões (2009: 22), afirmam que o turismo de nichos se assume como a “expressão da singularidade, sofisticação e diferenciação do indivíduo-turista, na incessante procura de materialização dos seus desejos de viajar, conhecer, participar, aprender, recordar...”. Os mesmos autores defendem que o este tipo de turismo é um fenómeno complexo, caracterizado por uma oferta flexível, na maioria das vezes de pequena escala, sendo um mercado muito segmentado, constituído por consumidores com interesses muitos semelhantes entre si.

A constante busca da inovação, o desejo permanente da diferença, e a competitividade a nível global, impulsionaram a progressiva segmentação do

mercado turístico, o que levou ao aparecimento de uma grande diversidade e multiplicidade de produtos turísticos. Neste sentido, a tipificação do turismo de nichos torna-se uma necessidade, para uma melhor programação, desenvolvimento, promoção e comercialização dos respetivos produtos turísticos (Carvalho e Simões, 2009).

Perante tal facto, Novelli (2005), analisou as atividades em que o turismo de nichos se sustenta, propondo o agrupamento em cinco conjuntos, conforme se observa na figura 2.

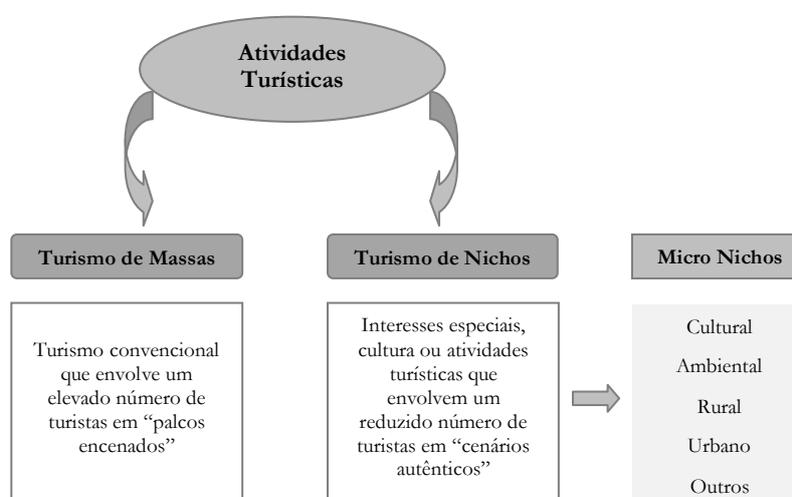


Figura 2 – Comportamentos do turismo de nichos (Fonte: Novelli, 2005)

Segundo o mesmo autor, estes micro nichos contribuem para o desenvolvimento do turismo alternativo. O micro nichos “ambiental” envolve a natureza e a vida selvagem, a aventura, etc., onde o turismo e o desporto na natureza se encontram inseridos, nomeadamente o turismo de surf.

2.5. Turismo e desporto na natureza

“O Turismo é a indústria que mais cresce no mundo e o de natureza é o nicho que mais cresce, 20 por cento anualmente, segundo a OMT” (Soifer 2008: 12).

O desporto e o turismo desenvolveram-se de forma individual, mas evoluíram ao longo dos tempos, com sinergias e áreas de sobreposição, destacando-se quatro

fatores que tiveram um papel fundamental para a relevância que estes dois fenómenos representam na sociedade moderna (1) a concentração das populações nos centros urbanos; (2) o aumento da duração do tempo de lazer; (3) o aumento do poder de compra; e (4) o desenvolvimento dos meios de transporte (Carvalho e Lourenço, 2009).

A prática de desportos na natureza é considerada um dos pilares fundamentais do turismo na natureza (SGT, 2004), representando este tipo de turismo, um mercado em expansão que reproduz grandes benefícios económicos a nível local, nacional e internacional (Standeven e De Knop, 1999, op. Cit. Granero, 2007).

Para Carvalho e Lourenço (2009) o turismo vive uma fase de profunda transformação, destacando a mudança de um turismo inativo, para um turismo ativo¹⁰, onde o objetivo é disfrutar a viagem retirando desta o maior número de vivências e experiências marcantes. Silva *et al.* (2011c: 16) referem que “o turismo tende a ser cada vez menos passivo e contemplativo para valorizar a componente ativa”. Estes autores defendem que estas alterações das dinâmicas do lazer e do uso do território têm sido constantes desde os finais do século XX, verificando-se no crescimento da procura dos espaços naturais e na expansão do turismo e desporto na natureza.

Deste modo, a saturação do turismo convencional ou de massas, é apontada como uma das principais razões para a evolução da procura de espaços naturais para fins turísticos e recreativos. Expande-se então o turismo em espaços naturais, que pretende assumir-se como garantia da conservação da natureza e respeitador do meio ambiente, onde as atividades predominantes são as que possuem um maior contato com a natureza, na qual o turista procura a autenticidade (Rodrigues, s.d.; Dias, 2003).

As motivações do turista contemporâneo assentam no reforço de novos interesses específicos associados à cultura, à natureza, à aventura e ao lazer. Segundo Funollet (1989, op. Cit. Marcial, 2003: 165):

¹⁰ O turismo ativo “privilegia as atividades físicas ou desportivas, que se praticam servindo-se dos recursos que oferece a própria natureza” (Ramón, 2006, op. Cit. Silva, 2008b: 12).

“A necessidade de fugir do quotidiano, de sentir-se importante como indivíduo, de reencontrar-se com algo perdido, a natureza, que juntamente com o interesse de ocupar o tempo livre de uma maneira ativa, criativa e com uma certa dose de aventura, obriga a procurar atividades novas ou a pôr em jogo fortes doses de risco”.

De facto, o turismo, o desporto e a natureza formam um triângulo que está cada vez mais em voga na sociedade contemporânea (Kurtzman e Zauhar, 2003, op. Cit. Granero, 2007). O crescente interesse pela prática de atividades de ar livre, quer a nível nacional, quer a nível internacional, aparece compactado com o desenvolvimento do turismo na natureza, que tem precisamente como objeto da atividade turístico-recreativa a própria natureza.

De acordo com Dias, Melo e Júnior (2007, op. Cit. Melo, 2009) o desporto deve ser entendido como um fenómeno social que acompanha os novos valores e tendências da sociedade, não negando a ideia de competição no desporto, mas sim, não menosprezar o seu carácter lúdico.

Desta forma, o termo desporto na natureza surge, segundo Bessy e Mouton (2004), associado ao aparecimento de novos espaços desportivos na natureza e ao aumento do número de praticantes que, conseqüentemente, proporcionaram uma maior organização, estruturação e segurança das práticas.

Melo (2009: 101) propõe como definição de desportos na natureza:

“Todas as atividades físicas e corporais que se realizam em contacto direto com a natureza, apresentando um formato organizado ou não, que tenham por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais, o intuito de recreação e lazer ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis, e que contribuam para a sustentabilidade do desenvolvimento local, nas dimensões ambiental, económica e sociocultural”.

A relação com a natureza é de facto o elo fundamental que caracteriza os praticantes de desportos na natureza que buscam um retorno à natureza, na procura da liberdade e integração com o meio natural (Melo, 2009). De acordo com Dias (2003), um dos principais fatores de motivação para a prática de desportos na natureza são a aventura esta proporciona. Segundo Swarbrooke *et al.* (2003), a aventura é uma experiência estimulante e intensa, onde as pessoas são expostas a ambientes e situações que estimulam os sentidos, as emoções, o intelecto e a fisiologia do corpo.

O número de praticantes de desportos na natureza tem vindo a crescer de forma significativa, surgindo ao mesmo tempo novas modalidades desportivas e produtos associados à animação desportiva (Silva, 2008b) incluindo atividades em todos os meios, desde o ar, à água, à superfície do solo e ao subsolo.

De acordo com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei 5/07, de 16 de janeiro), o desporto na natureza é definido como a atividade física e prática desportiva em espaços naturais, devendo reger-se pelos princípios do respeito pela natureza e da preservação dos seus recursos, bem como pela observância das normas dos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente das que respeitam às áreas classificadas, de forma a assegurar a conservação da diversidade biológica, a proteção dos ecossistemas e a gestão dos recursos, dos resíduos e da preservação do património natural e cultural. O desporto na natureza deve ainda contribuir para a divulgação e interpretação do património natural e cultural, a sensibilização e educação ambientais e a promoção do turismo na natureza.

Por sua vez, o turismo na natureza é referente a todos os espaços predominantemente naturais tendo como motivações principais a realização de atividades desportivas, lúdicas, educativas ou de relaxamento “ que usem expressamente os recursos naturais de forma específica garantindo a segurança do turista, sem degradar ou desgastar os recursos” (SGT, 2004: 6). Sejam estas atividades realizadas em áreas protegidas ou noutros espaços naturais, estas “práticas aproximam o Homem da natureza de uma forma saudável e não nociva para a conservação da mesma” (Silva, 2010e: 16).

“O turismo na natureza, em especial, configura-se no momento como uma importante alternativa de desenvolvimento sustentável, e usa os recursos naturais sem os comprometer” (Soifer, 2008: 13). Este tipo de turismo pressupõe a prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio à prática de caminhadas, espeleologia, orientação, escalada, passeios de bicicleta, atividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais (RCM 112/98, de 25 de agosto).

De acordo com o DL 108/09 de 15 de maio, o turismo de natureza refere-se às atividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais, que sejam reconhecidas como tal pelo agora designado por Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). No entanto, convém salientar que o turismo na natureza, já existia antes do turismo de natureza ser regulamentado. A prática de turismo na natureza, não se limita apenas às zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas ou as reconhecidas pelo ICNF, sendo esta situação uma especificidade da legislação portuguesa, pois esta prática reporta para todos os espaços que reúnam condições geográficas e naturais para a prática das diferentes atividades (Silva, 2010e; Serra, 2009).

Os turistas na natureza segmentam-se em dois tipos distintos, o turista *hard* e o turista *soft*, conforme se pode observar no quadro 3 (THR, 2006a):

Quadro 3 – Turistas da natureza (Fonte: THR, 2006a)

Turista <i>Hard</i>	Turista <i>Soft</i>
Entre os 25 e os 30 anos / Estudante ou profissional liberal	Famílias com filhos, casais e reformados
Viaja 5 vezes por ano	Viaja entre uma e duas vezes por ano
Quer contemplar a natureza, observar a fauna, praticar desporto	Quer descansar, desligar, caminhar, descobrir novas paisagens, fazer fotografia
Fica alojado em <i>bed & breakfast</i> , parques de campismo, casas rurais e refúgios de montanha	Dá preferência a pequenos hotéis de 3 e 4 estrelas e casas rurais
Compra através da Internet ou associações especializadas	Compra sobretudo programas de verão e em agências de viagens
Informa-se através de revistas, clubes ou Internet	Informa-se através de brochuras ou opiniões de terceiros
Representa 20% dos turistas na natureza	Representa 80% dos turistas na natureza

Segundo um estudo realizado por THR para o Turismo de Portugal, I.P. (TP) em 2006 (2006a), o sector de turismo na natureza traduzia-se num mercado de 22 milhões de viagens internacionais por ano na Europa, crescendo a um ritmo anual acumulado de 7%, sendo os principais mercados emissores a Alemanha e a Holanda, representando respetivamente 25% e 21% do mercado. Atendendo às tendências da procura internacional e às potencialidades do território português, no PENT, o turismo na natureza foi considerado como um dos 10 produtos turísticos estratégicos para o desenvolvimento do turismo nacional, para o período de 2006 a 2015. No entanto, embora a situação socioeconómica se tenha alterado, o mesmo estudo refere que tendo por base o grau de desenvolvimento dos últimos anos do turismo na natureza em Portugal, e tomando como referencia um horizonte até 2015, a velocidade de crescimento deste sector pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual de 9%, sendo superior à taxa de crescimento do mercado de turismo na natureza a nível internacional (THR, 2006a).

De facto, dada à elevada diversidade cultural e natural, clima mediterrâneo e a proximidade aos grandes mercados emissores, Portugal tem boas condições para se afirmar como um destino importante para o turismo na natureza (Soifer, 2008).

No que concerne aos Açores, estas ilhas possuem recursos naturais com grande capacidade de atração turística, assumindo-se como um destino prioritário no desenvolvimento do turismo na natureza (THR, 2006a). De facto, este arquipélago apresenta condições de excelência para a prática de atividades na natureza e de aventura, sendo um território diversificado e com grande potencial, nomeadamente para atividades na terra e no mar, como o é caso do surf (Silva e Almeida 2011d). O potencial natural e a necessidade da sua preservação foram reconhecidos no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores¹¹ (POTRAA), onde segundo este plano, o destino Açores é estruturado principalmente pelo produto natureza, que ainda se encontra pouco diversificado e, muito pouco acompanhado

¹¹ O POTRAA “define a estratégia de desenvolvimento sustentável do setor do turismo e o modelo territorial a adotar e tem por vocação fundamental agregar os esforços e iniciativas das administrações públicas regional e local de toda a sociedade açoriana à volta de um conjunto de objetivos comuns comumente partilhados. É também um instrumento orientador dos diversos agentes económicos e disciplinador da ação administrativa, definindo para cada ilha os produtos estratégicos e a evolução da oferta turística até 2015” (DLR 38/08/A, de 11 de agosto).

por outros produtos alternativos suscetíveis de atrair novos segmentos de mercado (DLR 38/08/A, de 11 de agosto).

2.6. Desporto na natureza versus animação turística

“As práticas de desportos na natureza atuam, em especial no âmbito do lazer turístico, como um agente de mudança, trazendo inúmeros impactos às condições económicas regionais, às instituições sociais e à qualidade ambiental” (Mings e Chulikpongse, 1994, op. Cit. Melo, 2009: 100).

Os espaços ao ar livre naturais assumem-se como o cenário comum às práticas de desportos na natureza, normalmente em zonas rurais ou em áreas protegidas, próximas dos locais habituais de residência ou em locais mais afastados. Estas práticas associadas ao lazer, assumem-se como um potencial fator de desenvolvimento do turismo (Melo, 2009), revelando a animação turística um papel essencial para a sustentabilidade do mesmo.

“A animação turística é um setor muito dinâmico e em expansão que apresenta grande diversidade de atividades, muitas das quais consideradas de risco acrescido” (Silva *et al.*, 2011c: 12). Os mesmos autores consideram que este é um setor potencialmente estruturante no que concerne à oferta de serviços e de produtos aos turistas, encontrando-se direcionado para o turismo ativo, nomeadamente para a animação desportiva, ambiental, cultural, segmento de experiências e para algumas atividades complementares.

Segundo a legislação em vigor a nível nacional (DL 108/09, de 15 de maio: 3036) consideram-se “atividades próprias das empresas de animação turística, a organização e venda de atividades recreativas, desportivas ou culturais, em meio natural ou instalações fixas destinadas a esse efeito, de caráter lúdico e com interesse turístico para a região em que se desenvolvam”. As atividades de animação turística que sejam desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais denominam-se por atividades de turismo na natureza, desde que o ICNF as reconheça como tal.

As infraestruturas e as entidades prestadoras de serviços de animação turística fazem a diferença na atratividade das regiões em que se encontram implantadas, sendo também essenciais ao equilíbrio do desenvolvimento turístico, de áreas com produtos já bastante amadurecidos, ávidas de renovação e desenvolvimento de novos tipos de produtos turísticos, bem como no combate à sazonalidade típica do setor (IQF, 2005).

Contudo, as atividades de animação turística devem realizar-se de acordo com as disposições legais e regulamentares em matéria de ambiente, contribuindo para a preservação do ambiente sempre que possível, nomeadamente maximizando a eficiência na utilização dos recursos e minimizando a produção de ruído, resíduos, emissões para a água e para a atmosfera e os impactes no património natural. Quando estas atividades são realizadas em áreas protegidas devem observar os respetivos planos de ordenamento¹² e cartas de desporto de natureza¹³ (DL 108/09, de 15 de maio).

Quadro 4 – Principais desportos e atividades de animação na natureza (Fonte: DL 108/09, de 15 de maio e SGT, 2004)

Terrestres	Pedestrianismo	Aquáticas	Passeios de barco a motor
	Montanhismo		Canoagem e Caiaque de mar
	<i>Canyoning</i>		Caiaque de águas bravas
	BTT e Cicloturismo		<i>Rafting e Hidrospeed</i>
	Espeleologia e Espeleísmo		Mergulho
	Multiatividades		<i>Surf</i>
	Orientação e Corridas de aventura		<i>Bodyboard</i>
	Escalada e Rapel		<i>Kitesurf</i>
	<i>Paintball</i>		<i>Windsurf</i>
	Esqui e <i>Snowboard</i>		Remo
	Hipismo e Passeios a cavalo		<i>Skimming</i>
	Jogos tradicionais		Vela
	Golfe		<i>Wakeboard</i> e Esqui náutico
	Observação de Fauna e Flora		
	Tiro com arco		
	Todo o terreno, Moto 4, <i>Kartross</i>		
	Atividades com cordas		
	Aéreas	Asa delta e Parapente	
		Balonismo	
		Paraquedismo e Voo livre	
		Ultra leve	

¹² Segundo o ICNF (2012a), nas áreas protegidas os planos de ordenamento a observar são os seguintes: o Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP), o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM).

¹³ Neste momento encontram-se aprovadas duas cartas de desporto de natureza: Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e a Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais (ICNF, 2012b).

Segundo Silva (2010e), durante os últimos anos surgiram diversas atividades recreativas ou desportivas e produtos associados à animação turística, tal como foi o caso do surf, como resultado de novas formas de fruir a natureza, sendo estas incluídas no conceito de turismo na natureza (Quadro 4).

Estes desportos e atividades na natureza, crescentemente implantados e capazes de responder a novas necessidades da procura, no que concerne ao contacto com a natureza e bem-estar físico e psicológico, bem como experienciar a aventura, assumem-se como uma componente essencial na renovação e diversificação da oferta turística (IQF, 2005, op. Cit. Silva, 2010e).

Como muitos dos desportos na natureza são simultaneamente de aventura, segundo Almeida e Silva (2009: 310) estamos perante atividades:

“consideradas de risco acrescido, ou seja, são atividades onde existem vários perigos que, pela sua conjugação ou magnitude, implicam a necessidade de adotar boas práticas e medidas de segurança para se terem níveis de risco residual reduzidos e aceitáveis. Os perigos derivam das características das atividades e do meio onde são praticadas”.

Desta forma é fulcral, que estas atividades sejam praticadas e enquadradas de forma responsável, tanto em termos de segurança, como em termos ambientais (Silva *et al.*, 2011c).

Os mesmos autores afirmam, que o número de empresas de animação turística tem vindo a crescer, ao mesmo tempo que a oferta de serviços de animação é ampliada e diversificada, de forma a proporcionar uma participação ativa dos participantes, onde vivenciam experiências intensas e genuínas, aumentando a interação com o território e populações locais.

Segundo o ICNF (2012c), de acordo com os dados fornecidos pelo Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT)¹⁴, no terceiro trimestre de

¹⁴ O Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística, integrado no Registo Nacional do Turismo, é a ferramenta eletrónica através da qual as empresas solicitam ao Turismo de Portugal, I.P., autorização, em cumprimento do DL 108/09 de 15 de maio, para exercerem atividades de animação turística e/ou marítimo-turísticas (IP, s.d.)

2012 encontravam-se registadas cerca de quatrocentas empresas, com reconhecimento para a prática de atividades de turismo na natureza.

No entanto, apesar do crescimento do número de empresas de animação turística nos últimos anos, Silva (2008b) afirma que, em Portugal, a maioria dos praticantes de desportos na natureza, não recorrem aos seus serviços, praticando as atividades autonomamente, em pequenos grupos, ou através de atividades organizadas por clubes e associações.

Silva *et al.* (2011c), consideram que embora a oferta de animação turística seja fulcral para garantir as necessidades do turista atual, que valoriza cada vez mais um turismo ativo, ainda estamos perante um sector jovem pouco consistente, sendo composto quase exclusivamente por microempresas.

2.7. Turismo na natureza e sustentabilidade – A nova visão do turismo e os seus pilares

“...a qualidade do turismo só pode ser garantida com a sustentabilidade do seu desenvolvimento”
(Vieira, 2007: 53).

O conceito de desenvolvimento e turismo sustentável está diretamente ligado à conservação do meio ambiente, podendo este garantir o desenvolvimento sem degradar nem esgotar os recursos naturais, renovando-os, ao mesmo tempo que são utilizados; satisfazendo deste modo as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade para satisfazer as próximas gerações (Rose, 2002).

De facto, o turismo sustentável deve ser desenvolvido potenciando cadeias de valor relacionadas, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, conservação do meio ambiente e fomentação de práticas ambientalmente responsáveis por parte de todos os agentes e, demonstrando que o turismo não só constrói como adiciona valor e qualidade de vida (MEID, 2011).

O turismo e o meio ambiente estão intimamente relacionados, sendo um sector que tanto pode gerar impactos positivos quanto negativos, dependendo da qualidade do seu planeamento, desenvolvimento e controle (OMT, 2003). Neste sentido, o impacto do turismo sobre o meio ambiente é inevitável. O objetivo é mantê-lo nos limites aceitáveis, de forma a não provocar modificações ambientais irreversíveis e não prejudicar o prazer do visitante ao fruir do lugar. O turismo quando devidamente planeado, os impactos positivos são muito superiores aos negativos, contribuindo para a proteção ambiental, conservação e restauração da diversidade biológica e do uso sustentável dos recursos naturais (Dias, 2003).

Deste modo, segundo Vieira (2007), os objetivos e pilares do desenvolvimento turístico sustentável são os seguintes:

- Garantir a qualidade do território, realidade física e natural onde o turismo tem lugar;
- Promover e sustentar a qualidade e eficiência do tecido socioeconómico com as suas vertentes culturais, políticas e económicas;
- Assegurar um bom ambiente com os seus equilíbrios naturais e salvaguardar a qualidade recreativa dos recursos naturais e artificiais.

“A importância do desenvolvimento turístico de forma sustentável é particularmente importante em destinos turísticos mais frágeis como os que estão ligados ao turismo de natureza, como os parques naturais (...) e as pequenas ilhas” (Vieira, 2007: 61). Os Açores inserem-se nesta tipologia de destinos turísticos, onde o meio natural é o seu principal atrativo, tornando-se imprescindível promover um desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação e preservação dos recursos, pois o meio natural é cada vez mais procurado para a prática de atividades de recreio e lazer.

Segundo Vieira (2007: 62), no planeamento do turismo na natureza é fundamental garantir:

- “O controlo exigente da qualidade ambiental;

- A correta definição, gestão e cumprimento dos limites de mudança do que é aceitável;
- O planeamento das acessibilidades e da circulação interna;
- A gestão dos conflitos gerados pelas diferentes motivações dos turistas;
- O estabelecimento de formas de cooperação e parcerias entre a administração e a população residente;
- Um correto ordenamento do território que delimite estes destinos e defina os usos de cada uma das zonas em que eles se dividem e organizam”.

O turismo na natureza desenvolvido de forma sustentável e aliado à definição e gestão da capacidade de carga, pode contribuir para gerar uma série de inversões no meio ambiente, que irão resultar na conservação do meio e na manutenção e possível aumento de turistas nesses locais, contribuindo para a melhoria da paisagem e para a conservação dos recursos naturais (Dias, 2003).

Por outro lado, a perceção mundial em relação à importância da conservação da biodiversidade evoluiu de um estágio inicial restrito à proteção de determinadas espécies, para a conservação da biodiversidade num contexto mais funcional incluindo ecossistemas, as suas funções e serviços ambientais, exploração económica e o uso sustentável dos mesmos. Uma das estratégias mais importantes para a conservação é a proteção da biodiversidade dentro de uma dada área geográfica. Neste sentido, as áreas protegidas assumem-se como um dos mecanismos de preservação e conservação dos recursos ambientais (Mussi e Motta, 2006).

Tendo como objetivo conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com a atividade turística nas áreas protegidas, o governo português estabeleceu o Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN), que visa a necessidade de consagrar nestas áreas a integração e sustentabilidade de quatro vetores: (1) conservação da natureza; (2) desenvolvimento local; (3) qualificação da oferta turística; e (5) diversificação da atividade turística (RCM 112/98, de 25 de agosto).

No que concerne aos Açores, de forma a preservar a biodiversidade e a geodiversidade do arquipélago, foram criados os Parques Naturais de Ilha (PNI), em todas as ilhas da região. O intuito desta estrutura é permitir a gestão do território

orientada para a conservação da diversidade bem como para a utilização sustentável dos recursos naturais, de forma a potenciar o turismo e a qualidade de vida das populações (SRAM, 2011). A classificação, gestão e administração das áreas protegidas dos Açores seguem critérios defendidos pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN)¹⁵, dividindo-se em cinco tipologias distintas: (1) reserva natural; (2) monumento natural; (3) área protegida para a gestão de habitats ou espécies; (4) área de paisagem protegida; e (5) área protegida de gestão de recursos (Silva *et al.*, 2011c; PNF, 2010).

No quadro 5, observa-se algumas das Áreas Protegidas (AP) dos Açores e respetivas tipologias, onde estão localizados alguns dos *spots* com potencial para a prática de surf nas nove ilhas do arquipélago.

Quadro 5 – *Spots* com potencial para o surf localizados em áreas protegidas (Adaptado de SRAM, 2011)

Ilha	AP - Local	AP – Tipologia
São Miguel	- Ponta do Cintrão - Ponta da Maia - Caloura – Ilhéu Vila Franca do Campo - Costa Este - Ponta da Ferraria - Ponta da bretanha	- AP de Gestão de Recursos
	- Ponta do Escalvado	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies
Santa Maria	- Prainha	- Monumento Natural
	- Baía de São Lourenço	- Área de Paisagem Protegida
	- Baía de São Lourenço - Costa Norte e Sul	- AP de Gestão de Recursos
Terceira	- Ponta das Contendas - Costa das Quatro Ribeiras	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies
	- Costa das Contendas - Quatro Ribeiras - Baixa da Vila Nova	- AP de Gestão de Recursos
	- Costa Noroeste	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies
São Jorge	- Fajãs do Norte	- AP de Gestão de Recursos
	- Lajes do Pico - Zona do Morro	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies
Pico	- Canal Pico-Faial - Lajes do Pico	- AP de Gestão de Recursos
	- Costa Noroeste	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies
Faial	- Capelinhos - Canal Faial-Pico	- AP de Gestão de Recursos
	- Ilhéu da Praia	- Reserva Natural
Flores	- Costa Norte	- AP de Gestão de Recursos
	- Falésias da Costa Norte	- Área de Paisagem Protegida
	- Costa Sul, Sudoeste e Nordeste	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies
Corvo	- Costa do Corvo	- AP para a Gestão de Habitats ou Espécies e de Recursos

¹⁵ Organização internacional dedicada à conservação da natureza (Silva *et al.*, 2011c).

3. SURF E O TURISMO

3.1. Breve história do surf

“O surf é o desporto mais saudável, tanto em termos físicos como psíquicos, é o mais violento e o mais pacífico, assim como o mais ecológico” (Lusa, 2012b).

O surf tal como é conhecido hoje em dia, terá surgido por volta do século XI, sendo uma invenção Polinésia, com o seu desenvolvimento nas ilhas Havaianas (Warshaw 2003).

Em 1778, o Capitão James Cook chegou ao Havai e deparou-se com um homem a apanhar uma onda, em cima de uma prancha. No entanto, após a chegada dos europeus, a população local foi bastante dizimada devido aos vírus e bactérias oriundos da Europa. Considerada uma atividade imoral pelos missionários europeus, o surf foi praticamente extinto no início do século XIX (Kampion e Brown, 2003).

O renascimento do surf e a sua afirmação decorreu na primeira metade do século XX (Warshaw, 2003). Foi o nadador olímpico havaiano Duke Kahanamoku que o introduziu na Austrália, tendo sido este apelidado como “o pai do surf moderno”. Em 1928 Tom Blake inventou a prancha de surf oca, em Waikiki, reduzindo o seu peso para cerca de 20 quilos (Cralle, 2001). Em 1934, John Kelly, Fran Heath e Wally Froiseth inventaram as pranchas *hot-curl*, e um ano após essa invenção, Tom Blake introduziu a quilha (*fin*) no fundo da prancha. As pranchas mais leves, feitas de balsa, surgiram no final deste período (Cralle, 2001).

No seguinte período, de 1945 a 1966, Malibu torna-se o centro dos acontecimentos relacionados com o surf. Começaram a surgir as primeiras lojas, filmes e revistas deste desporto, de onde advertiu o nascimento da cultura do surf, que passou a ser encarada como um estilo de vida (Warshaw, 2003). Em 1960 apareceram os fatos isotérmicos de neoprene (Cralle, 2001). Em 1964, realizou-se o primeiro campeonato do mundo de surf em Manly, na Austrália, e foi fundada a *International Surfing Federation* (ISF) (Kampion e Brown, 2003). Foi ainda em 1960 que aumentou

a consciência ambiental no seio do surf, culminando no movimento *Save Our Surf* (SOS). Esta organização visava questões de acessibilidade de praias, propostas de portos, derramamento de petróleo, desenvolvimentos costeiros, poluição das águas do oceano e outras preocupações ambientais, tendo surgido nos seguintes anos outras organizações com fins semelhantes (Kampion e Brown, 2003).

O período de revolução do surf ocorreu do final da década de 1960 até ao início da década de 1990, sendo as grandes alterações provocadas pela introdução das pranchas de poliuretano, mais leves e mais pequenas, que permitiram uma enorme evolução técnica dos surfistas (Kampion e Brown, 2003; Warshaw, 2003).

Com o aparecimento do cabo (*leash*), a prancha passou a estar presa ao surfista (Cralle, 2001), pelo tornozelo, aumentando não só a segurança, como o tempo de prática. Em 1970, Steve Lis inventou as pranchas de duas quilhas, que permitiram uma maior mobilidade. Seis anos mais tarde, a ISF passou a denominar-se ISA (*International Surfing Association*). Em 1981, foram concebidas por Simon Anderson, pranchas com três quilhas. No ano seguinte, a ISA é reconhecida, a nível mundial, como organismo responsável pelo surf amador, e em 1983, Ian Cairns, fundou a *Association of Surfing Professionals* (ASP) (Mauro, 2003, op. Cit. Moreira, 2007).

No entanto, o surf de competição só surgiu em 1992, e rapidamente atingiu os mais elevados níveis de organização e divulgação, com prestações de grande nível, por parte dos competidores, que recebem elevadas quantias pela participação no *World Championship Tour* (WCT), onde apenas os 44 melhores surfistas do mundo podem participar. Os atletas que se destacam desde 1992, até à atualidade, são o Kelly Slater, com 11 títulos; o Andy Irons, falecido em 2010, com três títulos; e nas mulheres a Layne Beachley com sete títulos; a Stephanie Gilmore com cinco títulos; e por fim, a Lisa Anderson, com quatro títulos (Moreira, 2007).

3.2. Caracterização do surf

O surf consiste em deslizar na parede da onda, em cima de uma prancha, em direção à praia. Esta atividade está dependente essencialmente das condições do mar, do equipamento e das competências dos praticantes, exprimindo-se essencialmente ao nível das manobras realizadas na viagem em cima da prancha e da onda. Isto é, as manobras são ações motoras responsáveis pelo movimento do surfista e consequentemente da prancha, tendo com elas relacionadas aspetos cognitivos, que são os conhecimentos teóricos, que permitem a compreensão e interpretação, que o surfista faz de cada manobra (ou seja estamos a falar do estilo individual). No entanto também existem aspetos mecânicos (como forças, ângulos, velocidades) que influenciam as execuções, dependendo do peso e altura de cada surfista e da capacidade de resposta ao nível da condição física (Moreira, 2004, op. Cit. Moreira, 2007).

Segundo Henriquez (2004, op. Cit. Moreira, 2007), na prática do surf, enquanto esperam no *line up*¹⁶, os surfistas estão atentos à aproximação das ondas, para depois remarem até apanhar a onda escolhida, sendo necessário executarem o *take off*, para ficarem em pé na prancha, e então deslizarem e manobrarem na parede da onda.

3.3. Impacto socioeconómico do surf – A nível mundial, nacional e local

“While surf, both as a sport and as an economic activity has been growing at a steady rate in Portugal over the last decades...” (Bicudo e Horta, 2009: 1).

Segundo um estudo desenvolvido por Bicudo e Horta (2009), a degradação das ondas levanta um problema social. De modo a quantificar o problema, é fundamental analisar os dados sobre o impacto socioeconómico do surf, a nível mundial, nacional e local.

De acordo com a EuroSIMA (2006, op. Cit. Bicudo e Horta, 2009), existem no mundo cerca de 23 milhões de surfistas, com 500.000 a 600.000 surfistas no Reino

¹⁶ Linha a partir da qual as ondas começam a rebentar (Moreira, 2007).

Unido e 200 mil em França. Segundo a mesma fonte em 2005, foram vendidas 20 mil pranchas em França, com o mercado global de surf em 2005-2006 a representar 11 mil milhões de euros, acima de 10 mil milhões € em relação ao ano anterior, sendo que 65% do mercado era constituído por quatro das maiores empresas de surf¹⁷. Deste número, o mercado europeu representa cerca de 1.480 milhões de euros dos quais 1.100 milhões € advêm de empresas sediadas na região Aquitane.

Em Portugal, existem resultados relativamente detalhados sobre o número de surfistas (SurfTotal 2008; Alfarroba 2008; FPS, 2008, op. Cit. Bicudo e Horta, 2009). Segundo os mesmos autores, o surf tem vindo a crescer exponencialmente nas últimas décadas. Na figura 3 representa-se a evolução do número de surfistas nas últimas décadas, que praticam surf regularmente, pelo menos uma vez por semana.

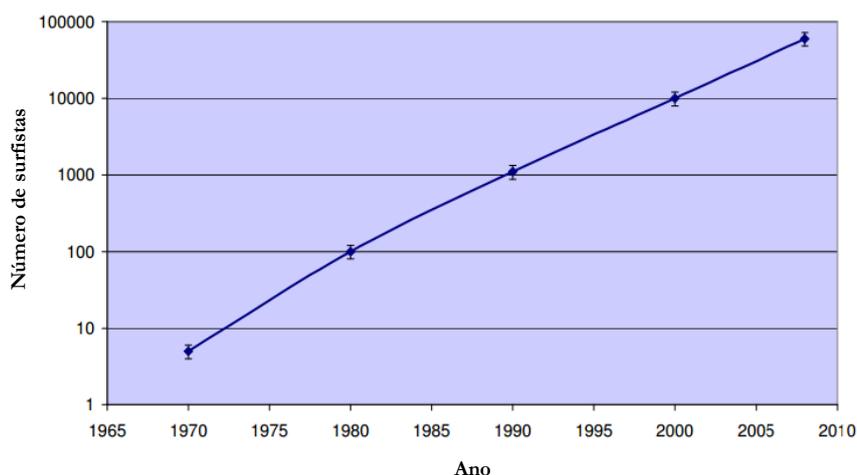


Figura 3 – Evolução do número de surfistas em Portugal (Fonte: Bicudo e Horta, 2009)

No quadro 6, apresenta-se o número de surfistas portugueses com diferentes níveis de surf em 2008, incluindo o *bodyboard* e o *longboard*. É de salientar que o fator de crescimento é de 25% a 30% e a população portuguesa entre os 15 e 35 anos, já experimentou praticar surf pelo menos uma vez na vida. No entanto, os membros da Federação Portuguesa de Surf (FPS) representam apenas cerca de 1% do número total de 443.000 atletas federados de todos os desportos (Bicudo e Horta, 2009).

¹⁷ Quiksilver, Billabong, Rip Curl, e Oxbow (Bicudo e Horta, 2009).

Quadro 6 – N.º de surfistas portugueses com diferentes níveis de surf em 2008 (Fonte: Bicudo e Horta, 2009)

Nível de Surf	N.º de surfistas em 2008
Competidor mundial	10
Competidor profissional	50
Competidor em Portugal	1.000
Membros da Federação de surf	5.000
Surfam regularmente	50.000 a 70.000
Surfaram pelo menos uma vez	100.000 a 500.000

No que concerne ao impacto econômico da indústria do surf (SurfTotal 2008; Alfarroba 2008; FPS 2008, op. Cit. Bicudo e Horta, 2009), existem dois métodos diferentes para chegar às perspectivas económicas, por um lado, o total do fluxo de caixa das diferentes empresas de surf, e por outro, despesas de surf realizadas por cada um dos surfistas regulares (50.000 a 70.000). É de salientar que, em Portugal, existem mais de 100 escolas de surf, 200 lojas de surf com fluxo de caixa entre os 200 mil € e os 500 mil € por ano e por loja, 10 revistas de surf e 20 fábricas de pranchas. Outro fator a ter em conta, é que cada *World Qualifying Series* (WQS) de 6 estrelas, com um *prize money* de 100 mil €, traz para a competição 500 pessoas por duas semanas, aumentando o fluxo de caixa local em cerca de um milhão de euros.

Por outro lado, cada surfista regular gasta entre dois a três mil euros por ano em equipamento de surf e em viagens. Somando tudo, chega-se a um número consistente de 150 € a 200 milhões € de fluxo de caixa total para a indústria do surf em Portugal (Bicudo e Horta, 2009). A este número há ainda que acrescentar o impacto económico do turismo de surf. É de salientar, que atualmente o impacto do turismo de surf vem principalmente de surfistas locais. Estes surfistas contribuem positivamente para os bares e restaurantes nos *spots* de surf populares, que conseguem estar abertos durante todo o ano graças à presença de surfistas e de clientes atraídos pela atividade do surf. Nas restantes praias, mais distantes dos centros urbanos, onde residem a maioria dos surfistas, os hotéis, bares e restaurantes só tem lucros com o surf durante o fim de semana. Atualmente existem inúmeros *surf camps* que recebem surfistas estrangeiros, sendo estes pequenos alojamentos temáticos dedicados aos surfistas, que além de acomodação, oferecem também

passeios e aulas de surf, principalmente nas regiões turísticas e nos *spots* de surf mais populares (Bicudo e Horta, 2009).

No que concerne ao número de empregos diretamente relacionados com a indústria do surf, foram contabilizados entre 1000 a 2000 empregos em 2008. É interessante notar que no concelho de Cascais, onde o surf português nasceu, já é considerado o segundo desporto com mais atletas federados, depois do futebol. Em algumas pequenas vilas piscatórias, o número de surfistas já se encontra próximo da saturação, já que a maioria dos jovens pratica surf. Estudos nas regiões do Alentejo (Secret Onda 2008, op. Cit. Bicudo e Horta, 2009) e da Madeira (Lopes 2008, op. Cit. Bicudo e Horta, 2009), referem que o exponencial crescimento do número de surfistas e da atividade de surf seguem taxas de crescimento semelhantes nas diferentes regiões do país.

3.4. O surf no *hypercluster* da economia do mar em Portugal

Num estudo elaborado em fevereiro de 2009, a Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco Lda. (SaeR), identificou o *hypercluster* do mar como um potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa. Os vetores estratégicos que se identificam no negócio do mar são os seguintes: portos e transportes marítimos; náutica de recreio e turismo náutico, onde o surf está inserido; energias; pesca, aquacultura e indústria do pescado; e construção e reparação navais (SaeR, 2009).

Segundo este estudo no que concerne à taxa de crescimento da náutica de recreio e do turismo náutico “a nível internacional é de 8 a 10% ano, mas estima-se que para Portugal, nos próximos dez anos, a velocidade de crescimento se pode estabelecer num nível superior” (SaeR, 2009: 148). Esta modalidade encontra-se inserida no vetor estratégico da náutica de recreio e turismo náutico. Segundo o SaeR (2009), o surf é uma atividade náutica com um enorme potencial de crescimento em Portugal, que se tem vindo a desenvolver e a ganhar grande notoriedade a nível internacional, em especial pela mediatização de certas praias “privilegiadas” para a sua prática em Portugal, designadamente através da realização de etapas de surf internacionais, mas

também pelo aparecimento de atletas nacionais que disputam lugares cimeiros a nível da alta competição mundial, como é o caso do Tiago Pires “Saca” que compete no WCT.

Em Portugal existem inúmeros locais apropriados para a prática desta atividade, e com condições de prática durante todo o ano, o que tem contribuído para o forte crescimento dos praticantes e conseqüentemente da oferta de serviços associados. O surf contribui ainda para a redução da sazonalidade típica do turismo (SaeR, 2009), gerando receitas que beneficiam a economia do país “...as despesas rondam os 200 €/dia por noite” (SaeR, 2009: 146).

3.5. Prática desportiva versus produto de animação turística

“...os turistas de surf primeiro são surfistas e depois turistas” (Buckley, 2002, op. Cit. Reis, 2012).

O surf como atividade desportiva, no âmbito competitivo, difere do que se pratica em lazer, no contexto da animação turística. As perspetivas, interesses e objetivos são bastante diferentes e, portanto, torna-se necessário distinguir estas duas formas de se praticar a mesma atividade, sendo a legislação existente confusa e de difícil interpretação e aplicação.

No que concerne à prática desportiva federada, a atividade do surf em Portugal é regulada pela FPS, que tem como objetivos (1) promover, regulamentar e dirigir a prática desportiva do surf, nomeadamente nas modalidades de surf, *bodyboard*, *bodysurfing*, *longboard*, *skimboard*, skate, *kneeboard* e *tow-in/out* em Portugal, (2) agrupar todas as pessoas físicas e coletivas sem fins lucrativos de alguma forma interessadas na promoção deste desporto, com vista a uma direção para a prática correta do mesmo e, (3) representar os interesses da federação, dos seus sócios e do surf em geral, perante as autoridades políticas e desportivas, nacionais e internacionais (Henriques, 2012a).

No que concerne às escolas e centros de treino de surf, a FPS elaborou um regulamento que visa definir as normas de funcionamento das escolas de surf em território nacional nomeadamente no que respeita à habilitação profissional de treinadores de surf, condições de segurança a adotar, procedimentos administrativos e, por último, condições materiais para a prática da atividade. Este regulamento considera como escolas ou centros de treino de surf, *bodyboard*, *longboard* e *kneeboard* todas as estruturas profissionais ou amadoras pertencentes a pessoas, clubes, autarquias, escolas ou outras instituições públicas ou privadas onde se proceda ao ensino ou treino destas atividade, considerando ainda, que os treinadores em atividade nas escolas de surf deverão possuir diploma de treinador de surf reconhecido pela mesma federação (FPS, 2012a).

De acordo com a FPS (2012b; 2012c), os dados de 2012 revelam que se encontram federados 74 clubes e 167 escolas. “O crescimento do surf em Portugal levou ao aparecimento de uma nova figura no panorama nacional, as escolas de surf, que vão ganhando espaço no fomento da atividade do surf” (Henriques, 2012: 1). No entanto, a maioria das escolas de surf privadas não se dedica ao ensino ou treino de atletas, o que vai contra ao objetivos da FPS. Desta forma as suas ações e serviços não contribuem diretamente para o crescimento do desporto federado, não indo assim de encontro ao principal interesse da respetiva federação.

Henriques (2012a), afirma que quase todas estas escolas têm como objetivo o negócio, e o seu público-alvo é na maioria turistas, veraneantes ou pessoas que desejam experimentar uma atividade que está na “moda” e muitas vezes não lhe dão continuidade. Estas escolas estão praticamente todas agregadas ou englobadas em empresas de animação turística, onde segundo o DL 108/09 de 15 de maio, o surf é considerado uma atividade de animação turística e, qualquer empresa o pode oferecer desde que esteja registada no RNAAT. Estas empresas fomentam o surf em pacotes de aulas ou aluguer de equipamentos, visando o comércio e o rendimento financeiro, situação normal para uma empresa, porque é das vendas que depende a sua sobrevivência. No entanto, embora estas empresas contribuam para a dinamização do desporto, nunca poderão ser colocadas em igualdade com um clube ou associação, porque o âmbito e objetivos de ambos são antagónicos.

Neste sentido, perante tal situação, torna-se urgente separar a atividade empresária, da associativa, criando novos instrumentos de orientação legal, para disciplinar a atividade do surf, nas suas mais diversas formas de fomento.

Por último, a prática do surf como atividade que ocorre na orla costeira, tem de ter ainda em consideração as orientações incluídas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira¹⁸ (POOC), que de acordo com a legislação em vigor, são considerados Planos especiais de Ordenamento do Território¹⁹ (PEOT) (Henriques 2012b; DL 309/93, 1993; DL 380/99, de 22 de setembro).

3.6. Relevância do turismo de surf

“... o surf pode representar para o turismo português o que os desportos de neve representam para os Pirenéus” (Adão e Silva, 2010: 1).

O turismo de surf assume uma grande importância crescente para a indústria do turismo (Dolnicar e Fluker, 2003a). Segundo Santos (2011, op. Cit. SurferToday, 2011), o turismo de surf está a crescer em todos os países que possuem ondas de qualidade, gastronomia rica, sol e pessoas hospitaleiras, atraindo turismo durante todo o ano. Segundo Bicudo e Horta (2009), é previsível que se mantenha a tendência de crescimento acentuado do turismo de surf.

Segundo Fluker (2003, op. Cit. Dolnicar e Fluker, 2004: 3), o turismo de surf é definido como:

“aquele que envolve pessoas que viajam para locais domésticos por um período de tempo não excedendo os seis meses ou para locais internacionais por um período de tempo não excedendo doze meses, que ficam hospedados

¹⁸ Os POOC consistem num instrumento de natureza regulamentar da competência da administração central, tendo como objeto as águas marítimas costeiras e interiores e respetivos leitos e margens. Estes planos abrangem uma faixa de proteção terrestre com a largura máxima de 500 metros contados a partir do limite das águas do mar para terra e uma faixa marítima de proteção até à batimétrica dos 30 metros. Os POOC preocupam-se, especialmente com a proteção e integridade biofísica do espaço, com a valorização dos recursos existentes e a conservação dos valores ambientais e paisagísticos (DL 309/93, de 2 de setembro).

¹⁹ Atualmente são considerados PEOT, os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, os Planos de Ordenamento das Albufeiras e os Planos de Ordenamento da Orla Costeira. Estes planos estão essencialmente vocacionados para estabelecer regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território (DL 380/99, de 22 de setembro).

pelo menos uma noite, onde a participação ativa de surf, (...) é a motivação primária para a escolha do destino”.

Cadilhe (2003, op. Cit. Lopes, 2008: 21) afirma que “o turismo de surf não é turismo de massas, é turismo sustentável e continuado, sendo um nicho de mercado sólido e em crescimento...”. Mas esta é uma opinião cada vez mais contestada. Certamente que o surf é um produto predominantemente de nicho, mas em determinadas regiões ou locais tende a deixar de ser. Como referem Bicudo e Horta (2009), o turismo de surf é um nicho de mercado, mas os padrões do desenvolvimento deste produto mostram semelhanças com o mercado do esqui. Inicialmente o esqui também era um nicho praticado com impactos toleráveis, mas nas últimas décadas surgiram muitas estâncias relativamente massificadas. O crescimento destas modalidades é muito incentivado através de grandes competições desportivas, como as olimpíadas de inverno, ou o circuito mundial de surf. Os mesmos autores consideram que o turismo de surf poderia seguir uma trajetória de desenvolvimento semelhante ao do esqui, onde as escolas de surf assumem aqui um papel essencial no desenvolvimento desta modalidade, contribuindo para a tornar mais acessível aos turistas, enriquecendo a sua experiência de viagem, bem como, desenvolver a economia destes destinos e reforçar a cultura de surf destes locais (Tourism New South Wales, s.d).

Tal como muitas regiões de países europeus tem usufruído dos desportos de neve como importante produto turístico, que, em alguns casos se tornou mesmo essencial para o desenvolvimento de algumas regiões, também Portugal pode explorar o potencial turístico associado ao surf, tornando-o como produto ancora em muito locais. Uma onda de qualidade pode ser um fator decisivo para a reconversão de localidades costeiras, com atividade piscatória em declínio e ocupação turística muito sazonal, criando condições para se atenuar fortemente a sazonalidade e ampliar a procura turística (Adão e Silva, 2010).

Neste sentido, na avaliação ambiental de projetos costeiros, o peso socioeconómico do surf deve ser considerado, pois uma onda de qualidade, desde que preservada, nunca será deslocalizada, trazendo benefícios positivos nas atividades económicas

relacionadas com o turismo e lazer, beneficiando desta forma as comunidades locais e, o turismo português (Adão e Silva, 2010). Bicudo e Horta (2009), afirmam que se o número de surfistas visitantes semanais fosse igual ao número de surfistas nacionais, isso seria refletido em três milhões de novos turistas por ano, e um fluxo de caixa de mais de três mil milhões de euros por ano para o turismo nacional. Por outro lado, os eventos de surf também podem contribuir para a dinamização da economia nacional, como foi o caso do *Rip Curl* Pró 2010 em Peniche²⁰, onde segundo um estudo elaborado pela Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, em Peniche, o evento atraiu 120 mil pessoas ao local, contribuindo com mais de sete milhões de euros para a economia portuguesa (Lusa, 2012c).

3.7. Tipologias de turismo de surf

Fluker (2003, op. Cit. Lopes, 2008), afirma que existem várias agências de viagens especializadas no turismo de surf, tais como a *Surf Travel Company*, a *Wavehunters*, *Global Surf Trips*, *Pure Vacations*, entre outras que oferecem viagens para destinos de surf em todo o mundo. O mesmo autor considera que existem três tipologias de viagens de turismo de surf, tais como:

- *Charter yacht tours* ou *boat trips*, em que os surfistas permanecem a bordo do barco, ancorados próximo a um recife, que funciona como um hotel flutuante;
- *Land based surf tours* ou *surfaris*, em que os surfistas viajam por terra e ficam hospedados próximos dos locais da prática desportiva;
- *Surf camps*, em que os surfistas ficam em alojamentos temáticos dedicados a esta comunidade.

²⁰ A única etapa do campeonato mundial de surf (WCI) que se realiza em Portugal.

3.8. Perfil do surfista

“Not everyone who tries surfing becomes a surfer. To become a surfer you have to be willing to take your ‘licks’, come up smiling, and paddle back out again until you are ‘drop in’ and ‘make’ the wave that pounded you before” (Butts, 2001: 4).

O Surf e o ato de viajar são dois comportamentos que estão interligados. “A procura pela onda perfeita é uma crença partilhada por muitos na comunidade do surf e descreve a vontade dos surfistas se aventurarem em experiências de viagens com o objetivo de surfar estas ondas” (Young, 1983, op. Cit. Lopes, 2008: 22), referenciando os surfistas como sendo “uma única tribo de nómadas que percorre este planeta à procura de ondas surfáveis” (Young, 1983, op. Cit. Lopes, 2008: 22).

Pointing (2009) identificou quatro características que o surfista tem em consideração aquando a escolha do destino de surf, nomeadamente, (1) ondas perfeitas, (2) ondas pouco povoadas ou *uncrowded*, (3) *soft adventure* e, (4) ambientes naturais e exóticos.

Segundo Dolnicar e Fluker (2003b), os principais fatores que levam os surfistas a eleger determinado destino de surf, são os relacionados com características psicográficas e as características demográficas (Quadro 7). No que concerne às características psicográficas, estas permitem compreender os fatores de levaram o surfista a escolher determinado destino:

- Ausência de *crowd*, isto é, quando as ondas têm poucos surfistas, pois caso contrário, tem implicações na segurança dos praticantes, reduzindo o valor da experiência; segurança pessoal; qualidade de ambiente natural;
- Aspectos relacionados com saúde (pragas/epidemias); duração da temporada de surf; existência de *secret spots* (locais de prática “secretos” ou por descobrir);
- Excelente perfil de destino de surf, no sentido da sua mediatização.

Quadro 7 – Características psicográficas e demográficas do turista surfista (Adaptado de Fluker e Dolnicar, 2003b)

Características Psicográficas	Características Demográficas
Preço a pagar <i>Secret spots</i> Qualidade do alojamento Facilidades de acesso	Questões Relacionadas com Surf - Tempo de surf - Nível de surf - Preferência pelo tamanho da onda
Qualidade ambiental natural Conhecer outros viajantes Aspetos relacionados com saúde Qualidade da gastronomia Duração da temporada de surf Cultura local	Características pessoais - Idade - Género - Escolaridade - Preço que está disposto a pagar
Segurança pessoal <i>Ausência de crowd</i> Câmbios monetários Leque de atividades disponíveis Serviços para familiares Excelência do perfil de destino de surf	Comportamento de viagem - Companhia de viagem - Tempo de permanência no destino turístico - Permanência na mesma área ou deslocar-se para outras áreas - Novidade no destino - Regularidade das viagens

Em relação às características demográficas, estas dividem-se em três subcategorias (Dolnicar e Fluker, 2003b):

- Questões relacionadas com o surf: tempo de surf (há quanto tempo pratica a modalidade), nível de surf (se é principiante, intermédio, avançado ou profissional), preferência pelo tamanho de onda (se opta por praticar em ondas grandes, médias ou pequenas);
- Características pessoais: idade, género; escolaridade, preço disposto a pagar pela viagem e alojamento, budget diário (quanto se espera gastar diariamente);
- Comportamento de viagem: companhia na viagem (se é viajante solitário, se viaja com companheiro(a), família, ou com um grupo de amigos), tempo de permanência no destino turístico (se permanece na mesma área ou se desloca para outras áreas, dentro do mesmo destino turístico), novidade no destino (se regressa a um destino turístico que já conhece ou se procura novos

destinos), e ainda regularidade de viagens (se viaja com muita ou pouca frequência).

Tendo em conta as características apresentadas no quadro 6, os mesmos autores (2003b) agruparam os surfistas em cinco segmentos específicos:

- Surfistas de luxo, que não se importam com o preço, desde que o alojamento, gastronomia e segurança pessoal cumpram os seus requisitos;
- Aventureiros radicais, que dão grande importância à duração da temporada de surf, à existência de *secret spots* e à ausência de *crowd*;
- Aventureiros conscienciosos a nível monetário e,
- Conscienciosos a nível de segurança, que são segmentos muito idênticos onde as questões relacionadas com o surf, a segurança pessoal, a saúde, a qualidade de alojamento, a ausência de *crowd*, os serviços para familiares e a descoberta de novos destinos são importantes;
- Ambivalentes, que não apresentam grande variação nas características definidas.

3.9. Sustentabilidade no turismo de surf

“Só pelo facto de surfarmos ondas do oceano, temos uma grande responsabilidade para com o futuro e a preservação do meio ambiente” (Bill, Hamilton, 1971, op. Cit. Kampion & Brown, 2003: 142).

O turismo de surf está diretamente ligado à zona costeira de um país ou região, e por este motivo o desenvolvimento sustentável do turismo no litoral afeta o surf, pois ambos usufruem do mesmo recurso, o oceano (Tantamjarik, 2004). No entanto, o mercado do turismo de surf tem criado impactos negativos nos destinos de surf, tais como superlotação, lixo, esgoto, poluição da água, erosão, esgotamento de recursos, degradação ambiental e conflitos entre a comunidade local e os turistas

de surf (Barilotti, 2002; Buckley, 2002, op. Cit. Tantamjarik, 2004). Existem inúmeros exemplos de impactos positivos e negativos associados a atividade turística e desportiva de surf (Quadro 8). Assim, é fundamental que os destinos de surf e a prática da modalidade sejam planeados e geridos segundo os princípios do turismo sustentável (Ponting, 2001; Buckley, 2002, op. Cit. Tantamjarik, 2004).

Quadro 8 – Impactos positivos e negativos do turismo de surf (Adaptado de Cabeleira, 2011; Tantamjarik, 2004)

Impactos no turismo de surf	Ambientais	Socioculturais	Económicos
Positivos	Criação de reservas nacionais ou mundiais de surf; Os eventos de surf podem incorporar temáticas ambientais; Surfistas enquanto intervenientes na sustentabilidade.	Troca de experiências culturais; Contribuição para o desenvolvimento da comunidade local e de infraestruturas; Estímulo da população local para a prática de surf; Desenvolvimento de infraestruturas.	Investimento; Oportunidade de emprego e desenvolvimento de novos negócios ligados ao surf; Receitas turísticas provenientes dos surfistas.
Negativos	Esgotamento de recursos; Poluição associada à produção de pranchas; Poluição das praias e da água; Aumento do <i>crowd</i> ; Congestionamento e impacto com as deslocações.	Conflitos derivados ao <i>crowd</i> ; Localismo; Acesso restrito em algumas zonas marítimas por motivos ecológicos, eventos, pesca.	Concorrência de operadores não licenciados; Inflação do preço.

Para fomentar um turismo de surf sustentável, é essencial envolver todos os *stakeholders* e estimular a interação e a cooperação entre os setores público e privado (Tantamjarik, 2004; Cabeleira, 2011).

Neste sentido, Tantamjarik (2004, op. Cit. Cabeleira, 2011), elaborou um estudo onde define premissas que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo de surf na Costa Rica, sendo aplicáveis a qualquer destino de surf (Quadro 9).

Quadro 9 – Premissas para um turismo de surf sustentável (Adaptado de Cabelreira, 2011; Tantamjarik, 2004)

Conceitos	Setor Privado	Setor Público
Desenvolvimento de infraestruturas	Cooperação com agentes de segurança.	Cumprir regulamentos relativos à zona marítima.
Lotação	Limitar o tamanho dos grupos; Pagamento de taxas para a manutenção das áreas públicas.	Uso de limite de recursos públicos; Zoneamento das áreas afetas à recreação e lazer.
Experiência do visitante	Criar estatísticas sobre surfistas; Estabelecer e aderir a padrões de segurança.	Segmentar estratégias de marketing para turistas de surf; Obter informação estatística mais específica sobre os turistas surfistas;
Envolvimento das comunidades locais	Estabelecer associações de turismo.	Patrocinar eventos locais e surfistas.
Poluição	Educar os surfistas a serem responsáveis ambientalmente; Unir esforços para a conservação local.	Cumprimento das leis de proteção do ambiente.
Desempenho do governo	Colaborar com a entidade nacional de turismo para promover o turismo de surf.	Criar mapas e brochuras do turismo de surf; Apoiar e incentivar a participação da indústria do surf.
Recomendação: cooperação entre os setores		

O desenvolvimento do turismo de surf, não implica necessariamente problemas ambientais, socioculturais e económicos, mas exige um planeamento e gestão cuidados para que isso não aconteça. Adão e Silva (2010), acrescenta que o turismo de surf é ambientalmente equilibrado, pois o surf depende de ondas, um recurso natural, e os surfistas tendem a valorizar a preservação ecológica das praias. Esta preocupação ambiental contraria a propensão para a destruição da orla costeira, facto que muitos autarcas portugueses se têm dedicado ao longo das últimas décadas (Adão e Silva, 2009).

3.10. Oportunidades do turismo de surf em Portugal

“Portugal tem, no contexto europeu, condições únicas para a prática de surf. Temos um clima temperado, ondas de qualidade e, não menos relevante, condições para o surf durante todo o ano” (Adão e Silva, 2009: 1).

Segundo Adão e Silva (2009), Portugal possui uma enorme centralidade face a outros destinos de surf, com ondas excelentes ao longo de toda a costa, estando algumas das melhores concentradas no espaço de menos de 100 quilómetros (de Peniche à Ericeira). Tendo em conta que as melhores ondulações não se verificam no verão, o surf pode ajudar a compensar as quedas na ocupação hoteleira fora da época alta, minimizando a sazonalidade.

Como evidencia Nunes (2011), a natureza do surf é multidimensional, multidisciplinar e interdisciplinar, sendo um elemento aglutinador de valor económico e social, e ao mesmo tempo um recurso que cria e preserva valor (económico, histórico, ambiental, etc.). O mesmo autor acrescenta que o surf tem ainda um conjunto elevado de efeitos multiplicadores de dinamização de atividades que vão para além da “indústria do surf”, podendo também, em condições adequadas, servir de estímulo ao desenvolvimento do potencial endógeno dos territórios, levando a ações de compromisso por parte dos agentes. Neste sentido, segundo Nunes (2011), estamos perante um “recurso icebergue” com as seguintes características (1) multidimensionalidade; (2) uso multigeracional; (3) fungível; (4) confere centralidade; (5) efeitos multiplicadores; (6) difícil imitação; (7) ambientalmente sustentável; (8) intrinsecamente competitivo; e (9) fácil promoção no exterior.

De facto, o surf é precisamente um dos setores onde melhor se pode combinar crescimento sustentado, com criação de novas oportunidades económicas no quadro da economia do mar. O turismo de surf não é tendencialmente massificado, representa um nicho de mercado em franca expansão e é ambientalmente sustentável (Adão e Silva, 2009). Assim, o surf pode beneficiar muitas regiões litorais, que detêm condições para a prática desta atividade, não só gerando novos

recursos, como também contribuindo para preservação dos recursos naturais (Cabeleira, 2011; Adão e Silva, 2009).

Neste sentido, Nunes (2011), propôs a elaboração de um Plano Estratégico Nacional do Surf (PENS), onde o objetivo é integrar num só documento, designado como “Livro Branco”, as principais linhas orientadoras para um planeamento e desenvolvimento sustentável do surf em Portugal. A elaboração do PENS deve dar atenção especial a algumas questões, as quais são apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Principais objetivos do PENS (Adaptado de Nunes, 2011)

Plano Estratégico Nacional do Surf – PENS
Estudo das consequências da não preservação das ondas e do surf;
Escolha de uma onda e lançamento de uma candidatura a património mundial, ou outra qualquer denominação (património cultural, estrutura ecológica, área classificada, corredores ecológicos);
Demonstração, de forma sólida e sistemática, dos impactos económicos diretos, indiretos e induzidos do surf. É fundamental mostrar que o valor do surf é superior ao seu impacto comercial e financeiro;
A indústria do surf – processos de desenvolvimento e consolidação;
Produzir indicações para estudo de um Caso Piloto baseado numa estratégia de Cluster de Bens Não Transacionáveis de Produção Localizada (CBNTPL);
Principais atores envolvidos e interdependência de estratégias de múltipla natureza;
Proposta de metodologia para a incorporação do surf em estudos de impacte ambiental;
Construção de indicadores e sistemas de monitorização;
Aptidão da costa portuguesa para o estudo e a investigação;
<i>Contingent Valuation Method</i> , como ponto de partida para a quantificação subjetiva do valor económico e social;
Classificação das ondas em Portugal através de parâmetros objetivos e cientificamente fundamentados (tal como existe para as pistas de esqui, por exemplo);
Definições de vocações/território/ondas e estratégias de desenvolvimento associadas.

No entanto, o mesmo autor refere que estes são apenas alguns aspetos introdutórios que deverão servir como ponto de partida e de organização dos trabalhos subjacentes à elaboração deste documento por uma equipa verdadeiramente interdisciplinar. “Num país com múltiplos défices estruturais, não se podem desaproveitar recursos e potencialidades latentes e de difícil imitação no contexto mundial. E se o surf é mais do que um recurso, então ele nunca será menos do que um comportamento” (Nunes, 2011: 127).

4. SURF COMO POTENCIAL PRODUTO TURÍSTICO NOS AÇORES

4.1. Justificação do território em estudo

A opção dos Açores como caso de estudo nesta dissertação é justificada pelo facto de ser um destino insular com algumas particularidades, nomeadamente o seu universo geográfico, a diversidade dos recursos naturais, a excelência da paisagem e a identidade das expressões culturais, que se traduzem no valioso património construído nas ilhas do arquipélago (GaCS, 2012a). Acresce o facto de a Região Autónoma dos Açores (RAA) continuar a ser um destino pouco explorado, mas com grande potencial de crescimento, nomeadamente no segmento associado ao turismo na natureza. Considerando a importância do desenvolvimento da atividade turística para os Açores, o turismo de surf, sendo um nicho pouco desenvolvido no território, com poucos praticantes locais e procura incipiente, surge como uma oportunidade a explorar, podendo vir a assumir-se como um produto turístico relevante para as ilhas (Silva, 2008b; GaCS, 2012b).

4.2. Desenvolvimento turístico nos Açores

4.2.1. Breve caracterização sociogeográfica da RAA

“As nove ilhas são um exemplar vivo do passado mesclado da presença humana e do desenvolvimento e, apesar de integrarem um só arquipélago, têm especificidades que as tornam únicas” (PNF, 2010).

A RAA encontra-se em plena Crista Média Atlântica, sensivelmente a um terço do caminho entre a costa ocidental do continente Europeu e a costa oriental da América do Norte, entre os 36°-43° de latitude Norte e os 25°-31° de longitude Oeste, representando o extremo mais Ocidental da Europa (PNF, 2010) (Figura 4).

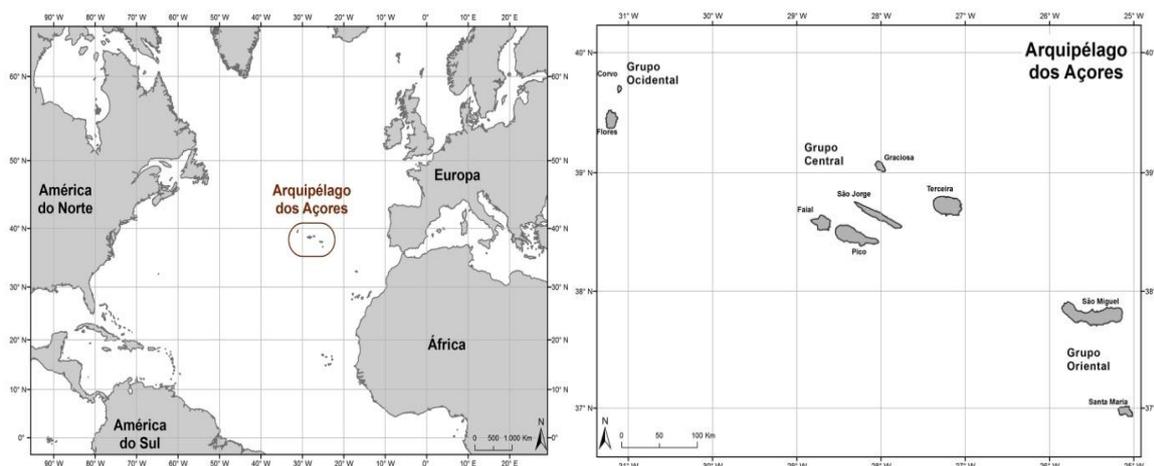


Figura 4 – Localização dos Açores (Fonte: ZoomAzores, 2012a)

Os Açores constituem uma região autónoma da República Portuguesa, integrando-se na região biogeográfica da Macaronésia²¹. Este arquipélago com 2.322 km² e 245.811 habitantes (2010) é formado por nove ilhas de origem vulcânica e distribuídas em três grupos distintos: o Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria), o Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e o Grupo Ocidental (Flores e Corvo) (Figura 4) (Henriques, 2009; INE, 2011; ZoomAzores, 2012a).

Quadro 11 – Caracterização demográfica do arquipélago dos Açores (Dados: INE, 2011)

Dados de 2010		Superfície		População residente		Densidade populacional (hab/km ²)	Ponto mais alto (m)	Concelhos (n.º)
		(km ²)	(%)	(hab.)	(%)			
Arquipélago dos Açores		2.322	100,0	245.811	100,0	106	2351	19
Grupo Oriental	Santa Maria	96.9	4,2	5.557	2,3	57	587	1
	São Miguel	744.6	32,1	134.662	54,8	181	1103	6
Grupo Central	Terceira	400.3	17,2	55.857	22,7	140	1021	2
	Graciosa	60.7	2,6	4.950	2,0	82	402	1
	São Jorge	243.6	10,5	9.403	3,8	39	1053	2
	Pico	444.8	19,2	14.923	6,1	34	2351	3
Grupo Ocidental	Flores	141	6,1	4.168	1,7	30	914	2
	Corvo	17.1	0,7	507	0,2	30	718	1

²¹ A região biogeográfica da Macaronésia integra as ilhas da Madeira, Açores, Canárias e Cabo Verde (Henriques, 2009).

Grupo Oriental

Conforme consta no quadro 11, São Miguel detém uma área total de 745 km², sendo a maior ilha do arquipélago, com 61 km de comprimento e 16 km de largura, contando, em 2010, com 54,8% da população residente do arquipélago, cerca de 134.662 habitantes (INE, 2011; ATA, 2012).

A 81 km de distância encontra-se Santa Maria com 17 km de comprimento e 9 km de largura máxima (Henriques, 2009; ATA 2012).

O Grupo Oriental inclui ainda os ilhéus das Formigas que, juntamente com o recife do Dollabarat, constituem a Reserva Natural do Ilhéu das Formigas, um dos locais mais importantes para conservação da biosfera marinha no nordeste do Atlântico (ZoomAzores, 2012a).

Grupo Central

Este arquipélago é composto por cinco ilhas. A ilha Terceira, com 55.857 residentes (em 2010), é a segunda ilha mais habitada dos Açores, tem 400 km² de superfície com 30 km de comprimento e 18 km de largura, e é conhecida como a ilha festiva (INE, 2011; ATA, 2012).

O Faial, apelidado como a ilha cosmopolita, é a terceira mais habitada do arquipélago, com 20 km de comprimento e 14 km de largura. Esta ilha possui a particularidade de ter registado, entre setembro de 1957 e junho de 1958, a última grande erupção dos Açores – o vulcão dos Capelinhos – formando uma nova península a ocidente da ilha. O Faial é ainda o vértice mais a Oeste das chamadas “ilhas do triângulo”, em conjunto com São Jorge e a ilha do Pico, da qual dista 6 km (Henriques, 2009; ATA, 2012).

O Pico é a segunda maior ilha dos Açores ocupando uma superfície de 445 km² com 46 km de comprimento e 16 km de largura. Nesta ilha encontra-se o ponto mais alto de Portugal, a montanha do Pico, com 2351 m de altura (ATA, 2012).

São Jorge, conhecida como a ilha das fajãs²² e como o paraíso do surf na RAA, apresenta-se como uma longa cordilheira vulcânica alongada de noroeste para sudeste, com 54 km de comprimento e 6,9 km de largura (ATA, 2012).

A 37 km de distância de São Jorge encontra-se a Graciosa, com 13 km de comprimento e 7 km de largura. O grupo central continha, em 2010, 41% do total dos residentes do arquipélago (ATA, 2012; INE, 2011).

Devido à proximidade e regularidade das ligações marítimas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge, estas assumem-se como um subdestino turístico importante (ZoomAzoires, 2012a).

Grupo Ocidental

O Grupo Ocidental, o último a ser descoberto, em 1452, situa-se na placa norte-americana e, portanto, em processo de afastamento do resto do arquipélago (Henriques, 2009).

A ilha das Flores, a mais ocidental da região, com 17 km de comprimento e 12 km de largura inclui o ponto mais ocidental da Europa, o ilhéu de Monchique (ATA, 2012).

O Corvo, a cerca de 18km, é a menor ilha dos Açores, com 6 km de comprimento e 4 km de largura, e a mais setentrional de toda a Macaronésia, com apenas 0,2% do total dos habitantes do arquipélago (Henriques, 2009; INE, 2011).

O povoamento da RAA iniciou-se apenas no século XV, mas a sua colonização não foi fácil, especialmente nas ilhas mais a ocidente onde foi necessário recorrer a migrações forçadas de degredados e de escravos. Logo no século XVI, tiveram início as primeiras emigrações de açorianos para o Brasil, mas foi no século XX que se deu o apogeu deste êxodo, especialmente para os Estados Unidos da América e o

²² “É a designação popular dada a uma superfície aplanada à beira-mar, formando um terraço que pode ser mais ou menos inclinado, mas que invariavelmente fica entalado entre o mar e uma arriba e declive acentuado” (Henriques, 2009: 34).

Canadá. No século XXI esta tendência inverteu-se e a imigração para os Açores superou as perdas da emigração (Henriques, 2009).

Segundo Henriques (2009: 40) “os Açores são uma versão matizada pela posição setentrional; representam uma Macaronésia mais fresca e húmida, que pronuncia já as paisagens verdejantes das ilhas Britânicas”. Estas ilhas aquando descobertas estavam cobertas por uma densa vegetação de floresta Laurissilva²³. Atualmente, a vegetação Laurissilva nos Açores encontra-se apenas em manchas isoladas que raramente ultrapassam os 10 metros de altura devido ao facto de terem sido introduzidas espécies exóticas, algumas delas invasoras, como é o caso da hortêncica e da roca-da-velha, que são utilizadas como símbolos turísticos. No entanto, esta região apresenta grande riqueza em termos de endemismos e biodiversidade (PNF, 2010; Silva, 2008b).

Relativamente ao clima dos Açores, este é de transição entre o temperado oceânico e o mediterrânico, com uma baixa amplitude térmica, apresentando uma temperatura média anual de 17°C, variando em média entre os 13°C no inverno e os 23°C no verão (Silva, 2008b; INE, 2011). A precipitação é abundante em todas as ilhas, especialmente nas Flores, excetuando o período do verão que é mais soalheiro e estável (INE, 2011). Sendo esta uma região afetada pela passagem da corrente do Golfo, a temperatura da água do mar é agradável (entre os 17°C e os 23°C), tendo geralmente temperaturas acima dos 20°C entre maio e novembro, o que favorece a prática de atividades náuticas, como é o caso do surf (ZoomAzores, 2012b).

4.2.2. Atividade turística na RAA

“O arquipélago dos Açores reúne numerosos trunfos, que a muito curto prazo, o tornarão um destino privilegiado do turismo europeu” (Magnon, 2003: 85).

²³ “Laurissilva é o nome dado a um tipo de floresta húmida subtropical a temperada, composta maioritariamente por árvores da família das lauráceas, isto é, por espécies arbóreas, perenifólias, de folhas grandes, e, nos Açores, também por cedros-do-mato” (PNF, 2010: 31).

O Governo Regional dos Açores aponta o setor turístico como um dos pilares económicos da região e, como tal, aposta num caminho que assente numa permanente diversidade, competitividade e qualidade do produto turístico, que vise não só a sustentabilidade do setor, como também a sustentabilidade económica, ambiental e social da RAA (GaCS, 2012c; DLR 38/09/A, de 11 de agosto). Neste sentido, o POTRAA surge como uma estratégia de desenvolvimento sustentável para este setor, tendo como objetivos o desenvolvimento económico, a contribuição para o ordenamento do território insular e a preservação do ambiente humano e natural, contribuindo deste modo para a consolidação qualitativa dos Açores como destino de fruição da natureza (DLR, 38/08/A, de 11 de agosto; Silva, 2008b).

Os Açores assumem-se como um destino emergente desde finais do século XX, que tem beneficiado das novas tendências da procura, que preferem destinos alternativos, capazes de proporcionarem experiências mais intensas em contato com o meio natural e com as idiossincrasias locais. Estas ilhas “virgens” e “autênticas” têm todo o potencial para se afirmarem como um destino de qualidade excepcional para o turismo alternativo, ligado essencialmente ao turismo de natureza e turismo ativo, onde está englobado o turismo de surf (Henriques, 2009). Segundo o “Estudo sobre os turistas que visitam os Açores” (SREA, 2007a), as seis características determinantes na escolha do destino Açores, foram (1) natureza, (2) beleza natural, (3) ambiente calmo, (4) novidade e exotismo das ilhas, (5) clima e, (6) segurança.

A nível nacional, o PENT, aponta o turismo de natureza como um dos produtos prioritários para os Açores, sendo a região de Portugal onde o turismo de natureza assume mais importância, representando 36% das motivações primárias dos turistas que visitam a RAA (THR, 2006a). Internacionalmente, este arquipélago foi reconhecido pela revista *National Geographic Traveler* em 2011, como o oitavo melhor destino de verão do mundo. Em 2007, a mesma revista considerou-o como sendo o segundo melhor destino insular para o turismo sustentável, entre 111 locais insulares, caracterizando-o como um lugar maravilhoso e ambientalmente em boa forma (Esteves, 2011).

Segundo Moniz (2006), o crescimento do turismo nos Açores fez-se sentir essencialmente a partir de 1995. Entre 2000 e 2011, o arquipélago recebeu 2.493.872 mil hóspedes residentes em Portugal e 1.453.689 mil hóspedes residentes no estrangeiro, representando respetivamente 63,2% e 36,8% do total dos hóspedes, o que revela uma grande dependência do mercado nacional. A evolução do número hóspedes residentes no continente foi praticamente crescente até 2007, expeto em 2002 que se verificou um decréscimo de 0,6%, face ao período homólogo. Entre 2007 e 2011 esta evolução manteve-se praticamente decrescente com a exceção de 2010, onde se observou um crescimento de 0,6%, face a 2009. Em relação aos residentes estrangeiros, a sua evolução foi praticamente crescente, com exceção dos anos 2002 e 2009, onde o número de hóspedes decresceu 0,9% em cada ano, face ao período homólogo. Comparando os hóspedes residentes no estrangeiro do ano de 2000 com o ano de 2011, verifica-se que estes aumentaram respetivamente de 64.466 mil para 157.963 mil, sendo 2011 o ano que a RAA recebeu mais residentes estrangeiros (Figura 5).

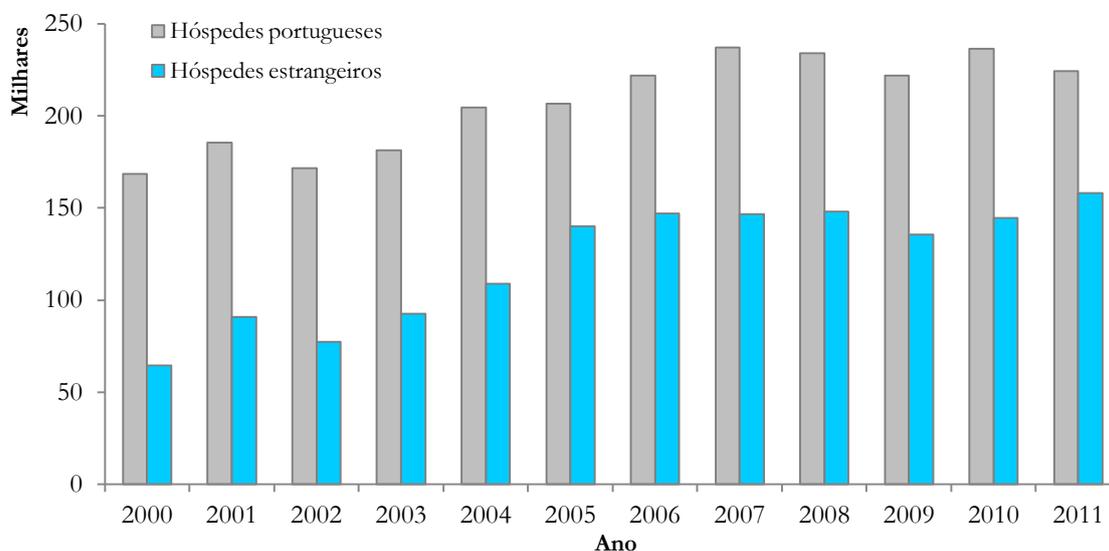


Figura 5 – Evolução do número de hóspedes portugueses e estrangeiros (Dados: SREA, 2001 a 2012a)

No que concerne às dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da RAA²⁴, durante o período entre 2000 e 2011 foram contabilizadas 12.689.637 mil, sendo que os

²⁴ São considerados estabelecimentos hoteleiros da RAA os hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, pousadas, pensões e estalagens (SREA, 2012b).

portugueses representavam 51,0% do mercado e os estrangeiros 49,0%. No entanto, verificando a figura 6, consta-se que de 2000 a 2004 era o mercado português que dominava nas dormidas, mas a partir de 2005 a situação inverteu-se e as dormidas dos residentes estrangeiros superaram a dos nacionais, respetivamente 52,2% e 47,8%.

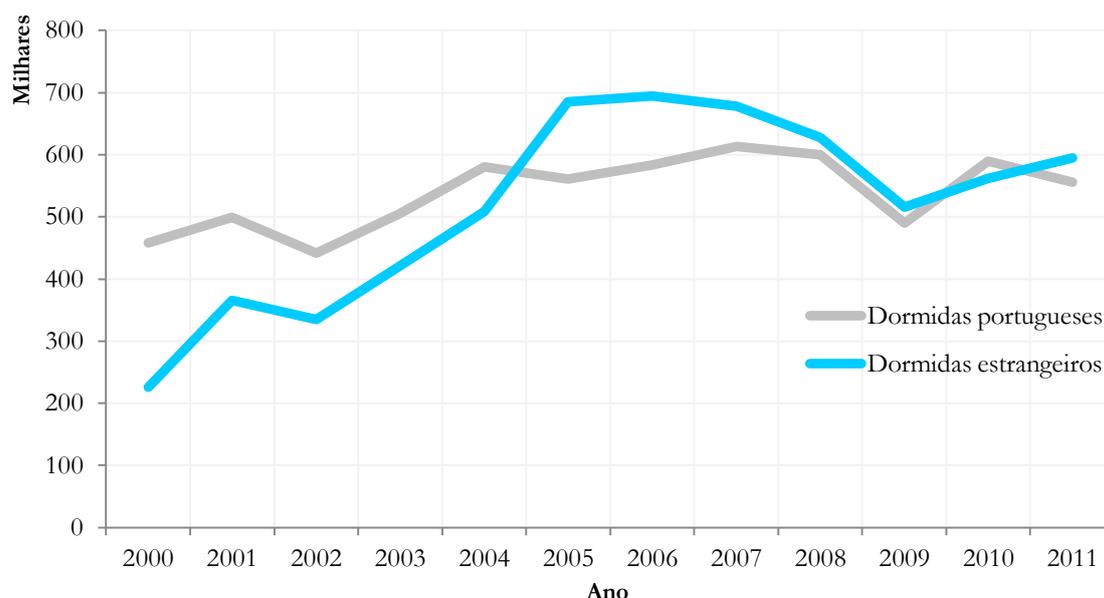


Figura 6 – Evolução do número de dormidas dos portugueses e dos estrangeiros (Dados: SREA, 2001 – 2012a)

Quadro 12 – Dormidas dos principais mercados emissores (Dados: SREA, 2012b)

Mercados emissores	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros		Peso
	Jan a set 11	Jan a set 12	%
Residentes em Portugal	397.920	339.291	41,3
Residentes no estrangeiro	481.427	481.439	58,7
Alemanha	76.104	98.244	12,0
Espanha	41.700	54.172	6,6
Países Baixos	50.480	53.265	6,5
Suécia	48.386	39.009	4,8
Dinamarca	51.324	38.463	4,7
Total	879.347	820.730	100,0

Em relação ao ano de 2012, entre janeiro e setembro registaram-se 276.641 mil hóspedes, apresentando um decréscimo homólogo de 5,1%. Em relação às dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da RAA contabilizaram-se 820.730 mil,

menos 6,7% ao registado em igual período de 2011, devendo-se exclusivamente devido à diminuição de 14,7% das dormidas dos residentes em Portugal, face ao período homólogo. As dormidas dos residentes no estrangeiro representam um peso de 58,7%, sendo o mercado alemão o mais significativo 12,0% (Quadro 12).

Relativamente às dormidas por ilha, todas elas apresentaram variações homólogas negativas, especialmente as Flores (15,8%), com a exceção do Pico, que apresentou um crescimento de 3,0%. Verifica-se uma distribuição bastante heterógena da procura, com forte concentração na ilha de São Miguel, tendo registado 67,2% do total das dormidas, seguindo-se a Terceira com 13,8% e o Faial com 8,1% (Figura 7).

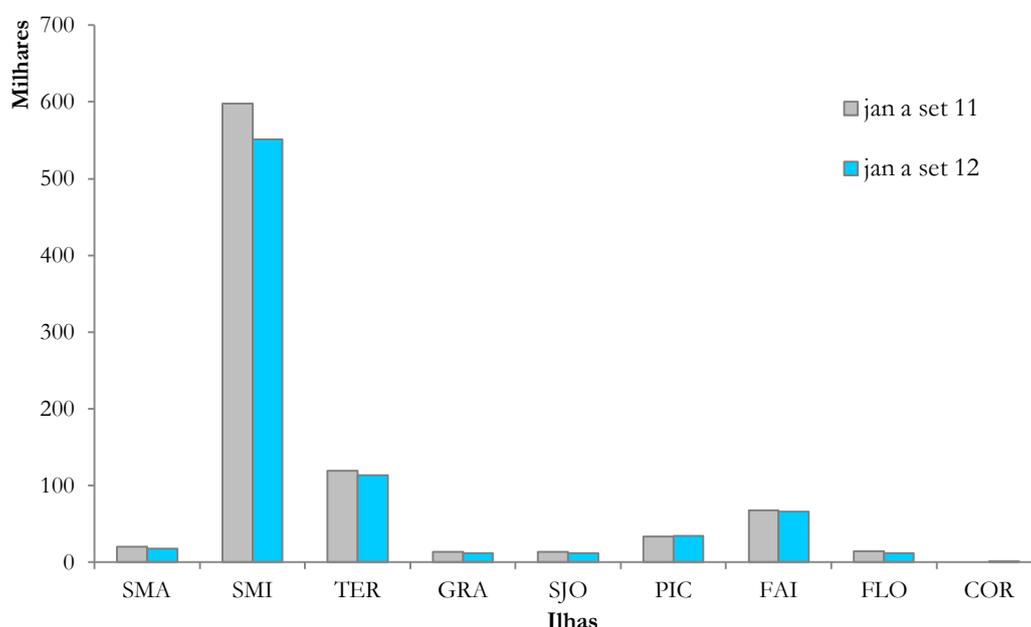


Figura 7 – Dormidas por ilha (Dados: SREA, 2012b)

No que concerne à sazonalidade, esta é bastante marcada, verificando-se uma forte concentração do turismo nos três meses de verão, especialmente em agosto, o que se traduz como um ponto fraco do turismo dos Açores (Figura 8 e 9).

A estada média nos estabelecimentos hoteleiros dos Açores foi, entre janeiro e setembro de 2012, de 2,9 noites, valor inferior em 0,2 noites relativamente ao período homólogo do ano de 2011, tendo decrescido praticamente em todas as ilhas, com a exceção do Pico, Faial e Flores. A estada média baixa revela-se como outro ponto fraco do turismo da RAA (Figura 9).

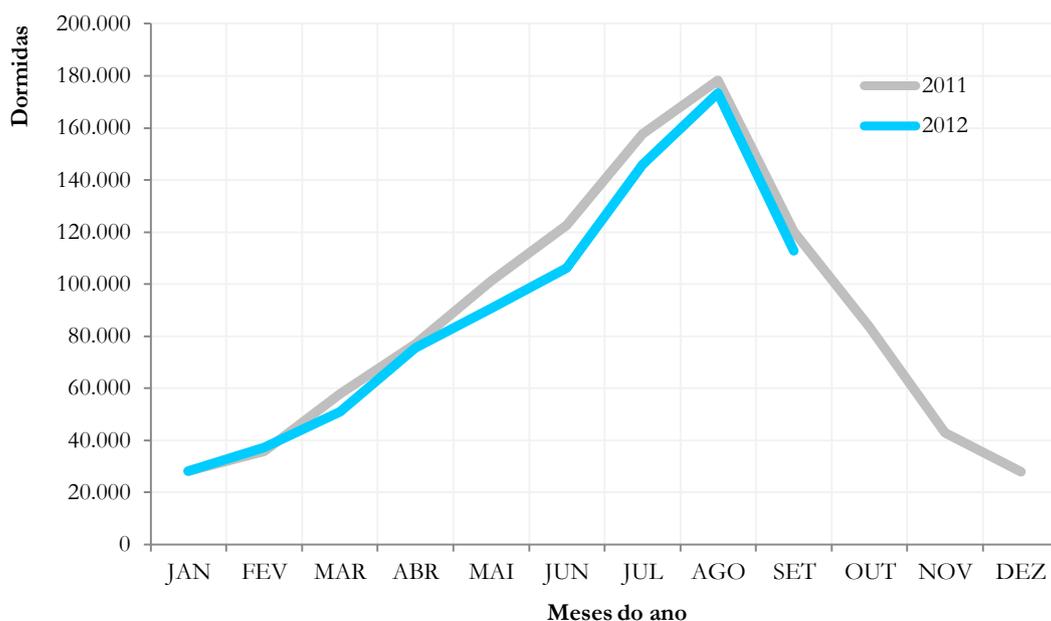


Figura 8 – Sazonalidade: dormidas na hotelaria tradicional nos Açores (Dados: SREA, 2012c)

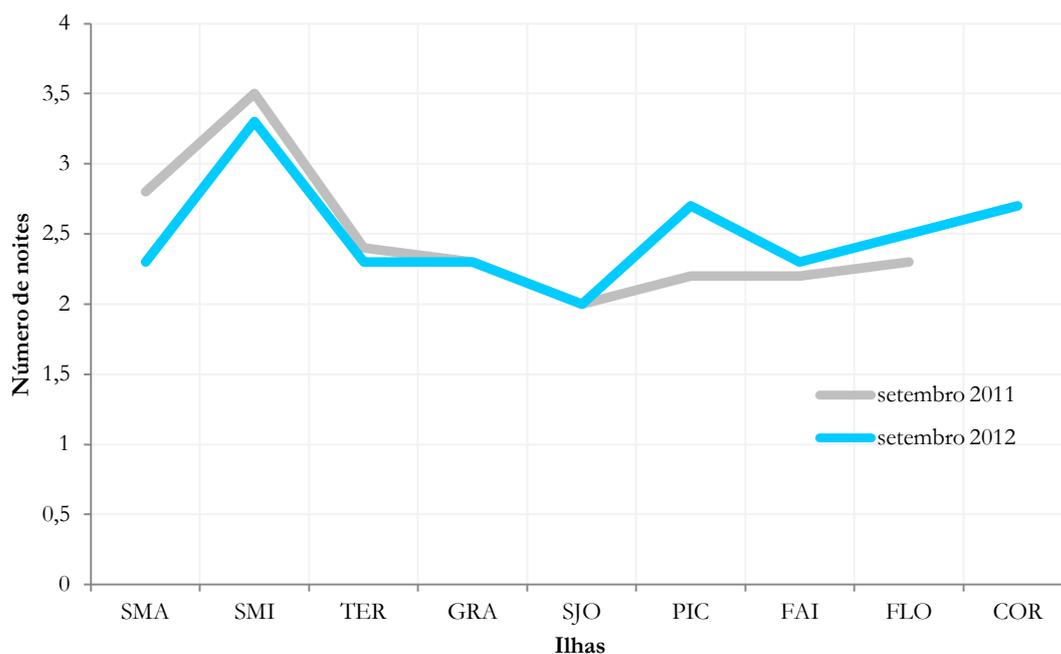


Figura 9 – Estada média (Dados: SREA, 2012b)

No que concerne aos proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, de janeiro a setembro de 2012, estes atingiram os 36.1 milhões de euros, correspondendo a variações homólogas negativas de 9,1%. As ilhas de São Miguel, Terceira e Faial foram as que mais contribuíram para os proveitos totais, respetivamente com 64,2%, 14,3% e 10,5% (SREA, 2012b).

No PENT, as previsões de crescimento da atividade turística para a região até 2015, consideram um aumento anual de 5,7% dos hóspedes residentes estrangeiros, atingindo um valor de 170 mil, face a 210 mil residentes portugueses e de 4,4% nos proveitos. Relativamente às dormidas, os residentes estrangeiros deverão a continuar a manter a liderança com 590 mil dormidas (crescimento de 3,1%) (MEID, 2011).

4.3. Surf nos Açores

4.3.1. Breve caracterização do surf na RAA

“O surf é selvagem e com pouquíssimos praticantes, na maioria turistas aventureiros. Há muitos secret spots e ainda não explorados” (Moura, 2009: 1).

A história do surf nos Açores remete à década de 1960, altura em que esta atividade foi introduzida no arquipélago pelos militares americanos estacionados na Base das Lajes e que aproveitavam as ondas da ilha Terceira para praticar surf. A partir daí foram surgindo vários surfistas locais, sendo em São Miguel e na Terceira onde se concentram um maior número de praticantes. Pedro Arruda, surfista e delegado de turismo em São Miguel refere que o surf no arquipélago é relativamente recente e só atualmente é que os desportos de ondas têm vindo a ganhar alguma credibilidade, existindo entre 1000 a 1500 praticantes regulares de surf e de *bodyboard* e, entre 500 a 1000 praticantes ocasionais ou sazonais (Burguete, 2012; Coelho, 2011).

Dada a sua localização geográfica, a RAA apresenta uma ondulação considerável durante praticamente todo o ano, o que fomenta a procura da região para a prática de surf. A praia de Santa Bárbara (conhecida também como Areais), localizada na Costa Norte da ilha de São Miguel, é considerada pela União de Surfistas e *Bodyboarders* dos Açores (USBA)²⁵ como a “joia da coroa dos desportos de ondas dos Açores” (Coelho, 2011: 28). Os Areais são um *beach break* com ondas consistentes onde se concentra a maioria dos praticantes de surf dos Açores e onde tem lugar uma prova do campeonato do mundo de surf de qualificação (WQS)

²⁵ A USBA surgiu em 2008 na ilha de São Miguel e visa a promoção e o desenvolvimento dos desportos de ondas no arquipélago, bem como a defesa e salvaguarda dos locais onde os mesmos são praticados (Pedreira, 2009).

(Burguete, 2012; Aguiar, 2012). Por outro lado, a Fajã da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge, é considerada um “santuário” do surf e do *bodyboard*, proporcionando algumas das melhores ondas do país e da Europa (Lusa, 2009). Na Terceira, localiza-se outra onda de grande potencial e qualidade, a onda de Santa Catarina, considerada segundo vários especialistas a melhor dos Açores para a prática do *bodyboard* e uma das melhores de Portugal. É nesta onda que tem lugar o *Azores Islands Bodyboarding Festival*, prova organizada pela Associação de Surf da Terceira (AST)²⁶ e pela USBA (Leal, 2011).

Nos Açores existem inúmeros *spots* para praticar surf além dos referidos anteriormente, sendo de destacar em São Miguel e da Terceira, a diversidade de ondas em toda a costa e alguns *secret spots*, em Santa Maria, a Praia Formosa, um longo e dourado *beach break* na costa sul, na ilha Graciosa, alguns *reef breaks* e sem *crowd* e, nas Flores, vários *secret spots* envoltos de grande beleza natural para surfistas aventureiros e experientes, que procurem ondas grandes e sem *crowd* (Figura 10).



Figura 10 – Um dos *secret spots* da ilha das Flores

Neste sentido, a USBA tem realizado vários esforços com o intuito de dar credibilidade aos “desportos de ondas e mostrar à sociedade, nomeadamente aos decisores políticos, que os Açores têm um enorme potencial nesta área, que as ondas dos Açores podem trazer grandes benefícios económicos, sociais e ambientais para a região e que isso ao longo dos anos foi menosprezado” (Carreiro, 2009: 1). Segundo Pedro Arruda, “o aspeto social é muito importante” pois o surf pode servir como mobilizador de jovens adolescentes e crianças para a prática desportiva, de

²⁶ A AST surgiu em 2009 na ilha da Terceira devido à necessidade de defender os interesses da comunidade local de desportos de ondas perante as ameaças que existiam contra as ondas locais. Esta associação tem como objetivos a preservação das ondas e o assegurar de condições de segurança e saúde pública aos seus utilizadores (Leal, 2011).

forma a fugirem de determinadas situações menos benéficas para o seu desenvolvimento (Carreiro, 2009).

Com a ascensão da prática de surf nos Açores o negócio a ele associado também se tem desenvolvido, surgindo escolas de surf, que oferecerem aos surfistas locais e aos turistas interessados a possibilidade de ter aulas de surf nas ondas açorianas, mas também têm surgido empresas do sector turístico a oferecer serviços de surf; lojas de material de surf, que possibilitam alugar ou comprar material de surf e, *shapers* de pranchas de surf. No entanto esta realidade e evolução têm-se confinado praticamente à ilha de São Miguel, com a exceção das empresas do setor turístico que também oferecem surf nas ilhas de São Jorge, Terceira (RTP, 2012; Silva e Almeida, 2011d).

Segundo o ex-diretor regional do turismo dos Açores, Miguel Cymbron, a aposta da RAA nos produtos de mar, como é o caso do surf, assume-se como uma importante parte da estratégia dos Açores.

“Com efeito, o potencial deste recurso tem demonstrado uma capacidade de atração e crescimento. Enquadrado nesta estratégia encontra-se o surf, cujo o apoio a eventos de grande dimensão e reconhecimento internacional, tais como o *Sata Airlines Açores Pro* – masculino e feminino²⁷, tem contribuído decisivamente para o aumento da notoriedade da Região e, conseqüentemente, para a captação de turistas nacionais e internacionais que se deslocam aos Açores para praticarem esta modalidade” (Surf Portugal, 2012: 1).

No que concerne aos eventos de grande dimensão relacionados com o surf, como é o caso da etapa do WQS em São Miguel, Luísa Schanderl, ex-secretária regional da economia, refere que nos últimos três anos mais de 650 pessoas estiveram envolvidas e o seu retorno financeiro direto, que engloba deslocações, estadias e aquisição de serviços, está avaliado em cerca de um milhão de euros anuais, a que se deve juntar outros fatores, tal como a exposição mediática dos Açores a nível mundial (Aguiar, 2012). No mesmo artigo, a ex-secretária regional da economia

²⁷ O *Sata Airlines Açores Pro* – masculino e feminino foi uma etapa do campeonato do mundo de surf de qualificação (WQS) realizada na praia de Santa Bárbara (São Miguel), em setembro de 2012. O WQS realiza-se nesta praia desde 2010.

acrescenta que “a realização das provas do campeonato do mundo de surf nos Açores é uma aposta ganha, tanto na promoção do destino, como no desenvolvimento de um nicho muito particular no produto turístico Açores”, trazendo à região um elevado número de participantes e espectadores que têm contribuindo para a dinamização da economia local. Vasco Cordeiro, presidente do Governo Regional, acrescenta ainda que estes eventos ajudam combater a sazonalidade do turismo (Aguiar, 2012; Caetano; 2012). Neste sentido, Luísa Schanderl afirma que a RAA vai acolher, em 2013, a realização dos ISA *World Surfing Games*²⁸, o que vem reafirmar a estratégia na promoção do destino “criando notoriedade para o arquipélago pela via dos eventos internacionais de referência e, por outro lado na qualificação da nossa oferta com a aposta em produtos diferenciados, de grande mais-valia e com elevada repercussão económica” (GaCS, 2012d).

Em suma, o surf constitui um nicho de mercado em que se deve apostar pelo potencial que representa para o desenvolvimento do turismo nos Açores, devendo simultaneamente ser agregado a uma série de outras atividades que já são uma aposta no arquipélago. Mas essa aposta não deve ser concentrada na ilha de São Miguel sendo imprescindível desenvolvê-lo noutras ilhas (SATA, 2012; Coelho, 2011).

²⁸ Os ISA *World Surfing Games* é uma prova reconhecida pelo comité olímpico internacional e considerada as olimpíadas dos desportos de ondas. Envolvem seleções de mais de três dezenas de países e cerca de 250 atletas a que se juntam os restantes elementos das comitivas (GaCS, 2012d).

4.4. Surf como potencial produto turístico nos Açores – Metodologia

4.4.1. Metodologia de investigação

A metodologia de investigação aplicada a este estudo é composta por quatro fases: (1) revisão da literatura de áreas relevantes para o tema; (2) análise do surf como potencial produto turístico nos Açores, elaborada a partir do estado da arte do tema, da opinião dos praticantes de surf na região, através da aplicação de um questionário junto dos mesmos, bem como do tratamento, análise e discussão dos dados recolhidos; (3) elaboração de um modelo de ficha para a divulgação dos *spots* de surf no arquipélago, completada posteriormente para cada local a partir do levantamento e respetiva caracterização dos principais *spots* com potencial para a prática da atividade; e (4) potencial e valorização do turismo de surf nos Açores, caracterizando o surf e o seu potencial turístico no território, a partir do estado da arte, dos resultados obtidos, do trabalho em campo e da avaliação do potencial do território para a prática desta atividade, recorrendo à análise SWOT e, da definição de propostas de ação com vista a valorização do surf como um produto turístico na RAA (Figura 11).

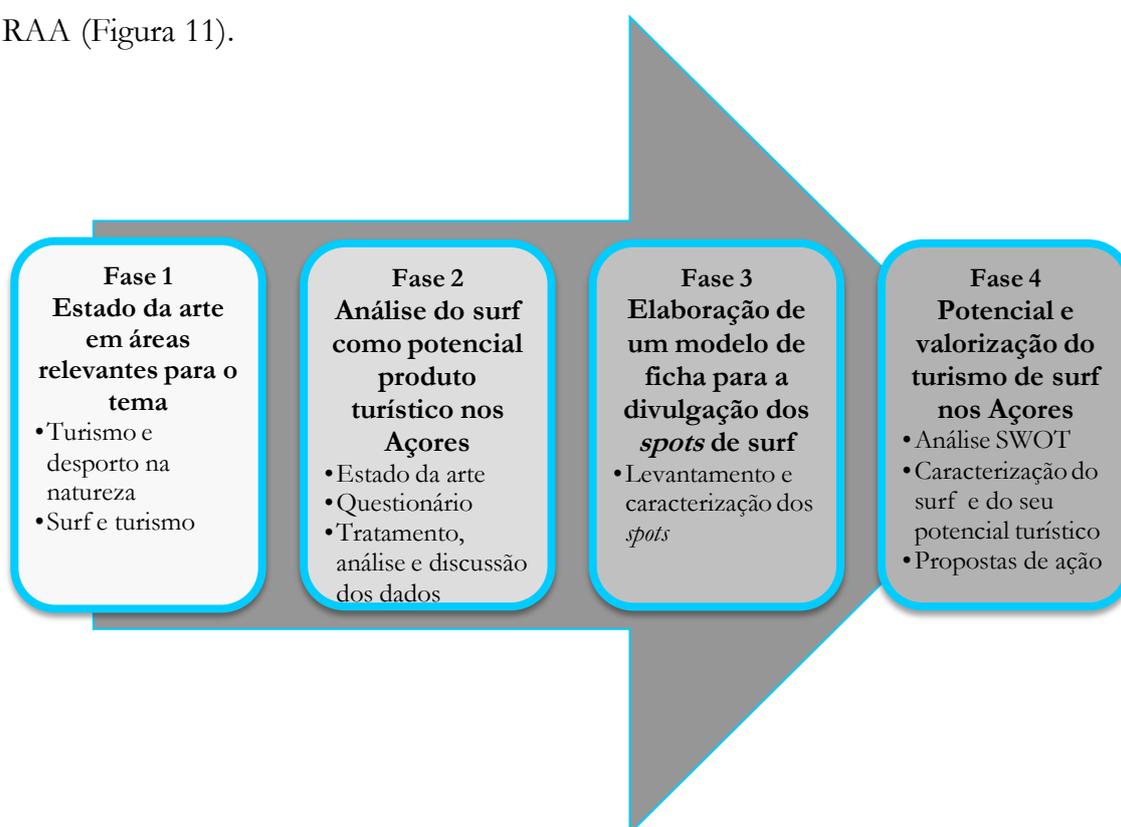


Figura 11 – Metodologia de investigação

4.4.2. Instrumento de medida – Questionário

A recolha dos dados em estudo foi realizada utilizando como instrumento de medida o questionário. Este instrumento compreende perguntas maioritariamente fechadas uma vez que facilitam o preenchimento do mesmo e permitem uma maior objetividade. No entanto, também foram utilizadas questões abertas de forma a enriquecer a informação.

Este questionário (Anexo II) teve como objetivo conhecer a opinião dos praticantes de surf acerca do potencial do surf na RAA, e para tal incidiu na caracterização pessoal dos surfistas que se encontravam a praticar surf nos Açores, na sua relação com o surf, bem com a caracterização desta atividade e do seu potencial no arquipélago. Deste modo, a construção do modelo em estudo teve por base o instrumento utilizado por Silva (2010e), com as devidas adaptações à atividade em estudo.

Foi elaborada uma primeira proposta do questionário que foi verificada pelos dois orientadores desta dissertação e, após a incorporação das sugestões, foi realizada uma aplicação experimental a surfistas e especialistas (N=10) que se encontravam na ilha de São Miguel a praticar surf. Após a inclusão de algumas sugestões apresentadas por estes surfistas, foi elaborada uma proposta final.

4.4.3. Caracterização da amostra

Este estudo acolhe como alvo os praticantes de surf que conhecem o destino e praticam regularmente ou esporadicamente surf ou *bodyboard* na região, sejam residentes e não residentes na RAA. A amostra do questionário em estudo é constituída por N=100 indivíduos, do género feminino e masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 56 anos.

4.4.4. Aplicação do questionário

A aplicação do instrumento de medida à amostra em estudo foi elaborada através da visita do território durante o período de 29 de agosto a 29 de outubro de 2011. Esta foi a época do ano que se considerou mais relevante para a realização dos questionários, visto que é nesta altura que se realiza a etapa do WQS em São Miguel e a procura do surf nas ilhas aumenta substancialmente. Os questionários foram preenchidos presencialmente em oito ilhas, exceto no Corvo onde não foram encontrados praticantes de surf.

Observa-se, no quadro 13, o número de inquiridos em cada ilha, o período de realização, bem como os *spots* onde foi aplicado o instrumento de medida.

Quadro 13 – Ilhas de aplicação do questionário

Ilhas	N	Período de realização (dias)	<i>Spots</i>
São Miguel	47	03/09 a 18/09	- Praia do Pópulo - Praia de Santa Bárbara - Praia dos Mosteiros
Santa Maria	6	31/08 a 02/09	- Anjos - Praia Formosa
Terceira	13	20/08 a 27/09	- Praia da Vitória - Contendas - Santa Catarina - Terreiro
São Jorge	15	29/09 a 05/10	- Fajã dos Vimes - Fajã da Caldeira de Santo Cristo
Pico	4	6/10 a 8/10	- Barca - Escola
Faial	8	9/10 a 11/10	- Almojarife - Conceição
Graciosa	3	13/10 a 16/10	- Calhau Miúdo - Porto Afonso
Flores	4	18/10 a 28/10	- Fajã Grande - Baixio
Total	100	55	17

4.4.5. Tratamento dos dados do questionário e procedimentos estatísticos

De forma a apresentar a opinião dos surfistas acerca do potencial do surf como produto turístico nos Açores, foi utilizada a análise descritiva como técnica

estatística. Esta técnica consiste em analisar descritivamente os dados do questionário de acordo com as características das variáveis e da associação entre as mesmas.

Para analisar e interpretar os resultados dos questionários utilizam-se parâmetros de tendência central (média), de dispersão (desvio-padrão) e de dispersão absoluta (mínimo e máximo).

O tratamento dos dados recolhidos foi elaborado através da utilização do programa informático de estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) na versão 20.

4.5. Análise e discussão dos resultados

Após a recolha dos dados e tratamento dos mesmos, procede-se à sua análise. Considerando a amostra de estudo constituída por N=100 indivíduos, primeiramente apresenta-se a análise descritiva da caracterização pessoal dos inquiridos e da caracterização da relação com o surf. Posteriormente, efetua-se a análise da caracterização do surf no Açores e a análise do potencial da atividade no arquipélago.

4.5.1. Caraterização pessoal

a) Género e idade

No que concerne à variável género, verifica-se que 87,0% dos inquiridos são do género masculino e 13,0% do género feminino (Figura 12). No que diz respeito à variável idade, a média é de 29,8 anos. O inquirido mais novo tem 12 anos e o mais velho 56 anos. Em termos de escalão etário, predominam os indivíduos do escalão 26-30 anos (30,0%) (Figura 13).

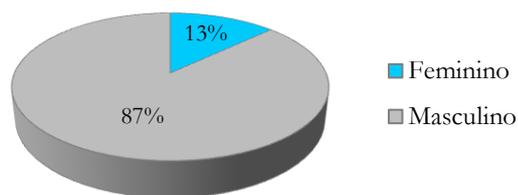


Figura 12 – Gênero

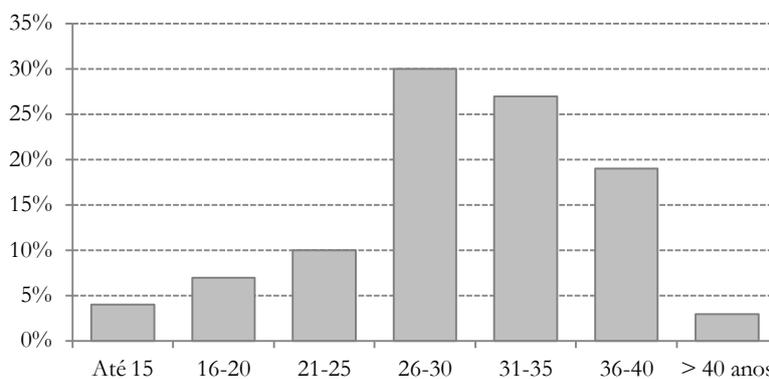


Figura 13 - Idade

b) Escolaridade

No que se refere à escolaridade, o nível é elevado, com mais de metade dos inquiridos (58,0%) com habilitações de nível superior. Os indivíduos com o ensino secundário representam 31,0% e os com o ensino básico 11,0% (Figura 14).

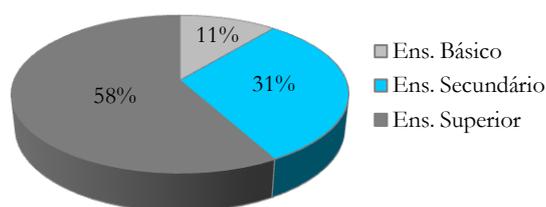


Figura 14 – Escolaridade

c) Profissão

Quanto à profissão exercida pelos inquiridos, de referir que 23,0% são estudantes, 12,0% professores, 9,0% trabalham na área da hotelaria e turismo e, apenas 2,0%

dos inquiridos exercem profissões relacionadas com o surf (*shaper* e treinador de surf). (Anexo III, Quadro 38).

d) Residência

Observa-se que uma proporção muito elevada dos inquiridos reside nos Açores (81,0%). Destes um pouco mais de metade (55,0%) reside na ilha de São Miguel. Seguindo-se os que residem na Terceira (15,0%) e no Faial (11,0%) (Figura 15, 16 e Quadro 14).

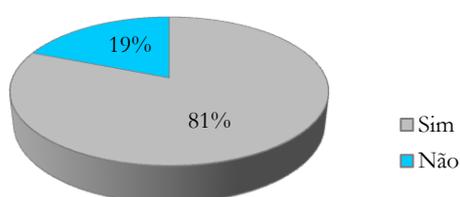


Figura 15 – Residência nos Açores

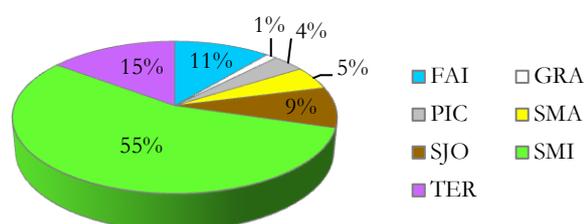


Figura 16 – Ilha de residência

Quadro 14 – Ilha de residência

Variáveis	N	%
Faial	9	11,1
Graciosa	1	1,2
Pico	3	3,7
Santa Maria	4	4,9
São Jorge	7	8,6
São Miguel	45	55,5
Terceira	12	14,8
Total	81	100,0

4.5.2. Caracterização da relação com o surf

a) Prática frequentemente surf ou *bodyboard*

A maioria dos inquiridos pratica frequentemente surf (87,0%) e apenas 13,0% indica a prática frequente de *bodyboard* (Quadro 15).

Quadro 15 – Modalidade praticada frequentemente

Variáveis	N	%
Surf	87	87,0
<i>Bodyboard</i>	13	13,0
Total	100	100,0

b) Anos de experiência na atividade e se é federado

Na figura 17, constata-se que em termos de anos de experiência de prática, a maioria (32,0%) pratica surf há 5 ou menos anos, e 18,0% praticam há mais de 20 anos. Apenas 16,0% são atletas federados (Quadro 16).

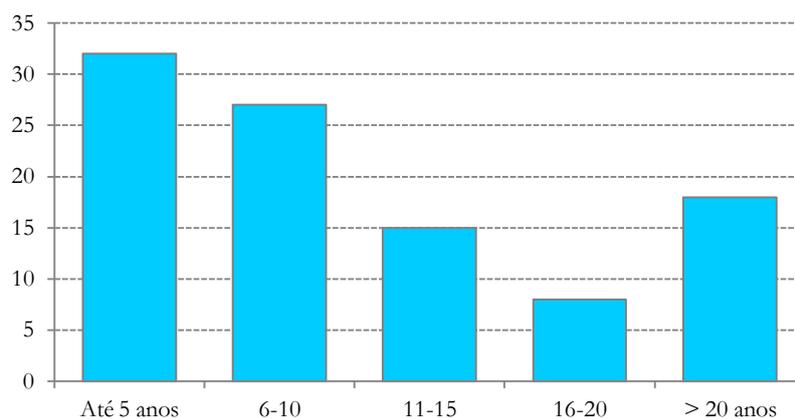


Figura 17 – Número de anos de experiência na atividade

Quadro 16 – Atleta federado

Variáveis	N	%
Sim	16	16,0
Não	84	84,0
Total	100	100,0

a) Como se iniciou na modalidade

Um pouco mais de metade indica que aprendeu a praticar surf com os amigos (51,7%), 36,8% refere que se iniciou na modalidade sozinho. Os que aprenderam em escolas de surf representam 7,9% (Quadro 17).

Quadro 17 – Como se iniciou na modalidade

Variáveis	N	%
Sozinho	42	36,8
Com amigos	59	51,7
Com familiares	4	3,6
Com um curso/ aulas	9	7,9
Total	114	100,0

b) Épocas do ano em que pratica surf

A maioria dos inquiridos (80,0%) indica que pratica surf durante todo o ano (Quadro 18). As estações do ano em que os indivíduos praticam mais a atividade são o verão (62,5%) e o outono (21,2%) (Quadro 19).

Quadro 18 – Épocas do ano que pratica surf

Variáveis	N	%
Todo o ano	80	80,0
Parte do ano	20	20,0
Total	100	100,0

Quadro 19 – Estação do ano

Variáveis	N	%
Primavera	--	--
Verão	15	62,5
Outono	7	21,2
Inverno	2	8,3
Total	24	100,0

a) Média de frequência da prática de surf

Várias vezes por semana, desde que o mar permita, é a resposta escolhida por 65,0% dos inquiridos para referir a frequência da prática da atividade em análise. Apenas 9,0% refere uma prática esporádica (Quadro 20).

Quadro 20 – Média de frequência da prática de surf

Variáveis	N	%
Várias vezes por semana desde que o mar permita	65	65,0
Várias vezes por mês mas só em alguns meses	15	15,0
Poucos dias por mês	11	11,0
Esporadicamente	9	9,0
Total	100	100,0

b) Local onde pratica surf com regularidade

Quase todos os inquiridos indicam que praticam surf com regularidade nos Açores. As ilhas mais escolhidas para esta prática são as ilhas de São Miguel (48,0%), São Jorge (18,4%) e a Terceira (13,3%) (Quadro 21 e Figura 18).

Quadro 21 – Local onde pratica surf com regularidade

Variáveis	N	%
Açores	83	83,0
Outros	17	17,0
Total	100	100,0

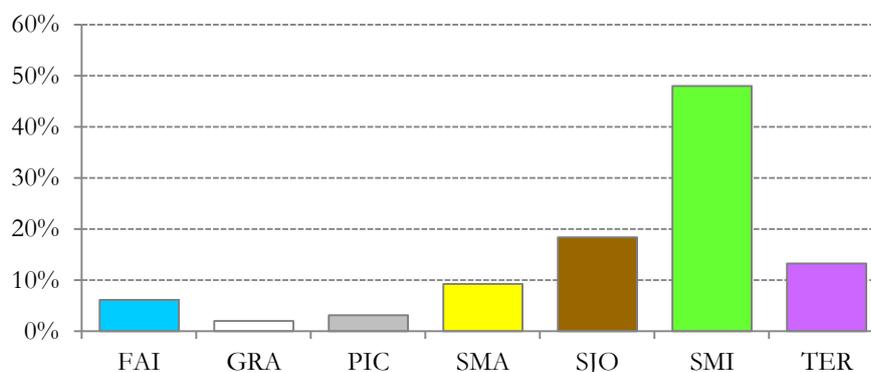


Figura 18 – Ilhas onde pratica surf

a) Regularidade com que se desloca para outra ilha ou região fora do seu local de residência para praticar surf

Apenas uma pequena percentagem dos inquiridos (11,0%) indica que nunca se desloca para outra ilha ou região fora do seu local de residência para praticar surf. Quase metade (44,0%) indica que o faz 1 a 2 vezes por ano, 18,0% várias vezes por ano e 6,0% muitas vezes por ano (Quadro 22).

Quadro 22 – Regularidade com que se desloca para outra ilha ou região fora do seu local de residência para praticar surf

Variáveis	N	%	Percentagem válida	Percentagem Acumulada
Nunca	11	11,0	11,0	11,0
Raramente	21	21,0	21,0	32,0
1 a 2 vezes por ano	44	44,0	44,0	76,0
Várias vezes por ano	18	18,0	18,0	94,0
Muitas vezes por ano	6	6,0	6,0	100,0
Total	100	100,0	100,0	

b) Viagens realizadas cuja motivação principal é a prática de surf

Uma percentagem bastante elevada (82,0%) indica que já realizou viagens cuja principal motivação foi a prática de surf (Quadro 23). Na figura 19, constata-se que um pouco mais de 40,0% dos inquiridos indicam os Açores como destino dessas viagens, 27,3% indicam Portugal Continental e 28,5% outros destinos. Os destinos preferidos destes últimos foram Marrocos (17,8%), Indonésia (15,6%), Europa (13,3%) e Canárias (11,1%) (Quadro 24).

Quadro 23 – Viagens realizadas cuja principal motivação é a prática de surf

Variáveis	N	%
Sim	82	82,0
Não	18	18,0
Total	100	100,0

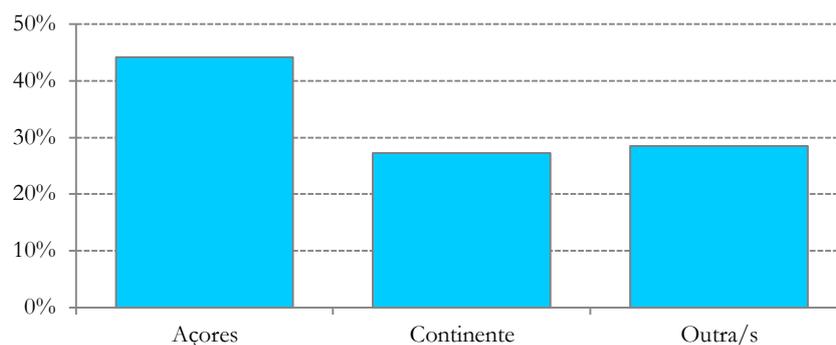


Figura 19 – Destinos

Quadro 24 – Outros destinos

Variáveis	N	%
Marrocos	16	17,8
Indonésia	14	15,6
Europa	12	13,3
Canárias	10	11,1
Brasil	8	8,9
Havai	4	4,4
Maldivas	4	4,4
México	4	4,4
EUA	3	3,3
Madeira	3	3,3
Austrália	2	2,2
Costa Rica	2	2,2
Outros destinos	8	8,8
Total	90	100,0

c) Competências técnicas de surf

Conforme o quadro 25, constata-se que mais de metade dos inquiridos avalia-se como praticante intermédio (57,0%).

Quadro 25 – Competências técnicas de surf

Variáveis	N	%
Praticante nível iniciado ou básico	19	19,0
Praticante intermédio	57	57,0
Praticante experiente	11	11,0
Treinador adjunto	13	13,0
Total	100	100,0

d) Desenvolve a atividade ou colabora com uma organização associada ao surf

Cerca de um terço dos inquiridos (31,0%) refere que colabora com uma organização associada ao surf (Quadro 26) e, conforme o quadro 27, os tipos de organização com que os inquiridos mais colaboram são os clubes (69,4%) e as escolas ou centros de surf (13,9%).

Quadro 26 – Desenvolve a atividade de surf ou colabora com uma organização associada ao surf

Variáveis	N	%
Sim	31	31,0
Não	69	69,0
Total	100	100,0

Quadro 27 – Qual o tipo de organização

Variáveis	N	%
Clube/ Associação	25	69,4
Escola/ Universidade	2	5,5
Escola/ Centro de surf	5	13,9
Outras empresas	2	5,5
Outros	2	5,5
Total	36	100,0

e) Forma como desempenha a prática de surf

Do universo dos 100 inquiridos, apenas 10,0% indica que faz surf de competição. Os restantes (90,0%) indicam que praticam surf sem fins competitivos (Quadro 28).

Quadro 28 – Forma como desempenha a prática de surf

Variáveis	N	%
Free surf	90	90,0
Competição	10	10,0
Total	100	100,0

f) Atividade profissional ou amadora relacionada com o surf

Dos 20 inquiridos que indicam que desempenham atividade profissional ou amadora relacionada com surf 50,0% refere que desempenha a função de Presidente/Gestor/Coordenador, 30,0% são treinadores e 10,0% shapers (Quadro 29).

Quadro 29 – Atividade profissional ou amadora relacionada com Surf

Variáveis	N	%
Presidente/ Gestor/ Coordenador	10	50,0
Formador/ Especialista	1	5,0
Treinador	6	30,0
Treinador adjunto	1	5,0
<i>Shaper</i>	2	10,0
Total	20	100,0

4.5.3. Caraterização do surf no Arquipélago dos Açores

a) Ilhas do arquipélago onde já surfou e as que conhece relativamente bem no que se refere às condições para a prática de surf

Quadro 30 – Ilhas do Arquipélago dos Açores que já surfou

Variáveis	N	%
São Miguel	85	24,4
Santa Maria	60	17,2
Terceira	51	14,6
São Jorge	67	19,2
Graciosa	22	6,3
Pico	29	8,3
Faial	24	6,9
Flores	10	2,9
Corvo	1	0,3
Total	349	100,0

As ilhas dos Açores em que os inquiridos mais praticaram surf são as de São Miguel (24,4%), São Jorge (19,2%), Santa Maria (17,2%) e Terceira (14,6%) são também as que eles afirmam que conhecem relativamente bem no que se refere às condições para a prática da atividade (23,9%, 22,0%, 16,9% e 13,7%, respetivamente) (Figura 20 e Quadro 30 e 31).

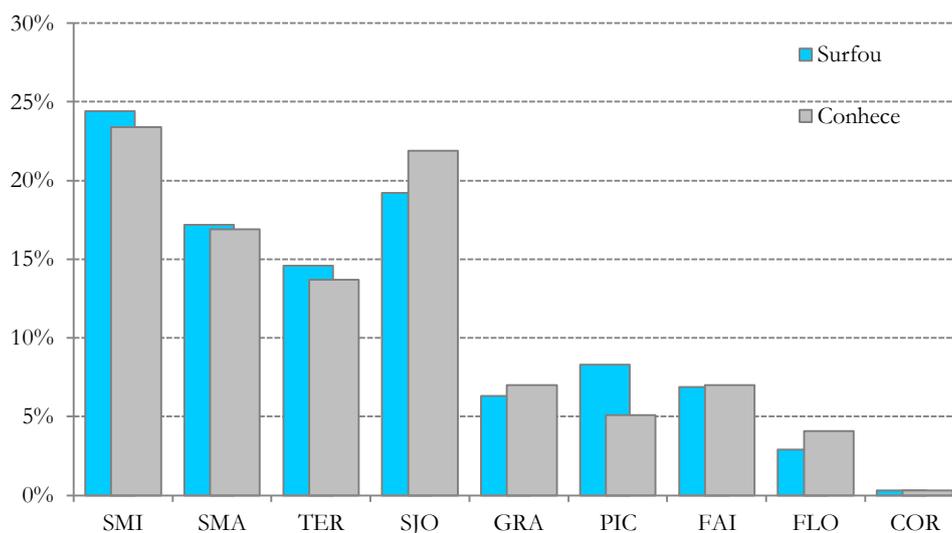


Figura 20 – Conhece versus surfou

Quadro 31 – Ilhas dos Açores que conhece relativamente bem no que se refere às condições para a prática de surf

Variáveis	N	%
São Miguel	75	23,9
Santa Maria	53	16,9
Terceira	43	13,7
São Jorge	69	22,0
Graciosa	22	7,0
Pico	16	5,1
Faial	22	7,0
Flores	13	4,1
Corvo	1	0,3
Total	314	100,0

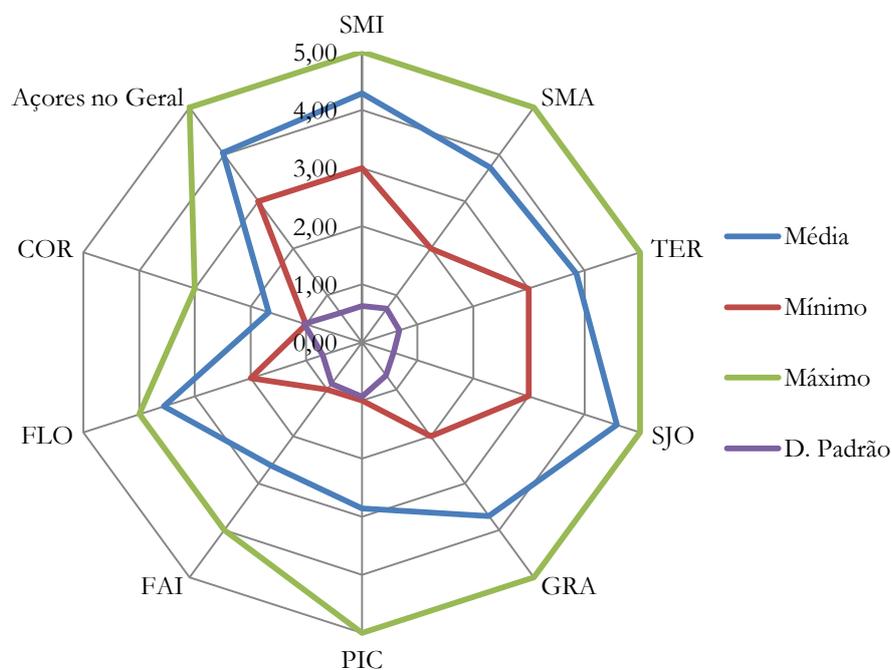
b) Avaliação das ondas para a prática de surf nas diferentes ilhas

As ilhas com melhor avaliação média relativamente às ondas foram São Jorge (4,58), São Miguel (4,28) e Terceira (3,85) (Quadro 32 e Figura 21).

Quadro 32 – Avaliação das ondas para a prática de surf nas diferentes ilhas

Variáveis	N	Média(*)	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
São Miguel	88	4,28	0,62	3	5
Santa Maria	59	3,73	0,71	2	5
Terceira	55	3,85	0,67	3	5
São Jorge	77	4,58	0,57	3	5
Graciosa	30	3,70	0,70	2	5
Pico	28	2,86	0,93	1	5
Faial	35	2,63	0,87	1	4
Flores	18	3,56	0,70	2	4
Corvo	6	1,67	1,03	1	3
Açores no geral	96	4,03	0,62	3	5

(*) Escala de 1 a 5 sendo 1=muito insuficientes, 2=insuficientes, 3=suficientes, 4=boas e 5=muito boas



4.5.4. Análise do potencial do surf nos Açores

a) Avaliação do potencial da RAA para a prática de surf

Numa escala de 1 (muito insuficiente) a 5 (muito bom) o potencial do Arquipélago dos Açores para a prática de surf foi avaliado com uma média de 4,12 (bom) (Quadro 33 e Figura 22).

Quadro 33 – Potencial dos Açores para a prática de surf

N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
100	4,12	0,65	3	5

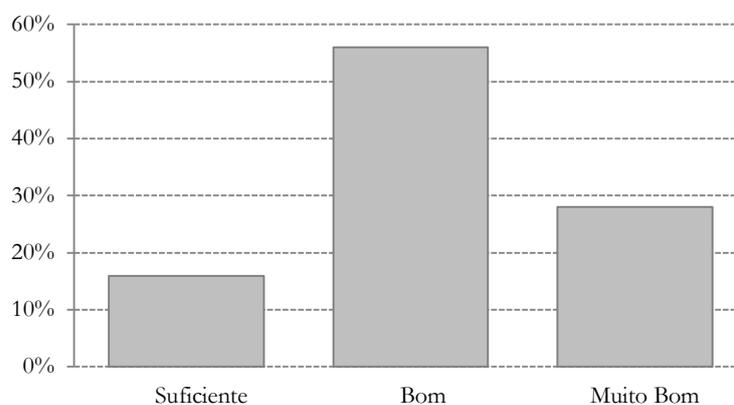


Figura 22 – Potencial dos Açores para a prática de surf

b) Pontos fortes e fracos do território para a prática de surf

Na figura 23 são apresentados os pontos fortes do arquipélago dos Açores para a prática do surf indicados pelos inquiridos. Os três aspetos mais bem classificados foram (i) poucos praticantes (23,0%), (ii) natureza envolvente (18,6%) e (iii) outros (11,3%), dizendo respeito aos fundos de pedra, ondulações constantes, gastronomia, deslocações marítimas e acessos difíceis. Quanto aos pontos fracos destas ilhas os principais identificados pelos inquiridos foram (i) preço da viagem/taxas das pranchas (17,8%), (ii) a inconsistência do *swell* (17,8%), (iii) ventos fortes (8,2%). Contudo, é de realçar que a classe com maior peso das respostas é a “outros” (26,7%), por agrupar diversos tipos de respostas, como as referentes à ausência de

surf *camps* e lojas de surf, invernos rigorosos, força das ondas, *spots* apenas funcionarem quando reunidas as condições específicas de vento e ondulação, perigo das rochas, chuva, localismo, caravelas portuguesas/ águas vivas, capacidade de carga reduzida, inexistência de transporte marítimo durante todo o ano (exceto entre o Faial, Pico e São Jorge) e nível de surf baixo (Figura 24).

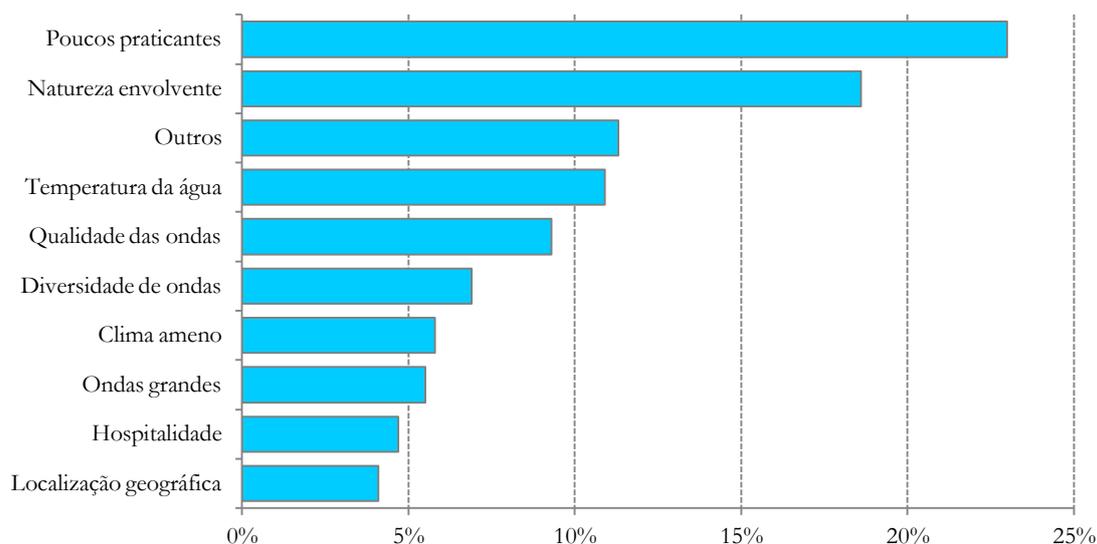


Figura 23 – Pontos fortes

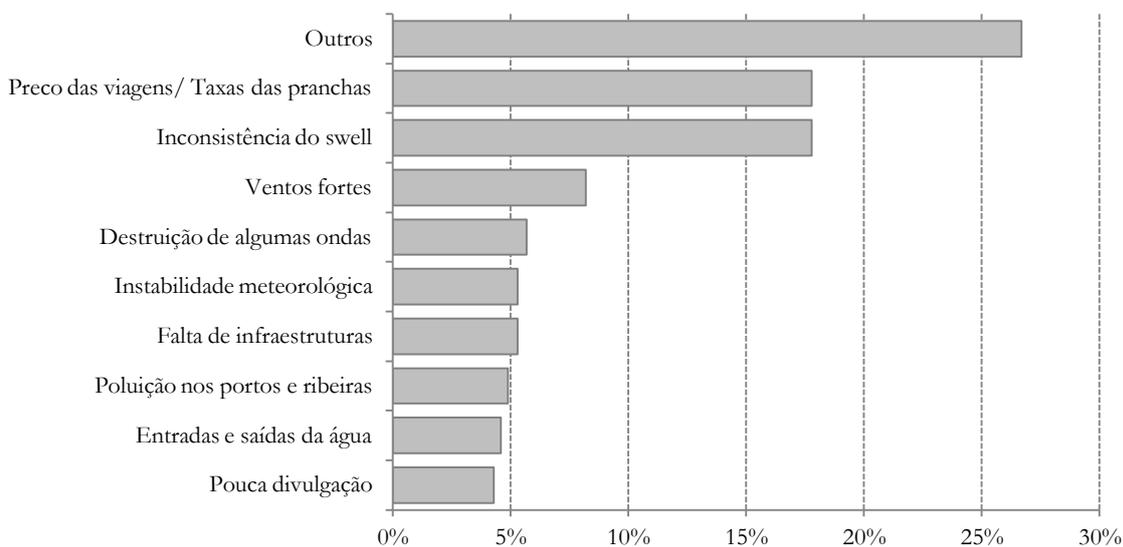


Figura 24 – Pontos fracos

c) Avaliação do trabalho elaborado pelas organizações

No quadro 34, observa-se a qualidade do trabalho que as organizações têm desenvolvido para a promoção do surf nos Açores, tendo este sido avaliado com uma média de 3,27.

Quadro 34 – Avaliação do trabalho elaborado pelas organizações

N	Média(*)	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
71	3,27	0,98	1	5

(*) Escala de 1 a 5 sendo 1=muito insuficiente, 2=insuficiente, 3=suficiente, 4=bom e 5=muito bom

d) Considera os Açores um destino com boas condições para que nível ou níveis de surf

Quase 40% dos inquiridos consideram os Açores como um destino com boas condições para a prática de surf a um nível avançado e 35,1% consideram que é um destino adequado para um nível intermédio. Apenas 9,9% considera que é um bom destino para um nível iniciado (Figura 25).

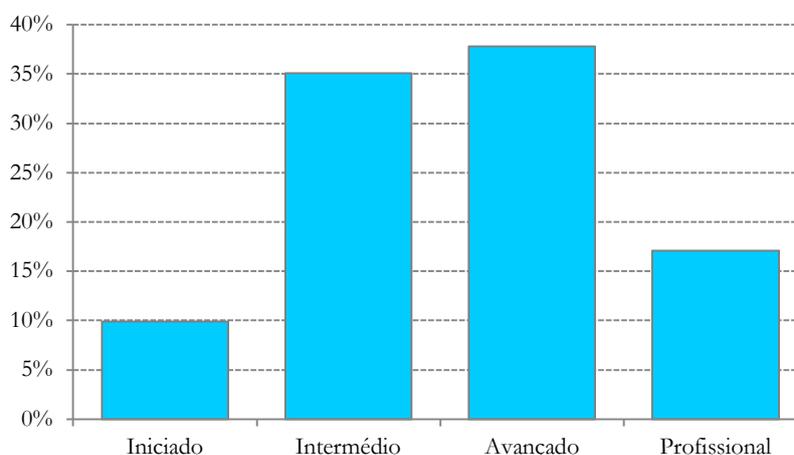


Figura 25 – Níveis de surf

e) Potencial dos Açores para a atração de praticantes de surf

Globalmente os inquiridos consideram os Açores como um destino com potencial para atrair praticantes de surf, dimensões nível local, regional, nacional e

internacional, sendo a média atribuída para cada uma destas dimensões territoriais sempre superior a 3,5 (Quadro 35 e Figura 26).

Quadro 35 – Potencial dos Açores para atrair praticantes

Variáveis	N	Média(*)	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Local	98	3,98	0,941	1	5
Regional	98	3,98	0,718	2	5
Nacional	97	3,81	0,682	2	5
Internacional	96	3,56	0,792	2	5

(*) Escala de 1 a 5 sendo 1=muito insuficiente, 2=insuficiente, 3=suficiente, 4=bom e 5=muito bom

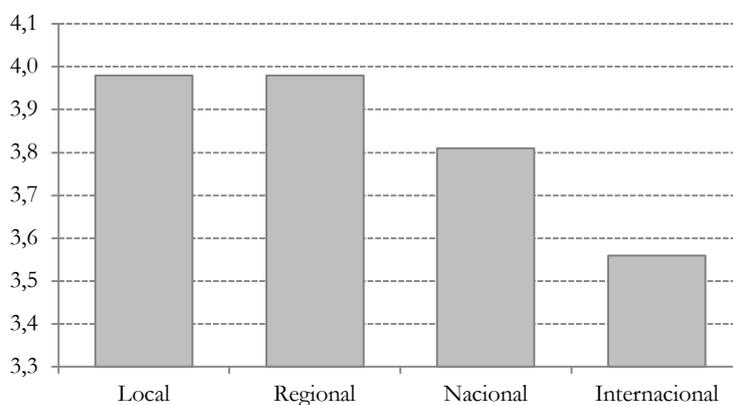


Figura 26 – Potencial dos Açores para atrair praticantes

f) Desenvolvimento e promoção turística da RAA como destino de surf

Por último, quando inquiridos sobre se concordam com o desenvolvimento e promoção turística dos Açores como destino de surf uma percentagem bastante elevada, de 84,0%, responde afirmativamente (Figura 27).

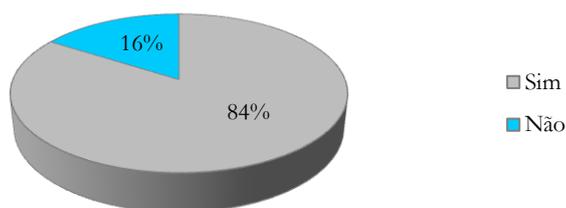


Figura 27 – Desenvolvimento e promoção turística da RAA como destino de surf

g) Considerações importantes sobre o surf nos Açores que não foram indicadas neste questionário

As opiniões mais frequentes dos inquiridos são relacionadas com a preservação das ondas (17,5%), a consciência ambiental (16,2%), o preço das viagens, o potencial dos Açores se o surf for associado a outras atividades e outras opiniões (12,5%) sendo estas referentes ao respeito pelos surfistas locais, promoção turística mas numa escala reduzida, longo caminho a desenvolver e os *spots* apenas funcionarem quando reunidas as condições específicas de vento e ondulação (Quadro 36 e Figura 28).

Quadro 36 – Opiniões sobre o surf nos Açores

Variáveis	N	%
Preservação das ondas	14	17,5
Consciência ambiental	13	16,2
Preço das viagens dificulta o desenvolvimento do surf	10	12,5
Grande potencial se for associado o surf a outras atividades	10	12,5
Surf como excelente produto turístico	9	11,2
Turismo associado ao surf danifica os <i>spots</i>	6	7,5
Falta de infraestruturas	4	5,0
Capacidade de carga limitada	4	5,0
Outras	10	12,5
Total	80	100,0

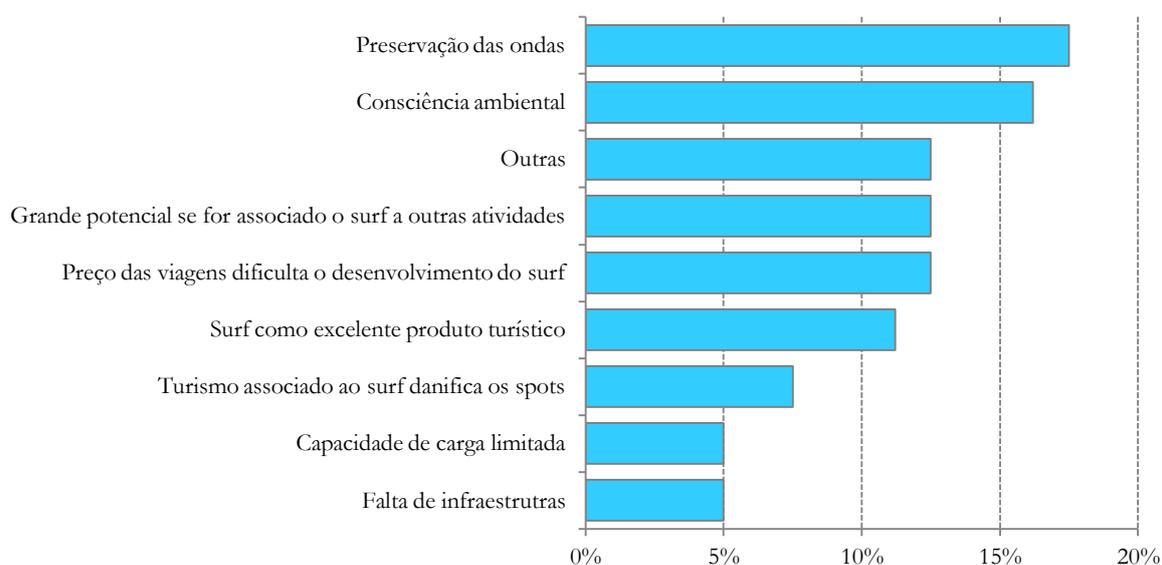


Figura 28 – Opiniões sobre o surf nos Açores

4.6. Elaboração de um modelo de ficha para a divulgação dos *spots* de surf

De forma a complementar este estudo, conjuntamente com a visita do território e a aplicação do questionário, foi realizado um trabalho em campo para levantamento e respetiva caracterização dos principais *spots* com potencial para a prática de surf nas nove ilhas do arquipélago. Este trabalho contou com o apoio imprescindível da Associação Regional do Turismo (ART), da cedência de informações pertinentes por parte de alguns surfistas e especialistas de surf residentes nos Açores e do Tiago Lopes na simbologia das fichas. Este inventário foi realizado através da visita a diversos *spots* de surf no território, que permitiu verificar as condições de prática de surf em vários *spots* e elaborar uma ficha para cada um, contribuindo assim para o desenvolvimento e divulgação do surf na RAA e propor a estrutura de um guia de surf adequado para o arquipélago.

A elaboração de um modelo de ficha dos *spots* de surf, seguiu como exemplo o guia de surf *Stormrider* dos Açores e, após várias adaptações, procedeu-se ao levantamento e respetiva caracterização das seguintes variáveis de cada *spot* (Sutherland, 2011):

- Coordenadas GPS;
- Interesse do *spot*: escala de 1 a 5 estrelas, sendo 1 muito baixo e 5 muito alto;
- Tipo de fundo: areia, areia com algumas pedras, areia e pedras, pedra;
- Direção da onda: direita, esquerda, esquerda e direita;
- Melhor vento: N, NW, NE, W, E, S, SW, SE;
- Melhor ondulação: N, NW, NE, W, E, S, SW, SE;
- Melhor maré: vazia, cheia, meia maré, exceto vazia; exceto cheia, todas;
- Afluência de surfistas: escala de 1 a 5, sendo 1 sem surfistas e 5 sempre com surfistas;
- Consistência do *spot*: escala de 1 a 5, sendo 1 muito baixa e 5 muito alta;
- Acessibilidades: pedonal, automóvel, autocarro, barco;

- Mapa do *spot*;
- Infraestruturas: campismo, WC, duches, restaurante/bar, surf *camp*;
- Bandeira azul: sim ou não;
- Descrição do *spot* em português e inglês: caracterização da ilha e do *spot*, nível de surf, perigos, entre outras informações pertinentes para os surfistas.

O trabalho em campo permitiu a identificação de 69 *spots* de surf nos Açores e a elaboração de 42 fichas em PDF dos principais *spots*, apresentando-se dois exemplos em anexo (Anexo IV), um de Santa Bárbara na ilha de São Miguel e, outro, do Calhau Miúdo na ilha Graciosa. A construção destas fichas foi possível através da consulta de sítios da Internet com informação sobre o surf nas ilhas (100% Surf e WannaSurf), colaboração dos surfistas e especialistas e surf da RAA e através da consulta do guia de surf *Stormrider* dos Açores. Estas fichas foram disponibilizadas para o projeto ZoomAzores (www.zoomazores.com), onde se encontra acessível um mapa interativo do arquipélago dos Açores, sendo possível visualizar os *spots* de surf de cada ilha, bem como a informação relativa a cada *spot* (Anexo V). Considerando a opinião expressa por diversos surfistas locais, que defendem que não se deve divulgar os locais de surf emblemáticos menos conhecidos (*secret spots*), optou-se por não disponibilizadas as fichas desses *spots* de surf.

4.7. Potencial e valorização do turismo de surf nos Açores

4.7.1. Caracterização da atividade de surf e o seu potencial turístico

O surf na RAA é relativamente recente, existindo entre 1000 a 1500 praticantes regulares e, entre 500 a 1000 praticantes ocasionais, concentrando-se essencialmente nas ilhas mais habitadas, São Miguel e Terceira. Após o levantamento de informação através do estado da arte, do trabalho em campo, da auscultação dos praticantes e especialistas de surf da região e dos resultados, elaborou-se a análise SWOT de forma a avaliar o potencial do território para a prática de surf. Este instrumento tem como objetivo identificar os pontos fortes que devem ser potenciados, os pontos

fracos que devem ser minimizados, as oportunidades que devem ser aproveitadas e as ameaças que devem ser mitigadas. Os pontos fortes e pontos fracos referem-se a fatores internos, enquanto as oportunidades e ameaças dizem respeito a fatores externos (André e Cardoso, 2006; Valentin, 2001, op. Cit. Serra, 2009).

Quadro 37 – Análise SWOT do potencial dos Açores para a prática de surf

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco <i>crowd</i>; - Ondas grandes; - Localização geográfica; - Património natural e construído; - Eventos de surf internacionais; - Qualidade das ondas; - Destino insular e pouco explorado; - Atividade praticada durante todo o ano; - Existência de <i>secret spots</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de ondas; - Clima ameno; - Contribuição para a preservação da natureza; - Temperatura da água; - Segurança do destino; - Natureza envolvente; - Hospitalidade; - Ondulação frequente.
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de infraestruturas de apoio aos turistas de surf (informação e alojamento); - Acessos difíceis a alguns <i>spots</i>; - Instabilidade meteorológica; - Preço das viagens em comparação com outros destinos de surf; - Preço das taxas de transporte de material; - Inconsistência do <i>swell</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> - Poluição nos portos e ribeiras; - Pouca divulgação; - Destruição de algumas ondas; - Ventos fortes; - Forte dependência do mercado nacional; - Desenvolvimento do surf concentrado em São Miguel; - Capacidade de carga limitada.
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da notoriedade da região; - Diversificação, dinamização e qualificação da oferta turística; - Complementaridade do surf com outras atividades; - Desenvolvimento de um guia de surf dos Açores; - Criação de emprego; - Contribuição para a preservação das ondas; - Aumento da estada média; - Atração de investimentos locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial crescimento da procura nacional e internacional e redução da sazonalidade; - Benefícios económicos, sociais e ambientais; - Surf como ferramenta de desenvolvimento turístico sustentável; - Oportunidades de novos modelos de negócio ligados ao surf; - Estímulo da população local para a prática de surf; - Desenvolvimento do turismo de surf nas restantes ilhas do arquipélago.
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações climáticas e subida do nível médio do mar; - Concorrência com outros destinos de surf, que já detêm notoriedade internacional; - Poluição costeira; - Acesso limitado ou restrito em alguns <i>spots</i> inseridos em AP; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise económica a nível nacional e mundial; - Aumento do <i>crowd</i>; - Destruição de algumas ondas, como o caso de Rabo de Peixe; - Degradação ambiental e dos recursos naturais.

Neste sentido, no quadro 37, apresenta-se a análise SWOT realizada para o território em estudo, dando a conhecer os pontos fortes e fracos da região para a prática de surf, as oportunidades que o turismo de surf oferece para os Açores e, por fim, as principais ameaças que poderão condicionar o desenvolvimento desta atividade como produto turístico no arquipélago.

Este destino insular e pouco explorado, possui vários atrativos para os praticantes de surf, que se podem dividir nos específicos para a atividade e outros complementares:

Específicos para a prática do surf:

- Diversidade e qualidade das ondas, para os vários segmentos de surf;
- Ondulações frequentes, permitindo a prática da atividade durante praticamente todo o ano;
- Existência de ondas grandes e *secret spots*, para os surfistas mais aventureiros;
- Existência de eventos de surf internacionais;
- Temperatura da água do mar agradável, entre os 17°C e os 23°C.

Complementares:

- Clima ameno, apresentado temperatura média anual de 17°C;
- Hospitalidade;
- Segurança;
- Vasto património natural e construído;
- Diversidade de território com nove ilhas nove territórios para descobrir;
- Complementaridade de outras atividades na natureza e culturais.

Esta atividade tem vindo a desenvolver-se e a contribuir para a notoriedade e desenvolvimento da região, devido essencialmente aos eventos de surf internacionais que se têm realizado nos Açores, nomeadamente nas ilhas da Terceira, com o *Azores Islands Bodyboarding Festival* e, de São Miguel, com a etapa do

campeonato do mundo de surf de qualificação (WQS). Este desenvolvimento, bem como a ascensão da prática de surf no arquipélago, contribuíram para que em São Miguel tivessem surgido escolas de surf, lojas de material de surf e *shapers* de pranchas de surf. Simultaneamente, no sector turístico também apareceram empresas a oferecer serviços de surf, nomeadamente nas ilhas de São Miguel, São Jorge e Terceira.

No entanto, são de salientar um conjunto de limitações que dificultam e limitam o desenvolvimento desta atividade na região, dos quais se destacam:

- Falta de infraestruturas de apoio aos turistas de surf, tal como surf *camps*;
- Instabilidade meteorológica e ventos fortes;
- Destruição de algumas ondas, como o caso de Rabo de Peixe, que deixam de receber surfistas;
- Acessos difíceis a alguns *spots*, o que se pode transformar em alguns casos específicos num ponto forte, como o exemplo dos surfistas que gostam de praticar surf praticamente sozinhos;
- Preço das viagens e das taxas de transporte do material de surf, o que afasta o turismo de surf para outros destinos;
- Poluição em alguns portos e ribeiras;
- Falta de divulgação dos *spots* açorianos, pois grande parte dos surfistas desconhece a potencialidade de todas as ilhas para a prática da atividade;
- Inconsistência do *swell*, pois apesar de o arquipélago receber frequentemente ondulações, estas não resultam sempre numa boa formação de ondas, estando sempre dependentes do fator vento;
- Desenvolvimento da atividade concentrado em São Miguel.

O produto turismo de surf no destino Açores, em termos de Ciclo de Vida do Produto Turístico, encontra-se na fase de exploração na maioria das ilhas, e de envolvimento nas ilhas de São Miguel e da Terceira, onde têm sido realizadas etapas mundiais de surf e *bodyboard*, e em São Jorge, onde apesar de não haver grande

desenvolvimento turístico à volta do surf, é dos locais mais conhecidos para a prática de surf e dos mais surfados nos Açores (logo a seguir a São Miguel) e onde também existe um surf *camp* na Fajã da Caldeira de Santo Cristo. A fase de exploração concerne na descoberta do surf pelos locais e turistas mais aventureiros, sendo um destino sem infraestruturas de apoio ao surfistas e com acessibilidade reduzida. Na fase de envolvimento surgem os primeiros turistas de surf, dando início às pressões para o desenvolvimento de infraestruturas de apoio aos turistas de surf, bem como o primeiro envolvimento das autoridades locais. Deste modo, o desenvolvimento do turismo de surf nos Açores encontra-se em duas fases distintas e, conforme foi demonstrado através do trabalho realizado em campo, existem diversos *spots* para praticar surf nas nove ilhas do arquipélago. No entanto, é conveniente promover a descentralização da oferta que está demasiado concentrada na ilha de São Miguel, para promover o desenvolvimento do turismo de surf em todo o território.

Segundo a generalidade dos inquiridos (84%) os Açores devem ser promovidos como destino de surf.

Neste sentido, o desenvolvimento do surf como potencial produto na RAA tem o intuito contribuir para (1) aumentar da notoriedade do destino; (2) diversificar, dinamizar e qualificar a atual oferta turística da região; (3) atrair investimentos locais; (4) desenvolver o turismo de surf em todo o arquipélago; (5) estimular a população local a praticar surf; (6) criar e desenvolver modelos de negócios ligados ao surf; (7) criar benefícios económicos, sociais e ambientais; (8) preservar as ondas do território; e (9) fomentar um turismo ao longo de todo o ano, atenuando assim a sazonalidade verificada nas ilhas.

Contudo, este desenvolvimento pode ser condicionado pelas seguintes variáveis: (1) alterações climáticas e subida do nível médio do mar, o que influenciará toda a costa e prejudicará os *spots* de surf; (2) concorrência com outros destinos de surf, como Marrocos, Indonésia, Canárias entre outros, que já detêm notoriedade internacional; (3) poluição costeira, afetando diretamente as ondas, o que por sua vez afasta os surfistas; (4) acesso limitado ou restrito em alguns *spots* inseridos em

AP (Quadro 5), que poderão condicionar a prática de surf; (5) crise económica a nível nacional e mundial, o que reduz a procura turística por um lado, mas que por outro lado, pode incentivar ao desenvolvimento do turismo de surf a nível regional; (6) aumento do *crowd*, tendo implicações na segurança dos praticantes e no valor da experiência; (7) destruição de algumas ondas, como o caso e Rabo de Peixe, pois uma onda de qualidade, se for preservada, nunca será deslocalizada, trazendo benefícios positivos nas atividades económicas locais; e (10) degradação ambiental e dos recursos naturais.

4.7.2. Propostas de ação com vista à valorização do surf como um produto turístico na RAA

Após a caracterização do surf e do seu potencial turístico no território, de seguida definem-se propostas de ação com o intuito de contribuírem para o desenvolvimento do surf como um produto turístico na RAA.

- *Desenvolver infraestruturas de apoio para os surfistas nos principais spots de surf* – chuveiros; serviço de aluguer de pranchas e aulas de surf; sinalética relativa aos *spots* em português e inglês, contendo a sua descrição, nível de surf, perigos, entre outras informações pertinentes para os surfistas; parques de estacionamento; instalações sanitárias; zona de refeições;
- *Desenvolver negócios associados ao surf* – apoio ao empreendedorismo para estimular o investimento em lojas de surf; escolas de surf; empresas do setor turístico; alojamentos temáticos, como é o caso dos surf *camps* e hotéis de surf, de forma a contribuírem para o envolvimento das comunidades locais e dinamizar a atividade na região;
- *Criar reservas nacionais ou mundiais de surf nos spots com potencial* – de forma a assegurar a preservação das ondas de qualidade, como por exemplo na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, na ilha de São Jorge;

- *Divulgar o surf como um produto turístico dos Açores* – criar mapas e brochuras dos principais *spots* de surf em cada ilha; desenvolver um guia de surf; criar uma marca “Surf Açores”, com *slogan* e logótipo próprios;
- *Apostar nas redes sociais* – como o *Facebook*, o *Twitter*, entre outras, permitindo que os surfistas interajam entre si, fomentando a partilha de experiências e opiniões acerca do surf nos Açores entre a comunidade;
- *Câmaras online nos principais spots* – possibilitando o surfista observar previamente as condições do estado do mar para a prática da atividade;
- *Promover e incentivar a prática de surf no arquipélago* – gratuidade das taxas de transporte de pranchas; durante a época baixa oferecer preços mais baixos nas viagens, o que também irá contribuir para diminuir a sazonalidade; complementar o surf com outras atividades;
- *Limitar a capacidade de carga nos spots mais frágeis* – os *spots* com muito *crowd*, têm implicações na segurança dos surfistas, reduzindo o valor da sua experiência no destino e, por outro lado, essa limitação poderá contribuir para a preservação dos recursos;
- *Elaborar a nível nacional um “livro branco” do surf* – um plano estratégico nacional do surf, como o intuito de integrar num só documento as principais linhas orientadas para um planeamento e desenvolvimento sustentável do surf em Portugal, incluindo a RAA;
- *Envolver todos os stakeholders e estimular a interação e cooperação entre os setores público e privado* – fomentando a colaboração entre a entidade nacional de turismo e as associações regionais de turismo, como a ART, de forma a promoverem e desenvolverem de forma sustentável o turismo de surf na região;
- *Complementar o surf com atividades que já são uma aposta no arquipélago* – por exemplo, nas ilhas do triângulo (Faial, São Jorge e Pico) apostar no surf em complementaridade com a observação de cetáceos, *trekking* e mergulho, pois existem barcos durante o ano inteiro;

- *Eventos de surf* – continuar com a sua realização, pois contribuem para aumentarem a notoriedade da região como um destino de prática de surf, no entanto é necessário nos eventos dar a conhecer as restantes ilhas aos espectadores e surfistas, através de mapas e brochuras dos principais *spots* no território;
- *Criar estatísticas dos turistas de surf nos Açores* – de modo a delinear o perfil do surfista visitante e os seus comportamentos de consumo, de forma a traçar um correto desenvolvimento do surf na região;
- *Atrair praticantes a nível nacional, local, regional e internacional* – desenvolvendo um turismo de surf sustentável ao longo de todo o ano;
- *Envolver os surfistas locais* - de forma a não criar conflitos entre surfistas visitantes e locais, o que irá prejudicar o desenvolvimento do surf;
- *Criar uma associação de surf da RAA* – que vise a promoção e o desenvolvimento sustentável do surf e o turismo a ele associado em todas as ilhas;
- *Oferta para vários segmentos de surfistas* – nomeadamente para os surfistas de luxo, que não se importam com o preço a pagar, desde que o alojamento, gastronomia e segurança pessoal cumpram os seus requisitos; os aventureiros radicais, que dão grande importância à duração da temporada de surf, à existência de *secret spots* e à ausência de crowd; os aventureiros conscienciosos a nível monetário e a nível de segurança, onde as questões relacionadas com o surf, segurança pessoal, saúde, qualidade do alojamento, ausência de crowd, *secret spots* e serviços para familiares são importantes; e os ambivalentes, que não apresentam grande variação nas características definidas;
- *Preservar secret spots* – manter estes locais com as características atuais, evitando dotá-los de infraestruturas, equipamentos e de melhorar significativamente nos acessos. Desta forma estes locais poderão continuar a ser *spots*

distintivos, oferecendo lugares “idílicos” aos surfistas que procuram ondas sem *crowd* e com acessos difíceis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Principais resultados

Esta dissertação aborda a temática do surf e turismo a ele associado, especificamente nos Açores, sendo estudado o potencial desta prática como produto turístico nesta região e apresentadas propostas de ação com vista à valorização desta atividade como um produto turístico no arquipélago.

Atualmente, o turismo assume grande importância para o desenvolvimento socioeconómico das sociedades contemporâneas e, em particular, para Portugal, considerado um dos destinos turísticos de excelência. Por sua vez, a expansão da atividade turística e da procura de atividades na natureza torna cada vez mais imperiosa a adoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis. O modelo de turismo alternativo surge como meio eficaz de atenuar os impactos negativos do sector, estabelecendo uma valorização dos valores culturais e naturais do destino turístico, sem prejuízo para a vertente económica. A crescente procura de desportos na natureza e o maior interesse pelas questões ambientais e de saúde pessoal, concederam ao segmento de turismo na natureza um potencial de crescimento muito significativo, especialmente em territórios pouco humanizados, como é o caso do arquipélago dos Açores.

Relativamente ao surf, conclui-se que é uma atividade com um enorme potencial nos Açores, existindo inúmeros *spots* apropriados para a prática durante todo ano, o que tem contribuído para o crescimento dos praticantes e conseqüentemente da oferta de serviços associados. Por sua vez, o turismo de surf pode contribuir para a atenuação da sazonalidade gerando receitas que beneficiam as economias locais, pois as melhores ondulações não se verificam no verão. Além disso, pode fomentar um desenvolvimento turístico sustentável das zonas costeiras.

Neste sentido, o desenvolvimento do surf como um produto turístico nos Açores justifica-se pela importância em inovar e diversificar a atual oferta turística da região. O turismo de surf é um nicho pouco desenvolvido no território, com poucos praticantes locais e procura incipiente, no entanto surge como uma oportunidade a

explorar podendo vir a assumir-se como um produto turístico relevante para as ilhas, bem como agregá-lo a outras atividades que já são aposta na RAA.

Existem inúmeros *spots* com condições para a prática de surf em todas as ilhas do arquipélago, mas no entanto o desenvolvimento tem-se concentrado na ilha de São Miguel, sendo recomendável desenvolver o turismo de surf no restante território.

Neste sentido, apresentam-se propostas de ação com o intuito de valorizar o surf como um produto turístico, pretendendo desenvolver o surf de forma sustentável em todas as ilhas.

5.2. Análise crítica sobre os pressupostos formulados

Relativamente à problemática de investigação, considera-se que as três hipóteses formuladas foram validadas ao longo deste estudo.

No que se refere à primeira hipótese, de que *os Açores têm potencial para a prática de surf*, foi confirmada através do levantamento de campo e dos resultados do questionário aplicado aos praticantes de surf residentes e não residentes nos Açores. Segundo os inquiridos o potencial do arquipélago para a prática de surf é bom (4,12 numa escala de 1 a 5).

Relativamente às ilhas com melhor avaliação média, no que concerne às ondas foram São Jorge (4,58), São Miguel (4,28), Terceira (3,85) e Santa Maria (3,73). Estas ilhas também são as que os inquiridos melhor conhecem e já praticam mais vezes a atividade. Através do levantamento e caracterização dos principais *spots* do arquipélago, foi ainda possível constatar que não são apenas estas ilhas que apresentam condições para praticar surf, havendo inúmeros *spots* pouco explorados e conhecidos. Este facto é mesmo uma importante oportunidade diferenciadora positivamente deste destino, mas para isso é necessário que as ilhas menos conhecidas e surfadas sejam dadas a conhecer aos surfistas, de forma a fomentar um turismo de surf sustentável em todo o arquipélago e desenvolvê-lo à escala de cada ilha.

A segunda hipótese deste estudo passa por considerar que *os Açores têm potencial para atrair praticantes de surf a nível local, regional, nacional e internacional*. Esta hipótese foi igualmente validada através dos resultados obtidos no instrumento de medida. A média das respostas dos inquiridos foi sempre superior a 3,5 (escala de 1 a 5), tendo sido avaliado o território como bom, no que concerne ao potencial para atração de praticantes a nível local, regional, nacional e internacional.

No entanto, é de salientar que as organizações aqui assumem um papel fulcral na promoção do surf nos vários níveis e em todas as ilhas. Sendo de referir que o trabalho desenvolvido pelas organizações foi avaliado como suficiente pelos praticantes de surf, com uma média de 3,27 (escala de 1 a 5), mas é preciso ter em consideração que a maioria dos inquiridos, bem como todo o desenvolvimento do surf se verifica maioritariamente em São Miguel, o que poderá enviesar os resultados obtidos.

A terceira hipótese assume o interesse de *desenvolver e promover turisticamente esta região como destino de surf*. Os resultados obtidos por questionário também confirmam esta hipótese, com 84% dos inquiridos a concordar com o desenvolvimento e promoção turística dos açores como destino de surf. Esta atividade é ainda considerada como um excelente produto turístico por 11,2% dos praticantes de surf inquiridos. No entanto, os mesmos referem que é imperativo preservar as várias ondas do território, pois representam o atrativo principal do destino no que concerne ao surf, agregar o surf a outras atividades, divulgar o surf na região, desenvolver infraestruturas de apoio aos surfistas, bem como baixar o preço das viagens e do transporte de material, o que se afirma como uma entrave ao desenvolvimento do surf na região.

5.3. Limitações e propostas de desenvolvimento

Apesar de se considerar que os objetivos propostos no primeiro capítulo foram atingidos, naturalmente que, no âmbito de uma dissertação, existem algumas

limitações no desenvolvimento desta temática, pelo que se apontam de seguida algumas propostas de desenvolvimento.

Na sequência da presente dissertação perspetivam-se como trabalhos futuros de interesse estudos estatísticos com uma metodologia e amostragem representativas com o objetivo de conhecer melhor o perfil do turista de surf, incluindo praticantes não locais, e dos seus comportamentos de consumo. Interessa também estabelecer uma comparação entre a época alta e a época baixa, averiguando assim as questões relacionadas com a sazonalidade. Outro tipo de estudo igualmente pertinente seria a observação das tendências de evolução deste segmento. Estes estudos não são só aplicáveis aos Açores, mas igualmente a todo o território nacional, de forma a serem aplicadas políticas de turismo que contribuam para o desenvolvimento turístico do surf de forma sustentável.

Outra das propostas de trabalho é relacionada com o desenvolvimento do surf como um produto turístico na RAA, onde as propostas de ação apresentadas podem ser consideradas, de forma a inovar, diversificar e complementar a oferta do turismo regional e contribuir para a atenuação da sazonalidade turística no arquipélago. Finalmente, através do levantamento e caracterização dos *spots* efetuados no presente estudo, afigura-se ser de interesse publicar um guia de surf do arquipélago dos Açores em suporte papel ou eletrónico, bilingue e, posteriormente divulgá-lo entre os turistas e os surfistas interessados nas ondas açorianas.

6. REFERÊNCIAS

6.1. Referências bibliográficas

ADÃO E SILVA, P. (2009). *A economia do surf*. Económico. Acedido a 1 de setembro de 2012 em http://economico.sapo.pt/noticias/a-economia-do-surf_72359.html

ADÃO E SILVA, P. (2010). *Surfar pode ajudar a sair da crise*. Expresso. Acedido a 5 de setembro de 2012 em <http://expresso.sapo.pt/surfar-pode-ajudar-a-sair-da-crise=f608697>

AGUIAR, S. (2012). *Campeonato do mundo de surf de qualificação nos Açores em setembro*. Diário dos Açores. Acedido a 2 de novembro de 2012 em <http://www.diariodosacores.pt/n/index.php/sociedade/1490-campeonato-do-mundo-de-surf-de-qualificacao-nos-acores-em-setembro>

ALMEIDA, M e SILVA, F. (2009). Gestão do risco em animação turística. *Riscos industriais e emergentes*. 309-322. C. Guedes Soares, C. Jacinto, A.P. Teixeira, P. Antão (Eds). Edições Salamandra. Lisboa.

ARAÚJO, H. (2011). *Novos produtos turísticos em meio rural: O caso de Linhares da Beira*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em gestão e planeamento em turismo. Universidade de Aveiro. Aveiro.

ATA (2012). *As 9 ilhas*. Associação Turismo dos Açores. Acedido a 5 de outubro de 2012 em <http://www.visitazores.com/pt-pt/the-azores/the-9-islands>

BESSY, M. e MOUTON, M. (2004). Du plein air au sports de Nature: nouvelles pratiques nouveaux enjeux. *Revue Education Physique et Sport*. 309, 67-72.

BICUDO, P. e HORTA, A. (2009). Surf and the socio-economics factor of environmental assessment of costal projects: Portuguese case study. *The Reef Journal*. 1-8.

BOULLÓN, R. (1983). *Planificación del espacio turístico*. Editorial Trillas. México.

BURGUTE, A. (2012). *Ilha de São Miguel: Açores*. Wave Hunter. Acedido a 7 de outubro de 2012 em <http://aburguetesurf.blogspot.pt/2012/08/arquipelago-dos-aco-res-um-paraiso.html>

BUTLER, R. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. *Canadian Geographer*. Vol.24, 1, 5-12. Acedido a 5 de setembro de 2012 em <http://aaronluman.com/articles/CycleOfEvolution.pdf>

BUTTS, S. (2001). Good to the last drop: understanding surfers motivations. *Sociology of Sport Online*. Vol.4, 1, 1-9.

CABELEIRA, T. (2011). *Turismo de surf na capital da onda: Ensaio sobre a sustentabilidade de uma rota de surf em Peniche*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Turismo na especialidade em Planeamento e Gestão Estratégica de Destinos Turísticos. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

CAETANO, P. (2012). *Vasco cordeiro apresenta medidas para combater a sazonalidade do turismo*. Jornal Açores 9. Acedido a 30 de outubro de 2012 em <http://www.jornalaco-res9.net/regionais-2012/vasco-cordeiro-apresenta-medidas-para-combater-a-sazonalidade-do-turismo/>

CARREIRO, P. (2009). *Os Açores são o Havai da Europa para o surf*. Comunicare. Acedido a 3 de novembro de 2012 em <http://patriciacarreiro.blogspot.pt/2009/10/os-aco-res-sao-o-hawai-da-europa-para-o.html>

CARVALHO, P. (2009). *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais*. Trabalho apresentado no I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, II Congresso Lusófono de Ciência Regional, XV Congresso da APDR e III Congresso de Gestão e Conservação da Natureza. Cidade da Praia. Acedido a 23 de outubro de 2012 em www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf

CARVALHO, P., e LOURENÇO, R. (2009). Turismo de prática desportiva: Um segmento do mercado do turismo desportivo. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Vol.9, 2, 122-132.

CARVÃO, S. (2009). Tendências do turismo internacional. *Exedra Journal*, N.º temático – *Turismo e Património*. 17-32. Acedido a 21 de junho de 2012 em <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/02-Sandra-Carvao-32.pdf>

CAVACO, C. e SIMÕES, J. (2009). Turismo de nicho: Uma introdução. *Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios*. 15-39. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Lisboa.

CHOY, D. (1992). Life cycle models for Pacific island destinations. *Journal of Travel Research*. Vol.30, 3, 26-31.

COELHO, A. (2011). Surfar para sair da crise. *Pública*. 20-31. Acedido a 12 de setembro de 2012 em http://www.cm-peniche.pt/uploads/PDF_Noticias/SurfarParaSairCrise_Julho2011.pdf

COOPER, C. e HALL, C. (2008). *Contemporary tourism: An international approach*. 1ª edição. Butterworth-Heinemann. Oxford.

CRALLE, T. (2001). *Surfín'ary: A dictionary of surf terms and surfspeak*. Ten Speed Press. Toronto.

CUNHA, L. (2003). *Perspetivas e tendências do turismo*. Edições Universitárias Lusófonas. Lisboa.

CUNHA, L. (2007). *Introdução ao turismo*. 3ª edição. Editorial Verbo. Lisboa.

DANIEL, A. (2010). A caracterização do sector turístico em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*. Vol.8, 14, 255-276. Acedido a 21 de junho de 2012 em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n14/n14a16.pdf>

DIAS, R. (2003). *Turismo sustentável e meio ambiente*. Atlas. São Paulo.

DOLNICAR, S. e FLUKER, M. (2003a). Behavioural market segments among surf tourists: Investigating past destination choice. *Journal of Sport Tourism*. Vol.8, 3, 186-196.

DOLNICAR, S. e FLUKER, M. (2003b). *Who's riding the wave? An investigation into demographic and psychographic characteristics of surf tourists*. Acedido a 2 de outubro de 2012 em <http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1258&context=commpapers>

DOLNICAR, S. e FLUKER, M. (2004). *The symptomatic nature of past destination choice among surf tourists*. Acedido a 3 de outubro de 2012 em <http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1257&context=commpapers>

EJARQUE, J. (2005). *Destinos turísticos de éxito. Diseño, creación, gestión y marketing*. Edições Pirámide. Madrid.

ESTEVEVES, T. (2011). Especial Açores. *Publituris*. 6, 15-23.

FPS (2012a). *Regulamento de funcionamento das escolas e centros de treino de surf*. Federação Portuguesa de Surf. Acedido a 5 de outubro de 2012 em <https://www.surfingportugal.com/cms/index/view/id/6>

FPS (2012b). *Clubes reconhecidos pela FPS em 2012*. Federação Portuguesa de Surf. Acedido a 7 de outubro de 2012 em <https://www.surfingportugal.com/legacy/index/index/o/clubes>

FPS (2012c). *Escolas reconhecidas pela FPS em 2012*. Federação Portuguesa de Surf. Acedido a 7 de outubro de 2012 em <https://www.surfingportugal.com/legacy/index/index/o/escolas>

GACS (2012a). *Intervenção do Secretário Regional do Turismo e Transportes na abertura das IV jornadas de reflexão de animação turística*. Governo Regional dos Açores. Acedido a 16 de novembro de 2012 em <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtt/noticias/Interven%C3%A7%C3%A3o+do+Secret%C3%A1rio+Regional+do+Turismo+e+Transportes+na+abertura+das+IV+Jornadas+de+Reflex%C3%A3o.htm>

GACS (2012b). *Empresários açorianos continuam a apostar no futuro*. Governo Regional dos Açores. Acedido a 18 de novembro de 2012 em <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srtt/noticias/Empres%C3%A1rios+a%C3%A7orianos+continuam+a+apostar+no+turismo.htm>

GACS (2012c). *Governo dos Açores está “fortemente empenhado” na recuperação e incremento dos fluxos turísticos*. Governo Regional dos Açores. Acedido a 15 de novembro de 2012 em <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/novidades/Governo+dos+A%C3%A7ores+est%C3%A1+fortemente+empenhado+na+recupera%C3%A7%C3%A3o+e+incremento+dos+fluxos+tur%C3%ADsticos.htm?lang=pt&area=ct>

GACS (2012d). *Açores acolhem world surfing games em 2013*. Governo Regional dos Açores. Acedido a 8 de setembro de 2012 em <http://www.azores.gov.pt/Gra/sram-mar/conteudos/noticias/2012/Junho/Acores+acolhem+World+Surfing+Games+em+2013.htm>

GAVINHO, E. (2010). *Projeto ecobike trail na Serra da Estrela: O turismo alternativo na redução da sazonalidade*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Turismo na especialidade em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

GRANERO, A. (2007). Las actividades físico-deportivas en la naturaleza y la industria turística. *Revista Internacional de Medicina y Ciencias de la Actividad Física y del Deporte*. 2, 111-127.

HENRIQUES, E. (2009). *Distância e conexão: Insularidade, relações culturais e sentido de lugar no espaço da Macaronésia*. Instituto Açoriano de Cultura e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

HENRIQUES, E. (2012a). *Escolas de surf... agregadas a clubes vs. privadas*. Peniche Surf News. Acedido a 28 de agosto de 2012 em <http://penichesurfnews.weebly.com/2/post/2012/03/escolas-de-surf-agregadas-a-clubes-vs-privadas.html>

HENRIQUES, E. (2012b). *Surf... desporto ou turismo ativo?* Peniche Surf News. Acedido a 12 de agosto de 2012 em <http://penichesurfnews.weebly.com/2/post/2012/02/surf-desporto-ou-turismo-activo.html>

ICNF (2012a). *Ordenamento e Gestão*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. Acedido a 21 de outubro de 2012 em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest>

ICNF (2012b). *Enquadramento Legal*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. Acedido a 21 de outubro de 2012 em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/enquadramento-legal-1>

ICNF (2012c). *Turismo de Natureza*. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. Acedido a 21 de outubro de 2012 em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur>

INE (2011). *Anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores: 2010*. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Lisboa.

IQF (2005). *O turismo em Portugal: Evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação*. Instituto para a Qualidade na Formação. Lisboa.

KAMPION, D. e BROWN, B. (2003). *Uma história da cultura do surf*. 1ª edição. Taschen. Köln.

LEAL, C. (2011). *Santa Catarina, uma abordagem histórica*. Associação de Surf da Ilha Terceira. Acedido a 1 de novembro de 2012 em http://associacaodesurfdailhaterceira.blogspot.pt/2011_11_01_archive.html

LIMA, S. e PARTIDÁRIO, M. (2002). *Novos turistas e procura da sustentabilidade: Um novo segmento de mercado turístico*. GEPE – Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica do Ministério da Economia. Lisboa.

LOPES, J. (2008). *Surf e bodyboard como produtos turísticos na região autónoma da Madeira*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Educação Física e Desporto. Universidade da Madeira. Funchal.

LUSA (2009). *Açores: Paraíso escondido cativa surfistas*. Associação Regional do Turismo dos Açores. Acedido a 10 de novembro de 2012 em <http://www.artazores.com/fotos/1315403427.pdf>

LUSA (2012a). *Sector do turismo representou 42,5% das exportações de serviços em 2011*. Público. Acedido a 27 de setembro de 2012 em http://economia.publico.pt/Noticia/sector-do-turismo-representou-425-das-exportacoes-de-servicos-em-2011-1564754?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+PublicoRSS+%28Publico.pt%29

LUSA (2012b). *Surf “devia ser o desporto nacional”*. Público. Acedido a 10 de outubro de 2012 em <http://p3.publico.pt/node/4878>

LUSA (2012c). *Mundial de surf em Peniche contribui com mais de 7 milhões de euros para a economia nacional*. Sic Notícias. Acedido a 9 de outubro de 2012 em <http://sicnoticias.sapo.pt/desporto/2012/10/08/mundial-de-surf-em-peniche-contribui-com-mais-de-7-milhoes-de-euros-para-a-economia-nacional>

MAGNON, JEAN-LOUIS (2003). Os nichos de mercado do turismo temático. *Novos consumos, novos produtos turísticos: encontro técnico 2003 – livro de atas*. 57-98. Instituto de Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

MARCIAL, R. (2003). Turismo, desporto e aventura. *Novos consumos, novos produtos turísticos: encontro técnico 2003 – livro de atas*. 165-170. Instituto de Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

MARUJO, M. e CARVALHO, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo e Sociedade*. Vol.3, 2, 147-161. Acedido a 12 de setembro de 2012 em

<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/14392/1/Turismo%2c%20planeamento%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>

MATIAS, Á. (2007). *Economia do turismo*. Instituto Piaget. Lisboa.

MEI (2007). *Plano estratégico nacional do turismo: Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Turismo de Portugal, I.P. - Ministério da Economia e Inovação. Lisboa.

MEID (2011). *Plano estratégico nacional do turismo: Propostas para revisão no horizonte 2015*. Turismo de Portugal, I.P. - Ministério da Economia da Inovação e do Desenvolvimento. Lisboa.

MELO, R. (2009). Desportos de Natureza: Reflexões sobre a sua definição conceptual. *Exedra Journal*. 2, 93-104. Acedido a 12 de setembro de 2012 em http://www.exedrajournal.com/docs/N2/07A-ricardo-melo_pp_93-104.pdf

MIDDLETON, Victor, T. C. (2001). *Marketing de turismo: Teoria e prática*. 3ª edição. Campus. Rio de Janeiro.

MONIZ, A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*. Tese para a obtenção do grau de doutor em Ciências Económicas e Empresariais na especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública. Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

MOREIRA, M. (2007). *Matriz de análise das tarefas desportivas. Sistema de classificação estrutural: Modelo taxinómico do surf*. Tese para a obtenção do grau de doutor em Motricidade Humana na especialidade de Ciências do Desporto. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

MOURA, H. (2009). *Viagem: Açores. Natureza e surfe*. Carlos Burle. Acedido a 6 de setembro de 2012 em <http://carlosburle.com/2009/12/viagem-aco-res-natureza-e-surfe/>

MUSSI, S. e MOTTA, P. (2006). *Unidades de conservação: As áreas protegidas mais importantes para a conservação da biodiversidade*. Acedido a 29 de outubro de 2012 em www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/SultaneMussi.pdf

NOVACK, L (s.d.). *Surf, turismo e meio ambiente*. Surf e Ciência. Acedido a 3 de novembro de 2012 em <http://surf-ciencia.blogspot.pt/p/surf-turismo-e-meio-ambiente.html>

NOVELLI, M. (2005). *Niche tourism: contemporary issues, trends and cases*. Elsevier Butterworth-Heinemann. Oxford.

NUNES, S. (2011). O surf na economia do mar: Propostas de reconhecimento e institucionalização. *Janus 2011-2012*. 126-127. Acedido a 2 de outubro de 2012 em http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_3_2_9.pdf

OBADIA (2011). Dia mundial... e o turismo, pá? *Publituris*. 23, 22-23.

OMT (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Organização Mundial do Turismo. Bookman. Porto Alegre.

OMT (2004)*. *Indicators of sustainable development for tourism destinations: a guidebook*. Organização Mundial do Turismo. United Nations Publication. Madrid.

PEDREIRA, M. (2009). *União de Surfistas e Bodyboarders dos Açores é uma...* Surfers Village. Acedido a 2 de novembro de 2012 em http://www.surfersvillage.com/surfing-news/38758#.UK0d_OQj418

PNF (2010). *Parque natural do Faial: Guia*. Governo Regional dos Açores. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Parque Natural do Faial. Açores.

* Referência não consultada diretamente

POINTING, J. (2009). Projecting paradise: The surf media and the hermeneutic circle in surfing tourism. *Tourism Analysis*. Vol.14, 2, 175-185.

REIS, P. (2012). *Turismo de surf: segmentação pela motivação e escolha de um destino (Parte I)*. Peniche Surf News. Acedido a 2 de novembro de 2012 em <http://penichesurfnews.weebly.com/2/archives/06-2012/1.html>

RODRIGUES, C. (s.d.). *Turismo de natureza: O desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. Acedido a 2 de agosto de 2012 em www.geografia.uminho.pt/uploads/carla.doc

ROSE, A. (2002). *Turismo: planeamento e marketing*. Editora Manole. São Paulo.

RTP (2012). *O surf é um negócio em expansão nos Açores*. RTP Açores. Acedido a 24 de outubro de 2012 em <http://www.rtp.pt/acoresh/index.php?article=28570&visual=3&layout=10&tm=5>

SAER (2009). *O hypercluster da economia do mar: Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*. SaeR/ACL. Lisboa.

SANCHO, A., et. al. (1998). *Introducción al turismo*. Organización Mundial do Turismo. Madrid. Espanha.

SATA (2012). *Equipa de surf da Roxy Portugal visita os Açores com o apoio da SATA*. SATA Air Açores. Acedido a 3 de novembro de 2012 em <http://www.sata.pt/de/node/37712>

SERRA, P. (2009). *Turismo ativo no concelho de Torres Vedras: Contributo para o plano estratégico*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Turismo na especialidade em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

SGT (2004). *El turismo de naturaleza en España y su plan de impulso*. Subdirección General de Política e Innovación Turística. Secretaria General de Turismo. MYCYT. Madrid.

SILVA, A. (2010a). *Além de sol e mar, o país quer ecoturismo*. Público. Acedido a 17 de julho de 2012 em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Clipping/Documents/Abril%202010/A1%C3%A9m%20de%20sol%20e%20mar,%20o%20pa%C3%ADs%20quer%20ecoturismo.pdf>

SILVA, F. (2008b). *Sistemas de informação geográfica na internet aplicados ao turismo na natureza nos Açores*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

SILVA, F., ALMEIDA, M., TOSTE, J., e LOPES, T. (2011c). *Açores: Guia dos agentes de animação turística e operadores marítimo-turísticos*. ART – Associação Regional do Turismo. Açores.

SILVA, F. e ALMEIDA, M. (2011d). *Açores: Guia de turismo na natureza e de aventura*. 3ª edição alargada. ART – Associação Regional do Turismo. Açores.

SILVA, M. (2010e). *Modelos de formação em turismo e desporto de natureza: Estudo de caso do canyoning*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Turismo na especialidade em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Estoril.

SIMÕES, J. e FERREIRA, C. (2009). *Turismo de nicho: Motivações, produtos, territórios*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Lisboa

SOIFER, J. (2008). *Empreender turismo de natureza*. Offset Mais, S.A.

SRAM (2011). *Parques naturais dos Açores*. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Acedido a 10 de outubro de 2012 em <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/>

SREA (2001). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2000*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2002). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2001*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2003). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2002*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2004). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2003*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2005). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2004*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2006). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2005*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2007a). *Estudo sobre os turistas que visitam os Açores 2005-2006*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2007b). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2006*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2008). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2007*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2009). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2008*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2010). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2009*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2011). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2010*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2012a). *Estatísticas do turismo: Janeiro a dezembro de 2011*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Angra do Heroísmo.

SREA (2012b). Atividade turística: Janeiro a setembro de 2012. *Destaque*. Acedido a 15 de novembro de 2012 em <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B596752fd-c326-4e8c-8a05-c7ba2a0a64ea%7D.pdf>

SREA (2012c). *Dormidas por ilha, na hotelaria tradicional*. Serviço Regional de Estatística dos Açores. Acedido a 15 de novembro de 2012 em <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B9dbbd32d-7d87-4824-90ad-2bb5fb358ffe%7D.htm>

SURFERTODAY (2011). *Surf tourism gets MSc in marketing tesis*. Surfer Today. Acedido a 23 de outubro de 2012 em <http://www.surfertoday.com/surfing/4988-surf-tourism-gets-msc-in-marketing-thesis>

SURF PORTUGAL (2012). *Sata Airlines Açores Pro começa amanhã*. Surf Portugal. Acedido a 3 de novembro de 2012 em <http://surfportugal.sapo.pt/competicao/1520>

SUTHERLAND, B. (2011). *The stormrider surf guide Açores*. Low Pressure Ltd. Cornwall.

SWARBROOKE, J., BEARD, C., LECKIE, S. e POMFRET, G. (2003). *Turismo de aventura: Conceitos e estudos de casos*. Campus. Rio de Janeiro.

TANTAMJARIK, P. (2004). *Sustainability issues facing the Costa Rica surf tourism industry*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Ciências na especialidade em Gestão de Indústria de Viagens. Universidade do Havai. Havai. Acedido a 28 de outubro de 2012 em http://scholarspace.manoa.hawaii.edu/bitstream/handle/10125/10548/uhm_ms_3870_r.pdf?sequence=1

THR (2006a). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo de Natureza*. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

THR (2006b). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo Náutico*. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

THR (2006c). *10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo Sol e Mar*. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa.

TOCQUER, G. e ZINS, M. (2004). *Marketing do turismo*. 2ª edição. Instituto Piaget. Lisboa.

TP (s.d.). *Agentes de animação turística: O que é o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT)?* Turismo de Portugal, I.P. Lisboa. Acedido a 8 de novembro de 2012 em <http://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/PerguntasFrequentes.aspx?TemaId=2>

TP (2011). *Turismo na economia: Evolução do contributo do Turismo para a economia portuguesa 2000-2010*. Turismo de Portugal, I.P. Lisboa. Acedido a 29 de outubro de 2012 em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%AAdsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/contasat%C3%A9litedoturismo/Ancxos/Relat%C3%B3rio%20Conta%20Satelite%20Turismo%202000-2010%20base2006.pdf>

TOURISM NEW SOUTH WALES (s.d.). *Tourism NSW action plan: Catching the wave*. Acedido a 13 de setembro de 2012 em <http://archive.tourism.nsw.gov.au/Sites/SiteID6/objLib27/SurfTourismActionPlan.pdf>

VALLS, Josep-Francesc (2006). *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Editora FGV. Rio de Janeiro

VIEIRA, J. (2007). *Planeamento e ordenamento territorial do turismo: Uma perspetiva estratégica*. Editorial Verbo. Lisboa.

WARSHAW, M. (2003). *The encyclopedia of surfing*. Harcourt, Inc. Orlando.

ZOOMAZORES (2012a). *O arquipélago dos Açores: Geografia*. ZoomAzores: Turismo na natureza. Acedido a 10 de novembro de 2012 em <http://www.zoomazores.com/pt/informacao-geral/Geografia.php>

ZOOMAZORES (2012b). *O arquipélago dos Açores: Clima*. ZoomAzores: Turismo na natureza. Acedido a 10 de novembro de 2012 em <http://www.zoomazores.com/pt/informacao-geral/Clima.php>

6.2. Legislação consultada

Decreto Legislativo Regional 38/2008/A de 11 de agosto. *Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores*. Diário da República. 1ª Série. N° 154: 5414-5451. Região Autónoma dos Açores.

Decreto-Lei 309/1993 de 2 de setembro. *Plano de Ordenamento da Orla Costeira*. Diário da República. Série I-A. N°206: 4626-4631. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Decreto-Lei 380/1999 de 22 de setembro. *Planos Especiais de Ordenamento do Território*. Diário da República. Série I-A. N°222: 6590-6622. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Decreto-Lei 56/2002 de 11 de março. *Regime jurídico do turismo de natureza*. Diário da República. Série I-A. N°59: 2112-2129. Ministério da Economia e da Inovação.

Decreto-Lei 108/2009 de 15 de maio. *Condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos*. Diário da República. 1ª Série. N°94: 3035-3045. Ministério da Economia e da Inovação.

Lei 5/2007 de 16 de janeiro. *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*. Assembleia da República.

Resolução do Conselho de Ministros 112/1998 de 25 de agosto. *Programa Nacional de Turismo de Natureza*. Diário da República. Série I-B. N°195: 4348-4350. Presidência do Conselho de Ministros.

ANEXOS

ANEXO I – Glossário de Surf

Beach break – Ondas que rebentam sobre fundos de areia.

Boat charter de turismo de surf – Tipo de viagem de surf em que os surfistas permanecem hospedados a bordo da embarcação que os transporta para ondas de eleição.

Bodyboard – Prancha para deslizar nas ondas na maior parte das vezes deitado e com o auxílio de barbatanas, normalmente são de espuma, com aproximadamente um metro de comprimento; termo que designa a disciplina desportiva onde são utilizadas estas pranchas.

Bodysurf – Disciplina desportiva onde se desliza deitado nas ondas com o auxílio de barbatanas e sem prancha.

Crowd – Excesso de lotação de surfistas no mar.

Direita – Sentido da rebentação, quando esta rebenta para o lado direito do surfista.

Drop – Movimento de descer a onda da crista até à base.

Esquerda – Sentido da rebentação, quando esta rebenta para o lado esquerdo do surfista.

Fin – Quilha.

Kneeboard – Prancha para deslizar de joelhos, mais larga do que as pranchas de surf pequenas.

Leash – Corda de segurança que liga o surfista à prancha.

Line up – Linha antes da rebentação.

Localismo – Prática territorial exercida pelos surfistas locais de determinada praia, que visa excluir surfistas visitantes através de ameaças, intimidações e, ocasionalmente, violência.

Longboard – Prancha de nariz redondo e dimensões geralmente superiores a nove pés (três metros) de comprimento, que proporciona um surf de linhas mais suaves e lentas que as pranchas mais pequenas.

Point Break – Rebentação no promontório.

Reef break – Rebentação em fundo de rocha ou coral.

Secret spots – Lugares ainda não descobertos ou explorados com qualidades para o surf.

Shaper – Indivíduo que dá o formato à prancha de surf.

Skimboard – Disciplina desportiva que consiste em deslizar sobre uma fina camada de água á beira-mar, com o auxílio de uma prancha leve que tanto pode ser feita de madeira como de espuma e fibra de vidro.

Soft adventure – Tipo de turismo composto por atividades ao ar livre de baixa intensidade como observação de fauna, campismo, percursos pedestres, entre outras. Em oposição a *hard adventure*.

Spots – Ondas ou praias específicas.

Surfaris – Viagens de surf exploratória e de aventura.

Surf camps – Tipo de alojamento temático de surf.

Surf travel companies – Agências de viagens especializadas no nicho de mercado do surf.

Swell – Ondulação.

Take off – Movimento que permite ao surfista colocar-se de pé em cima da prancha, entrando na onda iniciando o *drop*.

Tow-in/out – Disciplina onde o arranque na onda é feito com o auxílio do reboque de uma mota de água.

Uncrowded - Ausência de lotação de surfistas no mar.

Windsurf – Desporto olímpico praticado sobre a superfície da água com recurso a uma prancha e vela que necessitam da propensão do vento para se mover.

ANEXO II - Questionário

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

O SURF COMO POTENCIAL PRODUTO TURÍSTICO NOS AÇORES

Este questionário pretende conhecer a opinião dos praticantes de surf acerca do potencial do Surf no Arquipélago dos Açores, no âmbito turístico ou desportivo, estando integrado na elaboração de uma dissertação de Mestrado em Turismo, Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

O presente questionário não é um teste, como tal não existem respostas certas ou erradas, pois apenas pretendemos saber a sua opinião.

O anonimato e a confidencialidade serão rigorosamente respeitados, razão pela qual, agradecemos que responda com sinceridade a todas as questões. Desta forma, julgamos contribuir para o desenvolvimento da investigação nesta área.

Uma vez que a sua opinião é de extrema importância, agradecemos desde já a sua colaboração.

Assinale a sua opinião com uma cruz (X) ou circunferência (O) e preencha os espaços de resposta

I. Caracterização pessoal

1. Género: 1.1 Feminino 1.2 Masculino 2. Idade: _____
3. Habilitações académicas: _____ 4. Profissão: _____
5. Residência no Arquipélago dos Açores: 5.1 Sim 5.2 Não a) Se respondeu sim, qual ilha? _____

II. Caracterização da relação com o surf

6. Pratica frequentemente: 6.1 Surf 6.2 Bodyboard 7. Nº de anos de experiência na atividade: _____
8. Atleta Federado: 8.1 Sim 8.2 Não
9. Aprendeu: 9.1 Sozinho 9.2 Com amigos 9.3 Com familiares 9.4 Com um curso/ aulas
10. Em que épocas do ano pratica surf: 10.1 Todo o ano 10.2 Parte do ano a) Primavera b) Verão
c) Outono d) Inverno
11. Em média qual a frequência que pratica surf: 11.1 Várias vezes por semana desde que o mar permita
11.2 Várias vezes por semana mas só em alguns meses 11.3 Poucos dias por mês 11.4 Esporadicamente
12. Onde pratica com maior regularidade surf: 12.1 Açores a) Qual/is ilha/s? _____
12.2 Outro/s a) Qual/is? _____
13. Com que regularidade se desloca para outra ilha ou região fora do seu local de residência para praticar surf:
13.1 Nunca 13.2 Raramente 13.3 1 a 2 vezes por ano 13.4 Várias vezes por ano (3 a 6)
13.5 Muitas vezes por ano (mais de 6 vezes por ano)
14. Já realizou viagens cuja a principal motivação é a prática de surf: a) Sim b) Não Se respondeu sim, indique quais:
14.1 Ilhas dos Açores 14.2 Regiões do Continente 14.3 Outra/s Qual/is? _____
15. Competências técnicas de surf: 15.1 Praticante nível de iniciado ou básico 15.2 Praticante intermédio
15.3 Praticante experiente 15.4 Treinador adjunto 15.5 Treinador 15.6 Formador/Especialista
16. Desenvolve a atividade de surf ou colabora com uma organização associada ao Surf: a) Sim b) Não
Se respondeu sim, indique qual o tipo de organização onde desempenha a atividade de surf:
16.1 Clube/ Associação 16.2 Escola/Universidade 16.3 Escola/ Centro de Surf 16.4 Outras Empresas
16.5 Outras
17. Forma como desempenha a atividade: 17.1 Free Surf 17.2 Competição
18. Caso desempenhe atividade profissional ou amadora relacionada com Surf indique:
18.1 Presidente/ Gestor/ Coordenador 18.2 Formador/ Especialista 18.3 Treinador
18.4 Treinador adjunto 18.5 Shaper 18.6 Outra. Qual? _____

III. Caracterização do Surf no Arquipélago dos Açores

19. Ilhas do Arquipélago dos Açores que já surfou: **19.1** São Miguel **19.2** Santa Maria **19.3** Terceira
19.4 São Jorge **19.5** Graciosa **19.6** Pico **19.7** Faial **19.8** Flores **19.9** Corvo

20. Ilhas do Arquipélago dos Açores que conhece relativamente bem no que se refere às condições para a prática de surf:

- 20.1** São Miguel **20.2** Santa Maria **20.3** Terceira **20.4** São Jorge **20.5** Graciosa
20.6 Pico **20.7** Faial **20.8** Flores **20.9** Corvo

21. Avalie as ondas para a prática do Surf nas diferentes ilhas (responda apenas para as ilhas que conhece relativamente bem), utilizando a seguinte escala:

1 - Muito Insuficientes	2 - Insuficientes	3 - Suficientes	4 - Boas	5 - Muito Boas	s/ o – Sem opinião												
21.1 São Miguel	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	21.2 Santa Maria	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	
21.3 Terceira	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	21.4 São Jorge	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	
21.5 Graciosa	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	21.6 Pico	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	
21.7 Faial	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	21.8 Flores	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	
21.9 Corvo	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	21.10 Açores no geral	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	

IV. Análise do potencial do Surf nos Açores

22. Avalie o potencial do Arquipélago dos Açores para a prática de Surf, utilizando a seguinte escala:

1 - Muito Insuficiente	2 - Insuficiente	3 - Suficiente	4 - Bom	5 - Muito Bom	s/ o – Sem opinião
------------------------	------------------	----------------	---------	---------------	--------------------

1	2	3	4	5	s/ o
---	---	---	---	---	------

22.1 Indique os três principais pontos fortes do território para a prática do Surf:

- 1º _____
 2º _____
 3º _____

22.2 Indique os três principais pontos fracos do território para a prática do Surf:

- 1º _____
 2º _____
 3º _____

22.3 Avalie o trabalho que as organizações (Clube/ Associação, Escolas/ Universidade, Escola/ Centro de Surf, Outras Empresas, Outras) têm desenvolvido para a promoção do Surf nos Açores, utilizando a seguinte escala:

1 - Muito Insuficiente	2 - Insuficiente	3 - Suficiente	4 - Bom	5 - Muito Bom	s/ o – Sem opinião
------------------------	------------------	----------------	---------	---------------	--------------------

1	2	3	4	5	s/ o
---	---	---	---	---	------

23. Considera os Açores um destino com boas condições para que nível ou níveis de Surf:

- 23.1** Iniciado **23.2** Intermédio **23.3** Avançado **23.4** Profissional

24. Indique qual o potencial dos Açores para a atração de praticantes de surf, utilizando a seguinte escala:

1 - Muito Insuficiente	2 - Insuficiente	3 - Suficiente	4 - Bom	5 - Muito Bom	s/ o – Sem opinião												
24.1 Local	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	24.2 Regional	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	
24.3 Nacional	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o	24.4 Internacional	<table border="1"><tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr></table>	1	2	3	4	5	<table border="1"><tr><td>s/ o</td></tr></table>	s/ o
1	2	3	4	5													
s/ o																	
1	2	3	4	5													
s/ o																	

25. Concorda com o desenvolvimento e promoção turística dos Açores como destino de surf? **25.1** Sim **25.2** Não

26. Quer referir algo sobre o surf dos Açores que considera importante e não tenha sido indicado neste inquérito?

Muito obrigado pela sua colaboração!

ANEXO III – Profissões

Quadro 38 - Profissões

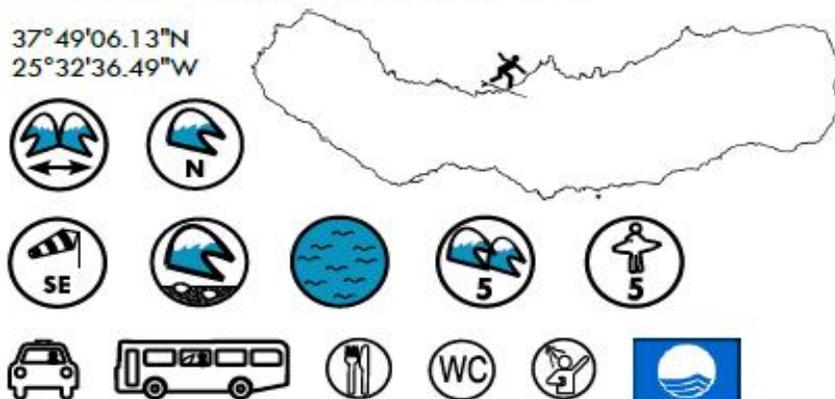
Variáveis	N	%
Advogada	1	1,0
Arquiteto	3	3,0
Assistente técnico	1	1,0
Bancário	1	1,0
Biólogo	2	2,0
Delegado de informação técnica	1	1,0
Designer	1	1,0
Empresário	7	7,0
Enfermeiro	1	1,0
Engenheiro	7	7,0
Estocador	1	1,0
Estudante	23	23,0
Fotógrafo	2	2,0
Funcionário público	1	1,0
Gestor	2	2,0
Hotelaria e turismo	9	9,0
Inspetor automóvel	1	1,0
Jardineiro	1	1,0
Médico	3	3,0
Monitor de equitação	1	1,0
Oficial de tráfego	1	1,0
Operador de câmara	1	1,0
Pescador	2	2,0
Polícia marítima	3	3,0
Prestador de serviços	1	1,0
Professor	12	12,0
Publicitário	1	1,0
<i>Shaper</i>	1	1,0
Skipper	2	2,0
Técnico financeiro	1	1,0
Terapeuta da fala	1	1,0
Treinador de surf	1	1,0
Velejador	1	1,0
Vigilante da natureza	3	3,0
Total	100	100,0

ANEXO IV – Exemplos de fichas dos *spots* de surf

Santa Bárbara

São Miguel – Açores ★★★★★

37°49'06.13"N
25°32'36.49"W



A ilha de São Miguel é a maior e mais populosa dos Açores. Conhecida pela sua diversidade paisagística, a ilha verde contém bons spots para a prática do surf.

O spot localiza-se na costa Norte, próximo da cidade da Ribeira Grande.

Separada do Monte Verde por uma pequena península rochosa, Santa Bárbara, também conhecida por Areais, é um excelente beachbreak com ondas rápidas, cavadas e tubulares.

Este é o spot mais consistente para a prática de surf em São Miguel, funcionando praticamente durante todo o ano. É acessível a todos os níveis de surf.

Uma etapa do WQS 6 estrelas, o Azores Island Pro, é realizada neste local.

Esta praia é vigiada durante o verão e tem parque de estacionamento.

Em caso de emergência existe um Hospital a cerca de 20 km, em Ponta Delgada.



Esquerda tubular dos Areais | Tubular left of Areais

São Miguel Island is the largest and the most populated of the Azores. Known for its landscape diversity, the green island contains good spots for surfing.

The spot is located on the North coast, near the city of Ribeira Grande.

Separated from Monte Verde by a small rocky headland, Santa Bárbara, also known as Areais, is an excellent beachbreak with fast, hollow and tubular waves.

This is the most consistent spot for surfing in São Miguel, breaking throughout the whole year.

One of the stages of the WQS 6 star, the Azores Island Pro, is done on this local.

This beach has a lifeguard during the summer and a parking area.

In an emergency there is a Hospital at about 20 km, in Ponta Delgada.

Calhau Miúdo

Graciosa – Açores

39°05'03.44"N
28°03'11.84"W



Esquerda e direita do Calhau Miúdo | Left and right of Calhau Miúdo

© Jacome Peixoto

A ilha da Graciosa é uma das três Reservas da Biosfera da UNESCO existentes nos Açores.

Este spot localiza-se numa pequena baía, a cerca de 1 km do Farol da Ponta Barca.

É o spot mais consistente para a prática do surf na Graciosa, funcionando praticamente durante todo o ano.

É aconselhado a surfistas a partir do nível intermédio, à vontade em fundo de pedra. As entradas e saídas são difíceis.

Não tem parque de estacionamento. O estacionamento é feito na bermada da estrada.

Em caso de emergência existe um Centro de Saúde a cerca de 5 km, em Santa Cruz da Graciosa.

Graciosa Island is one of the three UNESCO Biosphere Reserves existing in the Azores.

The spot is located in a small bay, about 1 km from Ponta Barca Lighthouse.

It's the most consistent spot for surfing in Graciosa, breaking throughout the whole year.

It's recommended for intermediate surfers, comfortable in pointbreaks. The entries and exits are difficult.

No parking area. Roadside parking.

In an emergency there is a Health Centre at about 5 km, in Santa Cruz da Graciosa.

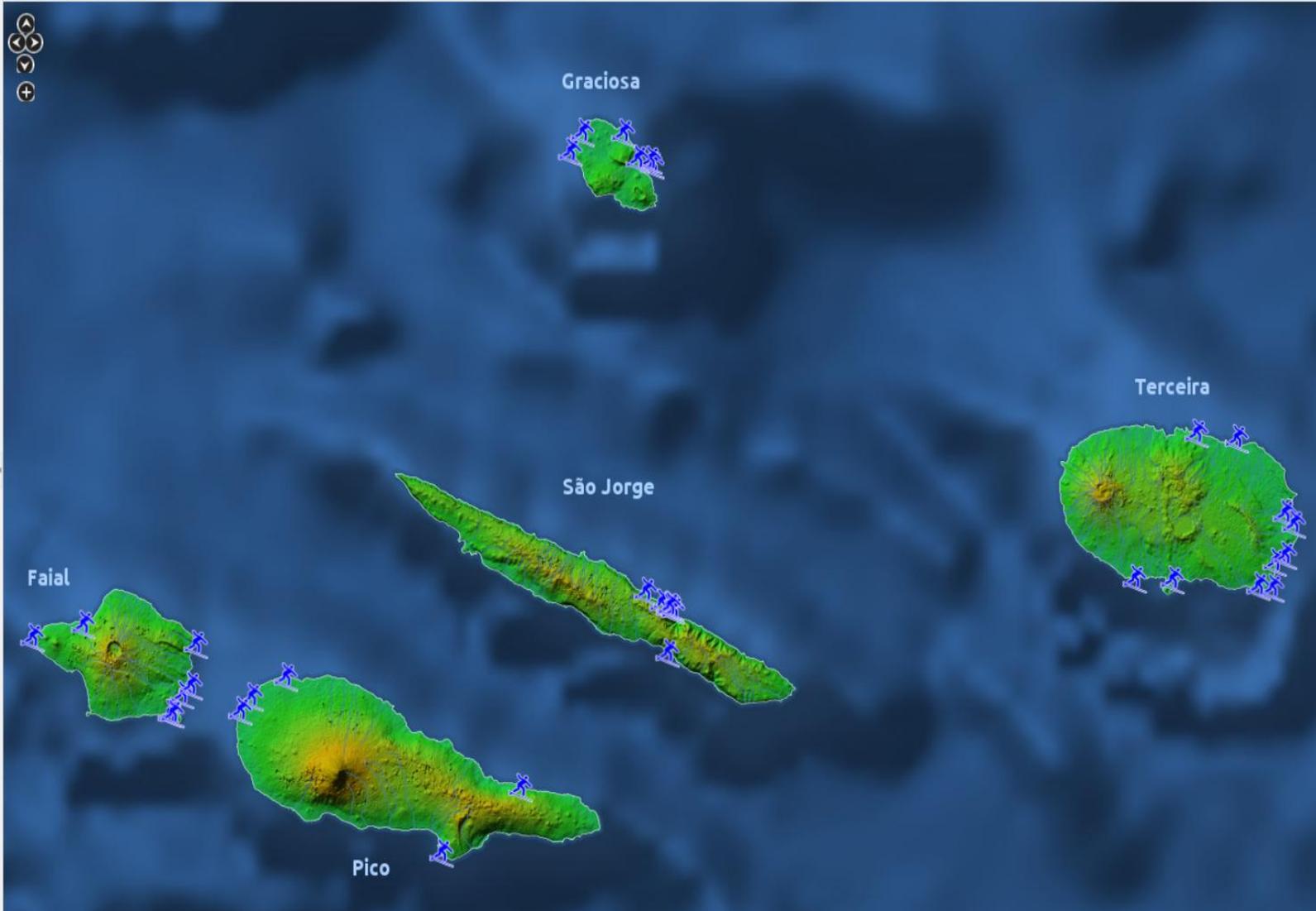
ANEXO V – Spots de surf no ZoomAzores

Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

ZoomAzores
Turismo na Natureza

Zoom ilha | Mapa | Flickr | 1: 433344 | WGS coordinates

- ▶ **Destaques**
- ▼ **Actividades Terrestres**
 - Percursos Pedestres Avent
 - Percursos Pedestres Sinaliz
 - Canyoning
 - Serviços Equestres
 - Observação de Aves
 - Golf
 - Escalada
 - Parque de Aventura
- ▼ **Actividades Aquáticas**
 - Local de Surf
 - Observação de Cetáceos
 - Passeio De Barco
 - Caiaque de Mar
 - Vela Cruzeiro
 - Pesca Lúdica
 - Coasteering
 - Serviços Mergulho
 - Outras
- ▶ **Actividades Aéreas**
- ▶ **Serviços Turísticos**
- ▶ **Interesse Turístico Natural**
- ▶ **Interesse Turístico Cultural**
- ▶ **Áreas Protegidas**



Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

ZOOMAZORES
Turismo na Natureza

Zoom ilha Mapa 1 : 108336 WGS coordinates

Faial

Destaques
 Actividades Terrestres
 Actividades Aquáticas

- Local de Surf
- Observação de Cetáceos
- Passeio De Barco
- Caiaque de Mar
- Vela Cruzeiro
- Pesca Lúdica
- Coasteering
- Serviços Mergulho
- Outras

 Actividades Aéreas
 Serviços Turísticos
 Interesse Turístico Natural
 Interesse Turístico Cultural
 Áreas Protegidas

Local de Surf | Praia do Norte

☆☆☆☆☆ 0 | 0 | + Info | Empresas

Nome do Spot / Spot name	Praia do Norte
Local / Locality	Praia do Norte
Interesse / Interest	4
Grau / Grade	3.0
Fundo / Bottom	Areia e pedras / Sand and rocks
Direção da onda / Wave direction	Esquerda e direita / Left and Right
Melhor maré / Best tide	Excepto cheia / Not high
Melhor vento / Best wind	S/ SE
Melhor ondulação / Best swell	N/ NW
Frequência da onda / Wave period	4
Melhor época / Best Season	Todo o ano / All year

Notas / Notes

GPS

Almoxarife
Conceição